



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**BRASÍLIA-DF
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual, a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

Unidade Agregadora: Departamento Penitenciário Nacional.

Unidade Agregada: Fundo Penitenciário Nacional e CEF/Departamento Penitenciário Nacional.

**BRASÍLIA-DF
MARÇO/2012**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão
IN – Instrução Normativa
DN – Decisão Normativa
TCU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria-Geral da União
UJ – Unidade Jurisdicionada
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional
CEF – Caixa Econômica Federal
DN – Decisão Normativa
UJ – Unidade Jurisdicionada
UG – Unidade Gestora
LOA – Lei Orçamentária Anual
DIRPP – Diretoria de Políticas Penitenciárias
DISPF – Diretoria do Sistema Penitenciário Federal
DIREX – Diretoria Executiva
DPU – Defensoria Pública da União
PPA – Plano Plurianual
CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
MJ – Ministério da Justiça
MS – Ministério da Saúde
MPOG – Ministério do Planejamento e Gestão
MF – Ministério da Fazenda
SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
INFOPEN – Sistema de Informações Penitenciárias
MinC – Ministério da Cultura
MEC – Ministério da Educação
MDA – Ministério Do Desenvolvimento Agrário
SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Usos Especial da União

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

<i>I - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício referente ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....</i>	<i>70</i>
<i>II - Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito referente ao item 5 da parte b do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....</i>	<i>78</i>
<i>III - Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda, detalhado por publicidade institucional, legal, mercadológica, de utilidade pública e patrocínios, relacionando dotações orçamentárias dos Programas de Trabalho utilizados, valores e vigências dos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda, e os valores e respectivos beneficiários de patrocínios culturais e esportivos referente ao item 4 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010</i>	<i>78</i>
<i>IV - Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos, referente ao item 31 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....</i>	<i>78</i>
<i>V - Relação dos Programas e Ações de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.2 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....</i>	<i>79</i>
<i>VI - Relação dos Programas de Governo ou dos fundos executados que não estão de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.3 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....</i>	<i>81</i>
<i>VII - Demonstrativo do quantitativo de terceirizados irregulares na Administração Direta, Autárquica ou Fundacional (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.4 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010.</i>	<i>81</i>
<i>VIII - Providências adotadas para substituição dos servidores terceirizados irregulares por servidores concursados (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.5 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....</i>	<i>81</i>

SUMÁRIO

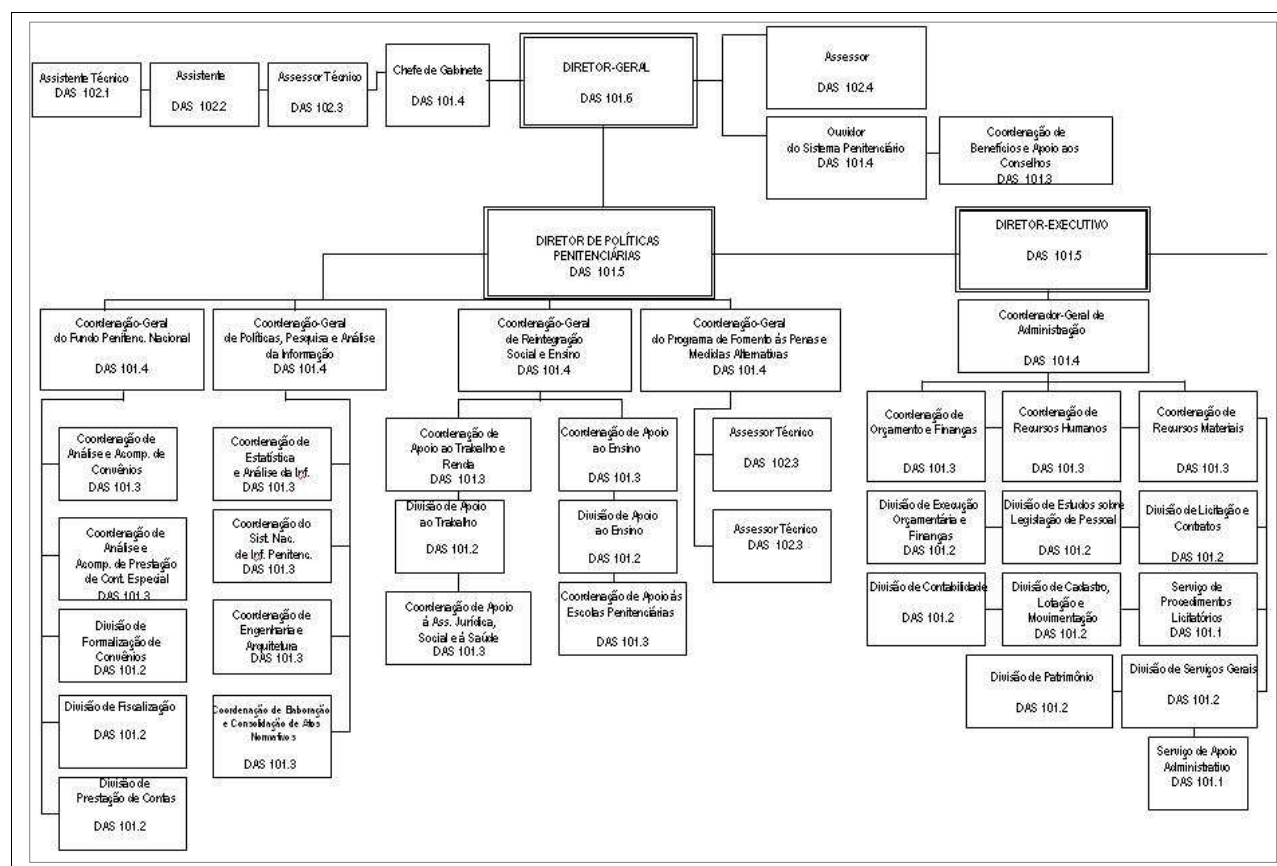
ORGANOGRAMA FUNCIONAL	7
INTRODUÇÃO	9
A- CONTEÚDO GERAL	14
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO.....	14
QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO ...	14
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	15
2.1) Responsabilidades institucionais	15
2.1.1) Competência institucional.....	15
2.1.2) Objetivos estratégicos	16
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	17
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida	17
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	18
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	18
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	18
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo (Considerando todas as Fontes, inclusive a fonte 100 – tesouro).....	18
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ	21
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (Considerando recursos provenientes da fonte 100 – tesouro)	21
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro	22
2.4.1) Programação orçamentária da despesa	22
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	22
2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes	22
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes (Considerando recursos provenientes da fonte 100 – tesouro).....	22
2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital	23
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital (Considerando recursos provenientes da fonte 100 – tesouro).....	23
2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas	24
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência (Considerando recursos provenientes da fonte 100 – tesouro)	24
Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional	24
2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	25
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.(Considerando recursos provenientes da fonte 100 – tesouro)	25
Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa	25
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa	26
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	26
2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação	26
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	26
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	26
Quadro A.2.11- Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos Recebidos por Movimentação. (Considerando recursos provenientes da fonte 100 – tesouro)	26
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (Considerando recursos provenientes da fonte 100 – tesouro).....	27
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	29

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	30
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores (Considerando recursos provenientes da fonte 100 – tesouro)	30
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	30
4.2) Análise Crítica	31
5. RECURSOS HUMANOS.....	32
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos	32
5.1.1) Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada.....	32
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011.....	32
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	32
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	33
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12	33
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	34
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	34
5.3) Composição do Quadro de Estagiários	34
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	34
5.4) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada	35
5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	36
5.5.1) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	36
5.5.2) Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados	36
5.5.3) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	37
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.	37
5.5.4) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	38
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	38
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	39
6. TRANSFERÊNCIAS.....	40
7. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	40
8. TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	40
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	40
8.2) Análise Crítica	40
9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	41
9.1) Estrutura de controles internos da UJ	41
Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ	41
10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	43
10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	43
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	43
11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	46
11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	46
Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	46
Quadro A.11.2- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.	46

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	47
1.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade.....	47
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	48
12.1) Gestão de Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	48
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada.....	48
13. CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	49
15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	50
15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício	50
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	50
15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	50
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	50
15.3) Recomendações do OCI atendidas no exercício	51
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	51
15.4) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	58
16. RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	58
Não ocorreu no período.....	58
17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL	59
17.1) Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	59
Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	60
Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	62
26. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES (ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)	69
30. TERMOS DE PARCERIA (PARTE C, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN Nº 108/10)	69
ANEXOS.....	70

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

a) Departamento Penitenciário Nacional – Gabinete do Diretor-Geral, Diretoria de Políticas Penitenciárias e Diretoria-Executiva:



Principais atribuições do Gabinete do Diretor-Geral:

- Elaborar e acompanhar a pauta de trabalhos e viagens do Diretor-Geral;
- Coordenar, acompanhar e controlar os documentos e processos enviados ao Departamento;
- Preparar os despachos e controlar o expediente funcional do Diretor-Geral;
- Orientar, controlar e supervisionar as atividades e rotinas administrativas no âmbito do Departamento;
- Propor a normatização de procedimentos das unidades;
- Promover a divulgação dos atos normativos do Diretor-Geral;

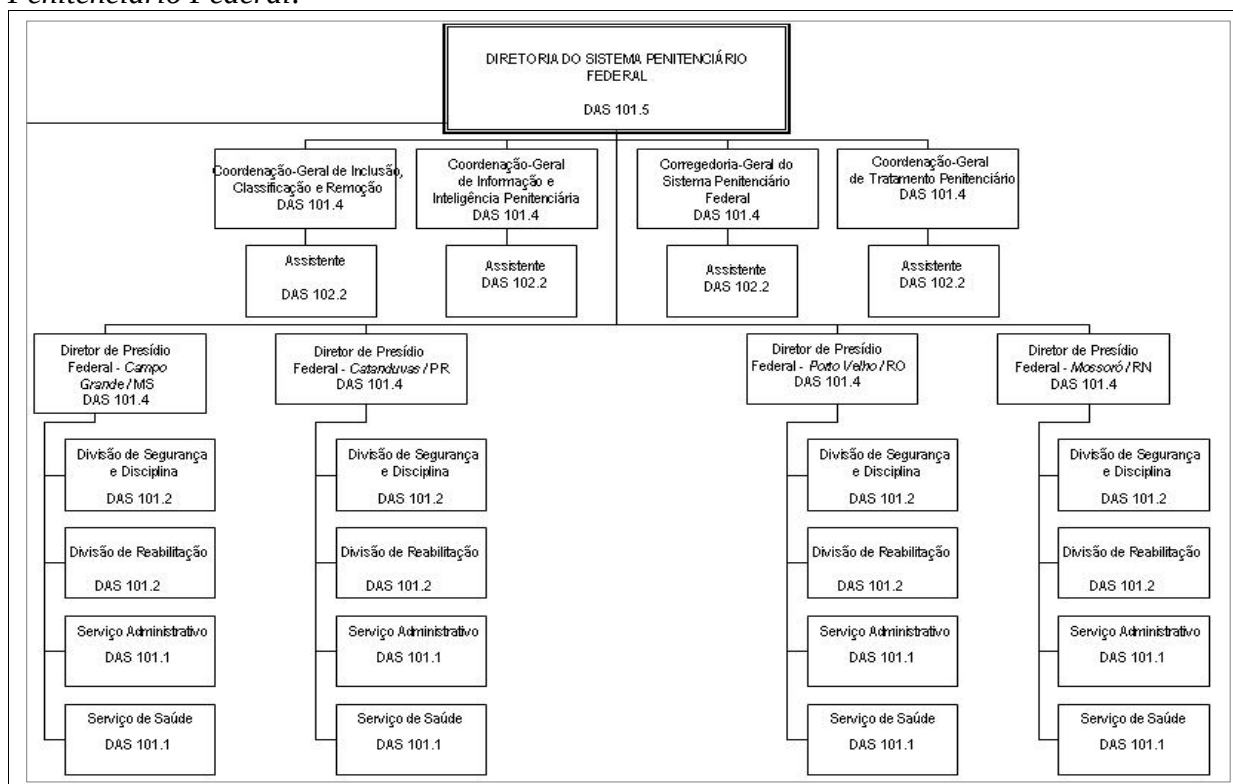
Principais atribuições da Diretoria Executiva:

- Coordenar e supervisionar as atividades de planejamento, de orçamento, de administração financeira, de recursos humanos, de serviços gerais, de informação e de informática, no âmbito do Departamento;
- Elaborar a proposta orçamentária anual e plurianual do Departamento, assim como as propostas de programação financeira de desembolso e de abertura de créditos adicionais;
- Acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades, considerando as diretrizes, os objetivos e as metas constantes do Plano Plurianual; e
- Realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

Principais atribuições da Diretoria de Políticas Penitenciárias:

- Planejar, coordenar, dirigir, controlar e avaliar as atividades relativas à implantação de serviços penais;
- Promover a construção de estabelecimentos penais nas unidades federativas;
- Elaborar propostas de inserção da população presa, internada e egressa em políticas públicas de saúde, educação, assistência, desenvolvimento e trabalho;
- Promover articulação com os órgãos e as instituições da execução penal;
- Realizar estudos e pesquisas voltados à reforma da legislação penal;
- Apoiar ações destinadas à formação e à capacitação dos operadores da execução penal;
- Consolidar em banco de dados informações sobre os sistemas penitenciários federal e das unidades federativas; e
- Realizar inspeções periódicas nas unidades federativas para verificar a utilização de recursos repassados pelo Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN.

Continuação do Organograma do Departamento Penitenciário Nacional – Diretoria do Sistema Penitenciário Federal:



Principais atribuições da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal:

- Promover a execução da política federal para a área penitenciária;
- Coordenar e fiscalizar os estabelecimentos penais federais;
- Custodiar presos, condenados ou provisórios, de alta periculosidade, submetidos a regime fechado, zelando pela correta e efetiva aplicação das disposições exaradas nas respectivas sentenças;
- Promover a comunicação com órgãos e entidades ligados à execução penal e, em especial, com juízos federais e as varas de execução penal do país;
- Elaborar normas sobre direitos e deveres dos internos, segurança das instalações, diretrizes operacionais e rotinas administrativas e de funcionamento das unidades penais federais.

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado nas disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

As informações referentes ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 108/2010, ao item 5 da parte B, aos itens 4 e 31 da parte C e aos Quadros II.C.2, II.C.3, II.C.4 e II.C.5: constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 123/2011.

Os itens 14 da parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 3, 5 a 15, 17 a 30 e 32 a 37 da parte C, quadros II.C.1 e II.C.6 e Parte D do anexo II da DN TCU nº 108/2010: não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Os itens 3, 5.2, 5.5, 16, 26 e 30, os quadros A.11.2, A.15.2 e A.15.4 do anexo II da DN TCU nº 108/2010, apesar de aplicarem à natureza da unidade, não ocorreram no período.

As principais realizações da gestão no exercício foram:

Celebração do Convênio nº 762154/2011(Siconv), visando a aquisição de 6 equipamentos Body Scanner para inspeção corporal e 6 equipamentos de Raio-X para inspeção de bagagens, destinados para atender a 6 Unidades Prisionais do Estado do Ceará. O convênio contou com o repasse de R\$ 7.083.449,94 (sete milhões, oitenta e três mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos), oriundos da Ação 8856- PRONASCI, objetivando o aparelhamento dos estabelecimentos penais deste Estado.

Celebração de 15 convênios voltados ao Reaparelhamento de Escolas Penitenciárias Estaduais, voltados a equipamentos nas áreas de informática e áudio-visual;

Concepção e disponibilização da Plataforma de EAD DEPEN.net, com a utilização de fóruns de discussão, criação de debates e inserção de conteúdos nas comunidades on-line;

Realização do Curso de Capacitação para Gestores Prisionais de Moçambique;

Foram aprovadas 2 propostas de convênio com o objetivo de estruturar os seguintes entes federativos: RO e PE, por meio da aquisição de solução de tecnologia da informação, para controle operacional e administrativo de todo o sistema penitenciário dos referidos estados;

Contratação de 513 vagas em Cadeias Públicas do Estado do Maranhão e contratação 182 vagas em Penitenciária Feminina do Estado do Amazonas;

Celebração de 16 convênios com as Unidades Federativas visando aparelhamento de Unidades Básicas de Saúde e de Centros de Referência Materno Infantil, conforme o previsto;

Celebração de projeto piloto na área de construção civil com tijolos ecológicos junto ao Estado de Goiás;

Ampliação e fortalecimento da oferta de educação no sistema prisional culminando na implementação do Plano Estratégico de Ensino no Sistema Prisional, por intermédio do Decreto nº 7.626, de 24/11/2011;

Aprovação de 13 instrumentos de repasse referentes à aplicação e execução das Alternativas Penais, que visam a educação e a responsabilização de autores de violência doméstica;

Execução da perfuração de poço de água profundo para abastecimento da Penitenciária Federal em Mossoró;

Encerrou-se o ano de 2011, custodiando 417 presos de alta periculosidade, por meio das Penitenciárias Federais, dentre eles, líderes de facções criminosas e os principais traficantes do país, oriundos de sistemas prisionais estaduais e, para tanto, realizou 601 escoltas de presos no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, envolvendo o seu efetivo de Agentes Penitenciários Federais.

Implantou o Programa PROEJA-FIC nas Penitenciárias Federais em Porto Velho/RO e Mossoró/RN, o qual representa a ampliação da oferta educacional no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, visando a formação profissional inicial e elevação de escolaridade. Tal ação resultou em 21% dos presos do SPF estudando;

Firmou parcerias com os SENAIs regionais do MS e RN, oferecendo Cursos Transversais de Iniciação Profissional a 26 presos da Penitenciária Federal em Mossoró/RN e o mesmo quantitativo na Penitenciária Federal em Campo Grande/MS;

Ampliou o Projeto “Visita Virtual e Videoconferência Judicial”, no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, totalizando, em 2011, a realização de 559 visitas virtuais, atendendo a 197 presos. Vale lembrar que tal projeto é fruto de uma parceria entre o DEPEN e DPU, que garante a manutenção dos vínculos afetivos entre os presos e seus familiares e amigos por meio de uso de recursos tecnológicos, bem como possibilita a realização de audiências judiciais por videoconferência;

Estruturou e ampliou as atividades das Bibliotecas nas Penitenciárias Federais, bem como deu início à 2ª Fase do Projeto “Uma janela para o mundo – Leitura nas prisões”, com a realização de Oficinas de Leitura aos presos e servidores da Penitenciária Federal em Mossoró/RN;

Deu continuidade as tratativas com o Ministério da Saúde, buscando o fortalecimento da Assistência à Saúde no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, após a inserção do Sistema Penitenciário Federal no Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário;

As principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ foram:

Obstáculos foram encontradas em relação ao provimento dos cargos de Especialistas em Assistência Penitenciária - habilitação em Clínica Médica e Psiquiatria, para trabalharem nas quatro penitenciárias federais; obteve-se também dificuldade para se encontrar alternativa para suprimir tal deficiência.

Mudança da equipe técnica de determinadas Coordenações-Gerais que atuam na formalização de convênios.

Dificuldades em especificar materiais que demandem conhecimento específico, em relação às especificidades de tecnologia do Sistema Penitenciário Federal;

Vulnerabilidade das informações lançadas pelos convenientes no portal SICONV que dificultam e atrasam demasiadamente a análise de prestação de contas.

Os planos e projetos para o exercício seguinte são:

A partir do ano de 2012, o DEPEN, utilizando recursos do Fundo Penitenciário Nacional, implementará o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, o qual buscará criar as condições necessárias para o cumprimento digno da pena e a reinserção do preso na sociedade. Suas

metas principais são: zerar o déficit de vagas em estabelecimentos prisionais femininos e reduzir o número de presos em delegacias de polícia, transferindo-os para cadeias públicas.

A expectativa é gerar pelo menos 42,5 mil novas vagas, ampliando estabelecimentos existentes ou construindo novos estabelecimentos prisionais. Esse total se divide em 15 mil vagas em estabelecimentos prisionais femininos e 27,5 mil vagas em cadeias públicas masculinas.

Garantir custódia adequada a presos provisórios e a mulheres condenadas, assegurando condições dignas a essa população. Ao mesmo tempo, tais ações liberarão os policiais, hoje responsáveis pela carceragem nas delegacias, para o trabalho de combate à criminalidade. Assim, o Programa terá impacto não apenas no sistema prisional, mas também nas políticas de segurança pública.

Além da criação de novas vagas para o sistema prisional estão previstas as seguintes ações para 2012:

Fortalecer os processos de trabalho entre o DEPEN/MJ e a de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD do Ministério da Educação, com vistas à estruturação da Política de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Penitenciário Federal;

Promover Concurso Literário aos servidores e presos do Sistema Penitenciário Federal, como forma de ampliar o Projeto “Uma janela para o mundo” – Leitura nas prisões;

Realizar Encontro Nacional de Leitura nas prisões, envolvendo experiências diversas, em âmbito nacional;

Ampliar a oferta de Educação Profissionalizante no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, por meio do Programa PROEJA-FIC da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do Ministério da Educação, o qual já está em execução na Penitenciária Federal em Porto Velho/RO e Mossoró/RN;

Ampliar as parcerias locais realizadas pelas Penitenciárias Federais junto ao Sistema S (SENAIs regionais);

Ampliar a realização de videoconferências judiciais no âmbito das Justiças Estaduais;

Realizar o III Workshop do Sistema Penitenciário Federal, junto ao Conselho de Justiça Federal;

Promover o II Encontro de Avaliação e Planejamento da Assistência Jurídica entre DEPEN e DPU;

Articular parcerias com Ministérios que possuem ações próprias de qualificação profissional e trabalho para inserção no interior das Penitenciárias Federais;

Estender o Projeto Fábricas da Liberdade, já existente na Penitenciária Federal em Catanduvas/PR, para os demais Estabelecimentos Penais Federais;

Esta Coordenação-Geral pretende lançar Portarias de apresentação de projetos para criação de Centrais de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas e criação de Núcleos de Defesa do Preso Provisório;

Integração com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, com a interlocução com o Conselho Nacional de Justiça para o desenvolvimento e a implantação de modelos eficientes e eficazes de política criminal;

Início de pesquisa nacional sobre os procedimentos adotados pelo sistema de justiça nos casos de crimes passíveis de alternativas penais, em parceria com o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que será concluída em dezembro de 2013;

Realização de 05 Workshops Regionais para discussão das alternativas penais;

Realização do Encontro Nacional de Alternativas Penais, para conclusão dos encaminhamentos feitos nos Workshops Regionais;

Tratativas com CNJ para implementação de banco de dados sobre a aplicação e execução das penas e medidas alternativas;

Definição e implantação em dois estados da Federação de projeto-piloto de justiça restaurativa para adultos, em casos de delito de médio potencial ofensivo;

Programa de Implantação das Escolas de Gestão Penitenciária Estaduais. O Projeto é voltado para a implantação das Escolas de Gestão Penitenciária Estaduais (ou espaços institucionais estaduais que lhes sejam correspondentes) visando a melhoria da qualificação dos servidores envolvidos na execução penal, e como consequência proporcionar um tratamento penal mais adequado. Unidades Federativas que ainda não foram implementadas com recursos do FUNPEN: MA, RR, MT e AL;

Programa de Financiamento de Cursos de Graduação e Pós-Graduação. O Projeto é voltado para o financiamento de Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviços Penais;

Programa de Capacitação via Educação à Distância. O Projeto é voltado para a oferta de cursos de capacitação continuada para servidores envolvidos na execução penal, por intermédio da plataforma em Educação à Distância – DEPEN.net;

Criação da Escola Nacional de Serviços Penais – ESPEN. O projeto é voltado para a implementação da Escola no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional, como forma de consolidar uma programação sistemática de capacitação inicial e continuada aos servidores envolvidos na execução penal em apoio às Escolas de Gestão Penitenciária Estaduais, além de fomentar a pesquisa e a produção científica.

Para o exercício de 2012, a Ação de Reintegração Social terá como objetivos estratégicos e seus respectivos Planos de ação, os seguintes:

Inserir 100% da população carcerária nos programas de assistência à saúde:

- Cartão Nacional do SUS;

- Inserção no Programa Nacional de Imunizações;

- Distribuição dos Kits de medicamentos;
- Inserção da população carcerária no Programa da Rede Cegonha;
- Aparelhar Unidades Básicas de Saúde nos Estabelecimentos Penais;
- Aparelhar Centros de Referência Materno-Infantil nos Estab. Penais Femininos;

Contribuir para o fortalecimento das ações intersetoriais dedicadas a programas de atendimento a pacientes que cumprem medidas de segurança e internação em HCTP;

Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes – PROCAPs. O Projeto é voltado à implantação de oficinas permanentes de capacitação em estabelecimentos penais e oferecimento de cursos de capacitação para pessoas em cumprimento de pena. Com a implantação de oficinas permanentes, disponibilizar-se-ia aos presos e presas o acesso à capacitação profissional e uma possível implementação de linha de produção no estabelecimento penal, aliando-se à possibilidade de integração ao mercado de trabalho ou empreendimentos de economia solidária, ainda dentro do sistema penitenciário, com as remições de pena pelo estudo (no caso da capacitação) e remição pelo trabalho (caso haja uma linha de produção implementada);

Instituição de Comissão Interministerial visando prestar apoio técnico na elaboração dos Planos de Ação Estaduais de que trata o Decreto supracitado;

Implementar o Programa Brasil Alfabetizado nos Estabelecimentos Penais. O Programa é voltado à orientação dos gestores do sistema prisional para a importância da oferta de educação nos estabelecimentos penais, especialmente a alfabetização por se tratar de uma porta de acesso à cidadania e para o despertar do interesse pela elevação de escolaridade;

Aquisição direta de veículos especializados para atenderem a mulheres e crianças sob a custódia do Sistema Penitenciário Estadual;

Descentralizar a gestão operacional do Sistema Nacional de Informação Penitenciária - INFOPEN e centralizar apenas informações estatísticas que subsidiem decisões políticas.

A- CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Órgão de Vinculação: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Departamento Penitenciário Nacional			
Denominação abreviada: DEPEN			
Código SIORG: 001956		Código LOA: 30.907	
		Código SIAFI: 30.907	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Tem por finalidade proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro.			Código CNAE: Não se Aplica
Telefones/Fax de contato:			
61-2025-3187		61-2025-3438	
61-2025-3653			
E-mail: depen@mj.gov.br			
Página na Internet: www.mj.gov.br/depen			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ministério da Justiça, Anexo II, sala 633, Brasília, DF. CEP: 70064-901			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Art. 71 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal.(UJ DEPEN); - Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994.(UJ FUNPEN).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007.(UJ DEPEN); - Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994. (UJ FUNPEN).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
- Portaria MJ nº 674, de 20 de março de 2008.(UJ DEPEN); - Acordo de cooperação e o Contrato Administrativo nº 03/2004, de 27 de dezembro de 2004, aditado em 31 de julho de 2008, com vigência até 3 de julho de 2009, tendo como objetivo a construção e ampliação de estabelecimentos penais.(UJ CEF/DEPEN); - Portaria MJ nº 1.215, de 31 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 1º de setembro de 2009 (UJ/CORH).			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
200321	CEF – Departamento Penitenciário Nacional – CEF/DEPEN		
200323	Diretoria do Sistema Penitenciária Federal – DISPF/DEPEN		
200324	Diretoria de Políticas Penitenciárias – DIRPP/DEPEN		
200332	Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN		
200333	Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN		
200325	Coordenação de Recursos Humanos - DEPEN – CORH/DEPEN		
200600	Penitenciária Federal em Campo Grande – PFCG		
200601	Penitenciária Federal em Catanduvas – PFCAT		
200602	Penitenciária Federal em Mossoró – PFMOS		
200603	Penitenciária Federal em Porto Velho - PFPV		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
200321	00001 - Tesouro		
200323	00001 - Tesouro		
200324	00001 - Tesouro		
200332	00001 - Tesouro		
200333	00001 - Tesouro		
200325	00001 - Tesouro		
200600	00001 - Tesouro		
200601	00001 - Tesouro		
200602	00001 - Tesouro		
200603	00001 - Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			

<i>Código SIAFI da Unidade Gestora</i>	<i>Código SIAFI da Gestão</i>
200321	00001
200323	00001
200324	00001
200332	00001
200333	00001
200325	00001
200600 ¹	00001
200601 ¹	00001
200602 ¹	00001
200603 ¹	00001

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1) Responsabilidades institucionais

O Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN é o órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional, emanadas, principalmente, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP.

As principais atribuições do DEPEN são as expressas no artigo 72 da Lei de Execução Penal:

- Acompanhar a fiel aplicação das normas da execução penal em todo o território nacional;
- Inspecionar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos e serviços penais;
- Assistir tecnicamente as Unidades Federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidos em Lei;
- Colaborar com as Unidades Federativas, mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais;
- Colaborar com as Unidades Federativas para a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado;
- Coordenar e supervisionar os estabelecimentos penais e de internamento federais.

Além disso, o Departamento é o gestor do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, criado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994.

2.1.1) Competência institucional

O Departamento Penitenciário Nacional tem sob sua responsabilidade a execução do Programa 0661 – Aprimoramento da Execução Penal, previsto no Plano Plurianual 2007/2011. Este Programa é composto por ações que buscam a geração de vagas; o aprimoramento tecnológico dos estabelecimentos penais; o tratamento penitenciário adequado e digno ao apenado, internado e egresso do sistema com a sua posterior reintegração à sociedade.

O Programa, em 2011, foi composto pelas seguintes ações orçamentárias:

- 8916 – Aparelhamento e Reparelhamento de Estabelecimentos Penais;
- 8914 – Apoio à Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais;
- 8912 – Apoio a Implantação e ao Reparelhamento de Escolas Penitenciárias;

¹ As Unidades Gestoras 200600, 200601, 200602 e 200603 foram instituídas no mês de julho de 2010, Portaria DEPEN nº 139/2010, visando a desconcentração dos procedimentos relacionados à execução de recursos do Departamento Penitenciário Nacional pelos Estabelecimentos Penais Federais, de modo a propiciar uma maior autonomia, celeridade e eficiência na condução da atividade administrativa local.

- 8913 – Apoio à Implantação e ao Reaparelhamento de Ouvidorias;
- 8915 – Apoio à Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais;
- 2272 – Gestão e Administração do Programa;
- 2730- Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas;
- 2526 - Capacitação em Serviços Penais;
- 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública;
- 116S – Adequação Física de Penitenciárias Federais;
- 10M1 – Construção da Quinta Penitenciária Federal;
- 1A18 - Construção da Escola Penitenciária Nacional;
- 10D3 – Implantação do Sistema de Inteligência Penitenciária Federal;
- 3908 - Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional;
- 8130 – Pesquisa e Produção de Dados sobre a Execução Penal;
- 2314 - Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso;
- 2316 – Serviço Penitenciário Federal.

Registramos que não ocorreu execução orçamentária referente às ações do Programa 0661, com aporte de recursos do Tesouro, devido a não apresentação da referida proposta de convênio. A ação orçamentária contemplada no exercício de 2011 com a fonte 100, na LOA 2011, decorre de Emenda Parlamentar do Estado de Minas Gerais na Ação Orçamentária 2314, localizador 0056, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), no Grupo de Despesas Correntes.

Embora não tenha havido execução orçamentária originariamente pelo programa 0661, na Unidade Orçamentária 30907, cumpre registrar o recebimento por movimentação interna de créditos orçamentários do Programa 1453 – Nacional de Segurança com Cidadania, no aporte total de R\$ 7.140.448,93 (sete milhões, cento e quarenta mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e três centavos), bem como do valor de R\$ 109.984.367,00 (cento e nove milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, trezentos e sessenta e sete reais) advindos do Programas 0750 – apoio Administrativo, para o pagamento da Folha de Pessoa de Servidores deste Departamento.

2.1.2) Objetivos estratégicos

Explicitação de uma política central e participativa que possibilite o alinhamento de todas as unidades da federação à proposta de modernização do modelo de sistema penitenciário em todas as áreas da execução penal e de redução do seu déficit de vagas.

Vinculação dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional, ao alinhamento à política central de reconstrução e a um plano diretor onde cada estado se comprometa em metas de curto, médio ou longo prazo, necessária à efetivação do novo modelo.

Desvinculação dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional, nos limites de suas receitas próprias, das limitações orçamentárias e financeiras ao orçamento anual.

Criação e manutenção, sob coordenação do Departamento Penitenciário Nacional e recursos do Fundo Penitenciário Nacional, do sistema nacional de informações penitenciárias, através da sistematização dos dados de informações, em nível operacional (administração dos estabelecimentos penais), contemplando a população carcerária, o quadro de servidores, o custo econômico e financeiro e a logística aplicada, em nível de estabelecimento penal, de forma a suprir com informações gerenciais (operacionais, táticas e estratégicas) todos os processos de tomada de decisões.

Integração do sistema de informações penitenciárias aos demais sistemas de informações do complexo da segurança pública, aos sistemas do complexo do juízo criminal e da execução penal e aos meios de divulgação no interesse da sociedade civil.

Implementação das ações do Programa sob eficiente orientação e monitoramento, aplicando, no que couber, a execução direta, e, nas demais, a execução descentralizada, através das secretarias de estado das unidades da federação, que detenham a administração do sistema penitenciário, na condição partícipe ou interveniente, quando o projeto tiver foco nesse sistema, e, quando não, através de órgãos e instituições públicas ou civis, de reconhecida capacidade e que atue de forma permanente no objeto do projeto, garantindo a continuidade da ação.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

O Departamento Penitenciário Nacional, no tocante à execução do seu plano estratégico, vem desempenhando suas ações em uma busca constante por satisfazer às implementações de políticas públicas para o Sistema Penitenciário Nacional. Podemos ressaltar a criação do Plano Diretor do Sistema Penitenciário, resultante de uma parceria sem precedentes entre o Governo Federal, através do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça, e os governos estaduais, através dos órgãos responsáveis pela administração penitenciária.

O Plano Diretor do Sistema Penitenciário corresponde a um mecanismo de planejamento que contém um conjunto de ações a ser implementado pelas Unidades Federativas, a curto, médio e longo prazo, visando o cumprimento dos dispositivos contidos na Lei nº 7.210/84 – Lei de Execução Penal, e nas diretrizes da política criminal emanada do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, bem como o fortalecimento institucional e administrativo dos órgãos de execução penal locais.

A Comissão de Monitoramento e Avaliação do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) encerrou o ciclo de visitas do ano de 2010, com a atualização do Plano Diretor do Sistema Penitenciário. Todos os estados foram visitados, além do Distrito Federal, para avaliação do cumprimento das metas e da viabilidade de seus prazos. Além dos estabelecimentos prisionais, também foram visitados órgãos de administração penitenciária, Defensorias Públicas, Tribunais de Justiça e Centrais de Penas Alternativas, propiciando, assim, a vinculação dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional, ao alinhamento à política central.

Destaca-se ainda a estratégia atual de formalização, acompanhamento e apresentação da prestação de contas em relação aos projetos de construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais, que é realizado pela Caixa Econômica Federal, a qual possui ampla expertise na consecução de obras em âmbito nacional.

O repasse dos recursos a cada proponente ocorre a cada medição de cada Contrato de Repasse, após verificação e aprovação pela Caixa Econômica Federal, por meio de conta corrente específica.

Destacando a consolidação de informações gerenciais sobre a população penitenciária, além de atuar constantemente no aprimoramento da integração do sistema de informações penitenciárias aos demais sistemas de informações do complexo da segurança pública e justiça, otimizando assim a formulação de critérios para implementações de políticas penitenciárias.

Cumpra-se relatar que, quanto aos objetivos estratégicos relacionados ao tratamento penitenciário no Sistema Penitenciário Federal, podemos concluir que o Planejamento para o exercício de 2011 foi executado tendo em vista as Assistências previstas na Lei de Execução Penal.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

O DEPEN, no exercício de 2011, propiciou adequadamente a garantia de direitos dos presos do Sistema Penitenciário Federal, garantindo a segurança da sociedade ao custodiar efetivamente as principais lideranças do crime organizado, tendo seus reflexos inclusive no apoio aos estados, reduzindo em cerca de 70 % as ocorrências de rebeliões e motins de presos.

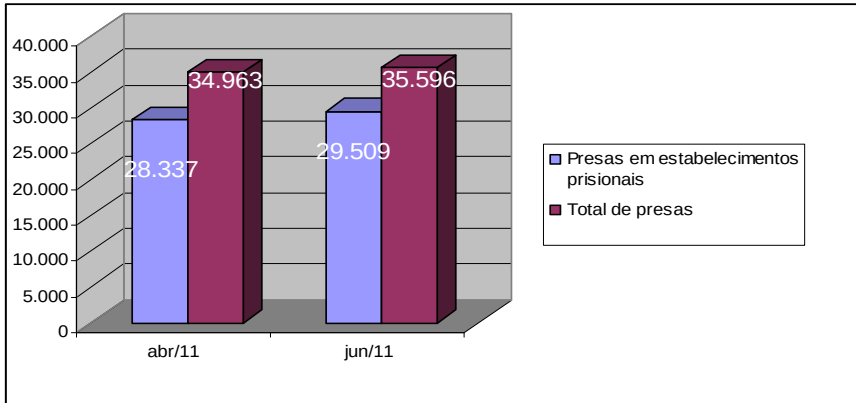
Este Departamento enfrentou dificuldades na consecução plena dos resultados sociais do órgão, pela alteração do corpo técnico e de gestão da unidade. Porém, mesmo com essa dificuldade, foi possível formalizar 44 instrumentos de repasse às unidades federativas e executar 100% do limite orçamentário desta Unidade.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

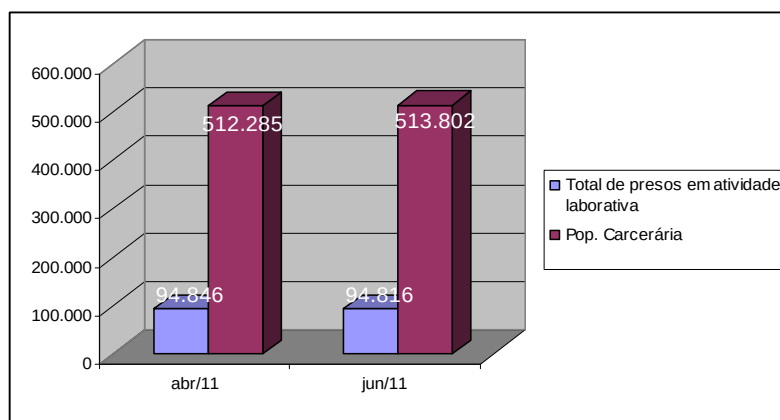
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo (Considerando todas as Fontes, inclusive a fonte 100 – tesouro)

Código no PPA	0661
Denominação	<i>Aprimoramento da Execução Penal</i>
Tipo do Programa	<i>Finalístico</i>
Objetivo Geral	<i>Promover a reintegração do apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional e o atendimento a seus dependentes.</i>
Objetivos Específicos	• Reduzir o déficit de vagas no sistema penitenciário nacional através do apoio à construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais estaduais; • Prestar a assistência devida ao apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional nos termos da Lei de Execução Penal; • Garantir a implementação e manutenção dos serviços dos estabelecimentos penais federais; • Capacitar e formar o servidor penitenciário, a fim de que suas atividades sejam exercidas em conformidade com a Lei de Execução Penal; • Desenvolver e implementar o sistema de registro e gestão penitenciária, possibilitando o controle da execução penal, e o registro das características gerais do sistema penitenciário nacional; • Apoiar a criação de instituições voltadas para a qualificação do servidor penitenciário; • Apoiar a implantação e o reaparelhamento de ouvidorias no âmbito dos sistemas penitenciários estaduais; • Apoiar o aparelhamento e reaparelhamento das estruturas de serviços essenciais dos estabelecimentos penais estaduais e federais; • Apoiar a implantação de serviços de acompanhamento, monitoramento e execução de penas e medidas alternativas.
Gerente	Julio Cesar Barreto
Público Alvo	<i>Pessoas presas, condenadas, internadas e egressas do Sistema Penitenciário Nacional, bem como os profissionais que atuam na área.</i>
Informações orçamentárias e financeiras do Programa	
Em R\$ 1,00	

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
12.250.000,00	125.250.000,00	91.228.001,61	29.973.584,00	61.254.417,00	29.973.584,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Percentual de Mulheres em Presídios Femininos (Percentual)	09/07/2007	81% em abril de 2011	83% em junho de 2011	Não informado	A variação entre abril e junho de 2011 foi de 2 pontos percentuais
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mulheres em presídios femininos sobre o total de mulheres presas.						
Análise do Resultado Alcançado						
- Visa aferir distorções relacionadas à mistura de gêneros no mesmo estabelecimento penal. - Avalia a efetividade do Programa. - A fórmula de cálculo é representada pela relação entre o total de mulheres em presídio feminino e o total de mulheres encarceradas (incluindo estabelecimentos mistos). - A aferição é feita a partir dos dados inseridos pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, gerenciado pelo DEPEN. - Esse indicador foi inserido no PPA 2008-2011, razão pela qual não há apurações em anos anteriores a 2007.						
						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Percentual de Presos que Trabalham (Percentual)	09/07/2007	19% em abril de 2011	18% em junho de 2011	Sem informação	O indicador apresentou queda de 1 ponto percentual
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de presos que trabalham sobre o total de presos.						
Análise do Resultado Alcançado						
- Visa aferir a efetividade das políticas de profissionalização implementadas no âmbito do sistema penitenciário. - A fórmula de cálculo é representada pela relação entre o número de presos em atividade laborativa e o número total de presos. - A aferição é feita a partir dos dados inseridos pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, gerenciado pelo DEPEN.						

- O índice apresentou queda de 1 ponto percentual.
- Não foi verificada apuração de exercícios anteriores.
- O gráfico, seguinte, apresenta o resultado encontrado até junho de 2011.



Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Razão entre a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário e a População do Sistema (Unidade)	09/07/2007	56% em abril de 2011	57% em junho de 2011	Sem informação	O indicador apresentou aumento de 1 ponto percentual
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de presos que trabalham sobre o total de presos.						
Análise do Resultado Alcançado						
• Visa aferir o déficit de vagas no Sistema Penitenciário levando em consideração as vagas disponibilizadas pelas Secretarias de Justiça e Segurança Pública, descontados os presos lotados em delegacias (indicador do InfoPen Polícia Judiciária do Estado – polícia civil SSP), dividido o resultado pelo total da população carcerária em dado período, em termos percentuais • O indicador apresentou aumento de 1(um) ponto percentual. • Não foi verificada apuração de exercícios anteriores						

Fonte: InfoPen

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (Considerando recursos provenientes da fonte 100 – tesouro)

<i>Função</i>	<i>Subfunção</i>	<i>Programa</i>	<i>Ação</i>	<i>Tipo da Ação</i>	<i>Prioridade</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta prevista</i>	<i>Meta realizada</i>	<i>Meta a ser realizada em 2012</i>
14	421	1453	8856	A	2	Vaga contratada (unidade)	36	2	N/A

Fonte: SIGPLAN

Ação 8856 – PRONASCI – Modernização de Estabelecimentos Penais

A execução acima, refere-se ao Convênio nº 762154/2011 (Siconv:) e Aquisição de Algemas, Processo nº 08016.005708/2011-51, utilizando recursos da Ação 8856 – PRONASCI – Modernização de Estabelecimentos Penais.

1. Breve descrição dos projetos:

1.1 Convênio nº 762154/2011 (Siconv:)

- Trata-se de projeto de Aquisição de 06 (seis) Body Scanner para inspeção corporal e 06 (seis) equipamentos de Raio-X para inspeção de bagagens destinados para atender a 06 (seis) Unidades Prisionais do Estado do Ceará;

O referido projeto apresenta o seguinte objetivo:

- Propiciar o aparelhamento dos estabelecimentos penais do Estado do Ceará através de equipamentos de segurança pública.

Público alvo:

- Aparelhamento de 06 (seis) Unidades Prisionais do Estado do Ceará, com o intuito de realizar inspeções em pessoas e objetos.
- O referido projeto será executado mediante convênio celebrado entre o Departamento Penitenciário Nacional e a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará. Os recursos são oriundos da Ação 8856 – PRONASCI – Modernização de Estabelecimentos Penais.

1.2 Processo nº 08016.005708/2011-51:

- Trata-se de aquisição de algemas de punho e tornozelo para o Sistema Penitenciário Federal. Processo nº no valor total de R\$ 56.998,99.

O referido projeto apresenta o seguinte objetivo:

- Renovar o acervo de algemas visando garantir maior segurança às 04 Penitenciárias Federais e das Escoltas da Unidade Central de Brasília;

Público alvo:

- Agentes Penitenciários Federais;

2. Indicação de metas físicas atendidas:
 § Unidade de medida: projeto apoiado
 § Quantidade de unidades beneficiadas: 06 unidades estaduais apoiadas e 05 unidades federais apoiadas.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

<i>Denominação das Unidades Orçamentárias</i>	<i>Código da UO</i>	<i>Código SIAFI da UGO</i>
<i>Fundo Penitenciário Nacional</i>	<i>30907</i>	<i>200094</i>

2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes (Considerando recursos provenientes da fonte 100 – tesouro)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	NÃO OCORREU NO PERÍODO	
	PLOA		-	-	-	-		
	LOA		-	-	-	-	250.000,00	
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	-	-	
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-		
Outras Operações			-	-	-	-	-	
Total			-	-	-	-	250.000,00	

Fonte:Siafi Gerencial

2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital (Considerando recursos provenientes da fonte 100 – tesouro)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		NÃO OCORREU NO PERÍODO		-	-	-	-
	PLOA				-	-	-	-
	LOA		-	6.159.694,	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-1.731.714,00	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			-	4.427.980,00	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial

4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência (Considerando recursos provenientes da fonte 100 – tesouro)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		NÃO OCORREU NO PERÍODO		NÃO OCORREU NO PERÍODO		-	
	PLOA						-	
	LOA		250.000,00	-	-	6.159.694,	-	
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	-	-	
Créditos Cancelados			-	-	-	-1.731.714,00	-	
Outras Operações			-	-	-		-	
Total			250.000,00	-	-	4.427.980,00	-	

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional

Tendo em vista a imprevisibilidade da dotação de recursos da fonte 100 – tesouro, não há alterações relevantes que tenham afetado o desempenho da unidade.

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.(Considerando recursos provenientes da fonte 100 – tesouro)

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	200094	09272008901810001	300.000,00	-	-
		200094	14122075009HB0001	15.459.570,00	-	-
		200094	14122075020000001	87.363.357,00	-	-
		200094	14301075020040001	1.605.000,00	-	-
		200094	14306075020120001	4.062.000,00	-	-
		200094	14331075020110001	976.340,00	-	-
		200094	14365075020100001	218.100,00	-	-
		200094	14122075020000001	-	-	152.445,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora		Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Recebidos	200094	06421145388560001	7.140.448,93	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial Web

Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa
No ano de 2011, ocorreram as seguintes movimentações internas recebidas:

Despesas correntes:

UG (200094) Grupo 1: destaque orçamentário referente ao pagamento de Pessoal efetuado pela Unidade Gestora 200325 – Coordenação de Recursos Humanos do DEPEN.

UG (200094) Grupo 3: destaque orçamentário visando o pagamento de diárias a conselheiros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP.

Despesas de Capital:

UG (200094) Grupo 4: destaque orçamentário visando a celebração do convênio nº 762154/2011 (Siconv:) e Aquisição de Alemas Processo nº 08016.005708/2011-51 utilizando recursos da Ação 8856 – PRONASCI – Modernização de Estabelecimentos Penais.

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação

Não ocorreu no período.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11- Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos Recebidos por Movimentação. (Considerando recursos provenientes da fonte 100 – tesouro)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	56.998,99	287.500,00	0,00	57.500,00
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	287.500,00	-	57.500,00
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	56.998,99	0,00	0,00	0,00
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	108.294.029,99	91.228.275,79	108.294.029,99	91.228.275,79
Pagamento em Folha	100.360.703,39	91.228.275,79	100.360.703,39	91.228.275,79
Diárias	125.868,89	-	-	-
Outros	7.807.457,71	3.008.203,42	-	333.256,22

Fonte: Siafi Gerencial

Os valores consignados em outros se devem pela modalidade de aplicação 30 – transferência a estados e municípios, onde o tipo da formalização não se aplica às modalidades de licitação.

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (Considerando recursos provenientes da fonte 100 – tesouro)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	100.113.858,36	85.297.555,78	100.113.858,36	85.297.555,78	0,00	0,00	100.113.858,36	17.554.095,15
11	85.484.582,37	72.356.790,28	85.484.582,37	72.356.790,28	0,00	0,00	85.484.582,37	14.163.263,42
13	14.388.800,13	12.617.982,85	14.388.800,13	12.617.982,85	0,00	0,00	14.388.800,13	3.104.050,74
Demais elementos do grupo	240.475,86	322.782,65	240.475,86	322.782,65	0,00	0,00	240.475,86	286.780,99
3- Outras Despesas Correntes	7.466.227,99	5.960.720,01	7.466.227,99	5.960.720,01	0,00	0,00	7.466.227,99	5.960.720,01
46	3.857.317,02	3.742.994,37	3.857.317,02	3.742.994,37	0,00	0,00	3.857.317,02	3.742.994,37
93	2.133.727,41	1.057.759,78	2.133.727,41	1.057.759,78	0,00	0,00	2.133.727,41	1.057.759,78
91	458.135,94	460.005,13	458.135,94	460.005,13	0,00	0,00	458.135,94	460.005,13
Demais elementos do grupo	1.017.047,62	699.960,73	1.017.047,62	699.960,73	0,00	0,00	1.017.047,62	699.960,73

Fonte: SIAFI Gerencial Web

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (Considerando recursos provenientes da fonte 100 – tesouro)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	7.140.448,93	31.066.029,59	0,00	8.044.345,19	7.140.448,93	0,00	0,00	8.044.345,19
42	7.083.449,94	30.778.529,59	0,00	7.986.845,19	7.083.449,94	0,00	0,00	7.986.845,19
51	0,00	287.500,00	0,00	57.500,00	0,00	0,00	0,00	57.500,00
52	56.998,99	0,00	0,00	0,00	56.998,99	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial Web

De um modo geral a execução orçamentária foi uniforme entre os exercícios, ocorrendo a conservação do principal gasto relacionado aos serviços que se devem à manutenção do Sistema Penitenciário federal.

2.4.3) Indicadores Institucionais

O Departamento possui indicadores para avaliar o desempenho operacional do Programa 0661 – Aprimoramento da Execução Penal, que são os constantes no item 2.3.1. deste relatório.

Cabe, ainda, ao DEPEN dar cumprimento ao item 9.2.1 do Acórdão nº 1.742/2006 – Plenário que trata de monitoramento decorrente da Decisão nº 1.715/2002 – Plenário – que versa sobre o tema “Profissionalização do Preso”.

Assim determina o item 9.2.1 do referido Acórdão:

“9.2. determinar ao Departamento Penitenciário Nacional que:

9.2.1. passe a informar, no Relatório de Gestão que acompanha suas tomadas de contas anuais, a evolução dos seguintes indicadores de desempenho: percentual de educandos no ensino fundamental, percentual de treinandos em qualificação profissional, número de apenados que trabalham em oficinas próprias e número de apenados que trabalham em oficinas em parceria;”

Conforme determinação do Tribunal de Contas da União, seguem os dados pertinentes.

- ***Percentual de Educandos no Ensino Fundamental;***

Em junho de 2011, as unidades federativas informaram que 25.145 (vinte e cinco mil cento e quarenta e cinco) presos desempenhavam atividades educacionais voltadas para o ensino fundamental. Este quantitativo corresponde a 5% da população carcerária do Brasil.

- ***Percentual de Treinandos em qualificação profissional;***

Em junho de 2011, as unidades federativas informaram que 43.330 (quarenta e três mil trezentos e trinta) presos desempenhavam atividades educacionais, o que corresponde a 8% da população carcerária. Desse total, 1.190 (mil cento e noventa) presos freqüentavam cursos técnicos, voltados para a qualificação profissional, este quantitativo corresponde a 0,23% da população carcerária do Brasil.

- ***Número de apenados que trabalham em oficinas próprias;***

Em junho de 2011, as unidades federativas informaram que 79.030 (setenta e nove mil e trinta) presos desempenhavam atividades de laborterapia no interior dos estabelecimentos penais. Este quantitativo corresponde a 15% da população carcerária do Brasil.

- **Número de apenados que trabalham em oficinas em parceria;**

Em junho de 2011, as unidades federativas informaram que 15.786 (quinze mil setecentos e oitenta e seis) presos desempenhavam atividades de laborterapia fora dos estabelecimentos penais. Este quantitativo corresponde a 3% da população carcerária do Brasil.

Quadro A.2.4.3.1 Perfil da população prisional brasileira em relação ao tratamento prisional (referência: junho de 2011)

ATIVIDADE	HOMENS	MULHERES	TOTAL
<i>Indicador: Quantidade de Presos em Programas de Laborterapia-Trabalho Externo</i>	14.429	1.357	15.786
<i>Item: Parceria com a Iniciativa Privada</i>	7.882	600	8.482
<i>Item: Parceria com Órgãos do Estado</i>	2.305	268	2.573
<i>Item: Parceria com Paraestatais (Sistema S e ONG)</i>	541	18	559
<i>Item: Atividade Desenvolvida - Artesanato</i>	2.179	394	2.573
<i>Item: Atividade Desenvolvida - Rural</i>	389	2	391
<i>Item: Atividade Desenvolvida - Industrial</i>	1.133	75	1.208

Fonte: InfoPen

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não ocorreu no período.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores (Considerando recursos provenientes da fonte 100 – tesouro)

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores					Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011	
<i>Não ocorreu no período</i>					
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011	
2010	72.581.490,48	-1.050.600,48	46.900.000,00	24.630.890,00	
2009	26.296.631,60	0,00	17.447.631,60	8.849.000,00	
...	157622396,5	-74456,36	17885506,84	139662433,3	
Observações:					
A seguir a relação de Decretos de validação dos restos a pagar dos anos de 2007, 2008 e 2009.					
<i>Decreto Nº 7.468, de 28 de abril de 2011.</i>			<i>Mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 que especifica, altera o parágrafo único do art. 68 do Decreto no 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e dá outras providências.</i>		
<i>Decreto Nº 7.057 de 29 de dezembro de 2009.</i>			<i>Prorroga a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007 e 2008.</i>		
<i>Decreto Nº 6.708, de 23 de dezembro de 2008</i>			<i>Prorroga a validade dos restos a pagar não processados inscritos no exercício financeiro de 2007 e dá outras providências.</i>		

Fonte: Siafi Gerencial

4.2) Análise Crítica

Devido ao exíguo lapso temporal entre a fase do empenho e a do pagamento de convênios e contratos de repasse relativos às edificações (construção, ampliação e reforma) e tendo em vista as diversas etapas deste tipo de projeto – liberação do terreno, obtenção da licença ambiental, elaboração do projeto executivo, licitação, adaptação do projeto, efetiva execução, intempéries climáticas, etc – o exercício no qual foi emitido o empenho é extrapolado. Normalmente, leva-se de 1 ano e meio a três anos para conclusão. Assim, a Unidade Gestora CEF/DEPEN possui um volume de restos a pagar muito alto.

O ciclo para liberação dos recursos financeiros para os convênios é composto de cinco fases: (proposta, análise, aprovação, formalização e liberação. Estes convênios em sua maioria, são firmados no final do exercício financeiro, tendo em vista inconsistências nas propostas apresentadas, restrições junto ao CAUC por parte dos convenientes e/ou falta de limite orçamentário. Assim, a Diretoria de Políticas Penitenciárias só consegue repassar os recursos financeiros nos exercícios subseqüentes.

Outro fator a ser lavado em consideração é que as Notas Fiscais / Faturas de contratos continuados dos meses de dezembro só são pagas no exercício seguinte para que não haja antecipação de despesa por parte deste DEPEN.

Sobre restos a pagar, considere-se ainda que:

- O DEPEN vem encaminhando relatórios periodicamente às áreas demandantes, com o intuito de restringir ao máximo a probabilidade de inscrição de Restos a Pagar, bem como vem cancelando os Restos a Pagar em que sejam verificados a não adequação de permanência dos saldos;
- As Inscrições e Reinscrições de Restos a Pagar foram feitas automaticamente de acordo com a Legislação Vigente; e
- Nota-se que os Restos a Pagar prejudicam sobremaneira a Execução Financeira, uma vez que os valores a serem pagos como Restos a Pagar são abatidos do Limite Financeiro concedido pelo Ministério da Justiça. Contudo, este Departamento, tendo em vista executar a maioria de seu Orçamento através de Convênios para Construção, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais, que conforme citados anteriormente são processos demorados, não tem meios de executar seu orçamento sem que haja inscrição em restos a pagar.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1) Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1.156	1.085		04
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	1.045		77	53
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	01	01	01	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	03	03	03	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	17	17	11	13
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3 Total de Servidores (1+2)	2.222	1.106	92	70

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	03 (Lei 11.907/2008 e 8.112/90)
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	21
3.2. A pedido, a critério da Administração	23
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	7
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	67
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	1
4.2. Capacitação	1
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	124

Fonte: SIAPE e registros funcionais

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	73	66	37	12
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	31	31	18	12
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	14	14	8	0
1.2.4. Sem vínculo	21	21	11	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	20	20	20	20
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	17	17	17	20
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	3	3	3	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	93	86	57	32

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	427	498	76	16	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	15	37	09	04	02
2.3. Funções gratificadas	07	10	01	0	0
3. Totais (1+2)	449	545	86	20	03

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	423	595	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	18	49	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	9	9	0	0	0
3. Totais (1+2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

NÃO OCORREU NO PERÍODO.

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Em R\$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	5	8	10	10	109.515,00
1.1 Área Fim	Não ocorreu no período				
1.2 Área Meio	5	8	10	10	
2. Nível Médio	13	18	23	25	92.208,17
2.1 Área Fim	Não ocorreu no período				
2.2 Área Meio	13	18	23	25	
3. Total (1+2)	18	26	33	35	201.723,18

Fonte: SIAPE e SIAFI

5.4) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	40.532.271,69	83.213,00	22.404.663,42	13.409.951,90	5.978.023,29	5.978.023,29	14.980,23	-	397.193,59	82.820.297,12
	2010	72.356.790,28	2.901.752,64	19.401.503,64	7.646.842,22	1.517.764,91	763.879,08	-	-	-	104.588.532,77
	2009	22.152.371,42	596.732,62	7.859.534,85	2.466.977,22	572.532,19	-	-	-	-	33.648.148,30
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	2.582.885,44	71.377,02	1.121.280,86	340.289,40	422.347,92	184.414,77	7.195,20		27.882,24	4.757.672,85
	2010	738.867,60	1.277.947,29	309.240,00	147.600,00	196.004,85	-	-	-	-	2.669.659,74
	2009	-	1.354.977,05	111.635,15	31.161,02	34.585,75	-	-	-	-	1.532.358,97
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	579.332,12	4.840,99	314.016,40	140.790,88	281.565,28	82.495,83	62,28	-	4.615,80	1.407.719,58
	2010	61.572,30	12.569,03	17.980,80	157.440,00	81.385,51	-	-	-	-	314.747,64

Informamos que Departamento Penitenciário nacional não dispõe em seu quadro funcional dos servidores a seguir: membros de poder e agentes políticos, Servidores com Contratos Temporários, Servidores Cedidos com ônus ou em Licença e Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial.

5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

Não ocorreu no período.

5.2.2) Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.

Não ocorreu no período.

5.5.3) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: DIRETORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL													
UG/Gestão: 200323							CNPJ:						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	22/2010	3292418/0001-50	24/05/2010	24/05/2012	25	25	1	1	0	0	AP
2011	L	O	23/2010	07228643/0001-36	26/05/2010	25/05/2012	25	25	1	1	0	0	AP
2011	L	E	14/2011	07442731/0001-36	22/03/2011	21/09/2012	25	25	1	1	0	0	E
2011	L	O	17/2010	08861799/0001-12	08/02/2010	07/02/2012	20	20	1	1	0	0	AP
2011	L	O	37/2011	11786359/0001-52	30/11/11	29/11/12	25	25	1	1	0	0	A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Controle de contratos/COREM/CGAD/DIREX/DEPEN

5.5.4) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome:		DIRETORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL											
UG/Gestão:		200323				CNPJ:							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	1	O	22/2010	3292418/0001-50	24/05/2010	24/05/2012	25	25	1	1	0	0	AP
2011	1	O	23/2010	07228643/0001-36	26/05/2010	25/05/2012	25	25	1	1	0	0	AP
2011	1	E	14/2011	07442731/0001-36	22/03/2011	21/09/2011	25	25	1	1	0	0	E
2011	1	O	17/2010	08861799/0001-12	08/02/2010	07/02/2012	20	20	1	1	0	0	AP
2011	1	O	37/2011	11786359/0001-52	30/11/11	29/11/12	25	25	1	1	0	0	A
2011	6	O	42/2010	26852970/0001-09	27/12/10	26/12/11	2	2	0	0	0	0	E
2011	6	O	45/2010	07951388/0001-55	03/01/11	02/01/12	2	2	0	0	0	0	A
2011	6	O	44/2010	11786359/0001-52	28/12/10	27/12/12	2	2	0	0	0	0	AP
2011	6	O	43/2010	00482840/0001-38	22/12/10	21/12/12	2	2	0	0	0	0	AP
2011	14	O	30/2010	0593361/0001-46	10/11/10	09/11/12	18	18	10	10	0	0	AP
2011	14	O	35/2010	07228643/0001-36	16/11/10	15/11/12	18	18	10	10	0	0	AP
2011	14	O	31/2010	07442731/0001-36	16/11/10	15/11/11	18	18	10	10	0	0	E
2011	14	O	32/10	07855231/0001-26	10/11/10	09/11/11	18	18	10	10	0	0	E
LEGENDA													
Área:				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
1. Conservação e Limpeza;				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
2. Segurança;				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
3. Vigilância;				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
4. Transportes;													
5. Informática;													
6. Copeiragem;													
7. Recepção;													
8. Reprografia;													
9. Telecomunicações;													
10. Manutenção de bens móveis													
11. Manutenção de bens imóveis													
12. Brigadistas													
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
14. Outras													

LEGENDA

Área:

- | | |
|---------------------------|---|
| 1. Conservação e Limpeza; | 8. Reprografia; |
| 2. Segurança; | 9. Telecomunicações; |
| 3. Vigilância; | 10. Manutenção de bens móveis |
| 4. Transportes; | 11. Manutenção de bens imóveis |
| 5. Informática; | 12. Brigadistas |
| 6. Copeiragem; | 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes |
| 7. Recepção; | 14. Outras |

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Controle de contratos/COREM/CGAD/DIREX/DEPEN

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo, Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais, Rotatividade (turnover), Educação Continuada, Disciplina, - Aposentadoria versus reposição do quadro.

Informamos que a Unidade ainda não dispõe de instrumentos de aferição dos indicadores supra mencionados.



6. TRANSFERÊNCIAS

As informações pertinentes a este item serão dispostas no Relatório de Gestão do Fundo Penitenciário Nacional, agregado a este relatório.

7. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

DECLARAÇÃO
Eu, Augusto Eduardo de Souza Rossini CPF nº 063.997.338-80, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional, declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.
Brasília, 26 de março de 2012. Augusto Eduardo de Souza Rossini 063.997.338-80 Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional

8. TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Quantidade		
		Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	86	86	86
	Entregaram a DBR	86	86	86
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: Arquivo da Coordenação de Recursos Humanos.

8.2) Análise Crítica

- **Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR**

Não ocorreu no período.

- **Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR**

Coordenação de Recursos Humanos do Departamento Penitenciário Nacional.

- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento

Não existe um sistema informatizado, entretanto a Coordenação realiza controle manual via planilha Excel e arquivo por ordem alfabética e anual das declarações de IR entregues em cada exercício, bem como arquivo por ordem alfabética das autorizações de acesso entregues pelos servidores optantes desta modalidade.

- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil e como esse acesso se dá.

A recepção ocorre em papel.

- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

Não temos competência para realizar análise das informações declaradas pelo servidor para a Receita Federal.

- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações

A forma de guarda é arquivo físico.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

9.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: Em 03 de novembro de 2011 foi instituído, por meio da Portaria DEPEN/MJ nº 499, o Grupo Permanente de Controle do Departamento Penitenciário Nacional que tem como finalidade a implementação de ações de natureza preventiva e/ou corretiva, com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de controle interno, no âmbito deste Departamento.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					x	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?						
Participação de vários servidores no curso “sustentabilidade em compras públicas”, promovido pela Procuradoria Geral da União.						
Em obediência a portaria nº 12/2009 MPOG, todas as impressões são feitas em frente e verso.						
O futuro edital da 5ª Penitenciária Federal conterà a obrigação de que todas as madeiras utilizadas na construção possuirão selo de reflorestamento.						
Treinamento de pessoal visando à redução dos consumos de energia e água, bem como a diminuição da produção de resíduos sólidos, utilização de saneantes domissanitários de baixa toxidade, previsão de atendimento das normas que controlam a matéria, Lei 6.360/1976, Decreto 79.094/1977, Resolução Normativa nº 01/1978, Resolução ANVISA RE nº 913/2001, Portaria nº 874/1998;						
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					x	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					x	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?						
Em todos os editais são solicitados a utilização de produtos fabricados em atendimento aos órgãos de controle no que se refere à norma ambiental adotada, conforme o caso concreto.						
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					x	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?						
Foram adquiridas lâmpadas fluorescentes para as Unidades Penais, visando um menor consumo de energia.						
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).		x				

<i>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</i> <i>Tentamos adquirir alguns papéis tipo A4, reciclados, para as Penitenciárias Federais, contudo o preço destes á época era maior do que valor dos papéis convencionais.</i>					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			x		
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</i> <i>De maneira geral todos os veículos adquiridos pelo DEPEN atendem as normas de fabricação vigentes no país, incluindo-se as exigências de IBAMA, órgão fiscalizador, e ainda questões de ruídos e combustíveis, os quais em sua maioria são abastecidos com DIESEL, com adaptação para a utilização de BIODIESEL.</i>					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	x				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
<i>Os serviços de engenharia prestados pelas Contratadas ao DEPEN prevêem que deverão ser observados vários critérios visando a redução dos impactos ambientais, pautando-se no uso racional de equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental, estando incluídas obrigações que observam os materiais básicos empregados, separação de restos de materiais, produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, para descarte posterior, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.</i>					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			x		x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	x				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	x				
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é					

<i>integralmente não aplicado no contexto da UJ.</i> (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					
---	--	--	--	--	--



11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1- MATO GROSSO DO SUL		
	Campo Grande	1	1
	UF 2- PARANÁ		
	Catanduvas	2	2
	UF 3- RIO GRANDE DO NORTE		
	Mossoró	1	1
	UF 4- DISTRITO FEDERAL		
	Brasília	1	1
	UF 5- PARÁ		
	Santa Isabel	1	1
Subtotal Brasil		6	6
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		6	6

Fonte: SIAFI/SPIUNET

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Não ocorreu no período.

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200333	9051 00289.500-9	21 (Uso em serviço público)	BOM	R\$ 282.982,91	03/11/2011	R\$ 19.998.472,07		
200333	7497 00011.500-9	21	BOM	R\$ 79.862,39	07/11/2011	R\$ 18.323.590,29		
200333	7497 00013.500-0	21	BOM	R\$ 67.655,94	07/11/2011	R\$ 67.655,94		
200333	1759 00085.500-6	21	REPAROS IMPORTANTES	R\$ 15.333,00	07/11/2011	R\$ 20.900.616,70		
200333	9701 23688.500-8	12 (Em regularização)	BOM	R\$ 210.655,32	01/11/2011	R\$ 210.655,32		
200333	0529 00002.500-3	12	BOM	R\$ 1.230.072,00	01/11/2011	R\$ 8.200.480,00		
Total							584.530,73	64.947,86

Fonte: SIAFI/SPIUNET

1.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

Informamos que a gestão de imobilizados sob nossa custódia foi realizada de maneira eficiente, uma vez que, no ano de 2011, realizamos uma total reavaliação dos imóveis, executando, em seguida, as reavaliações necessárias no SpiuNet.

Ressaltamos que não foram detalhadas, neste relatório, as informações referentes à Penitenciária Federal em Porto Velho, uma vez que tal imóvel apesar de ser do DEPEN, oficialmente ainda não teve seu registro de imóvel transferido para nossa Unidade Gestora, permanecendo na responsabilidade da SPU em Rondônia devido à falta de algumas documentações do INCRA.

Informamos que por dificuldade de rateamento das despesas de manutenção dos imóveis e instalações, informamos o gasto total da unidade.

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12.1) Gestão de Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	199				
1. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
2. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
3. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
4. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		X
5. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
6. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
7. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
8. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Bens		Serviços		
	22,5%		92%		

9. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
10. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
11. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: No item 12a, quanto ao nível médio estimado de serviços terceirizados presentes na UJ (Secretaria Executiva) , a terceirização foi calculada em relação ao percentual do número total de colaboradores presentes na UJ UJ (Secretaria Executiva) (Terceirizados + Servidores Públicos). Ressalta-se que os 8% restantes de serviços são atribuídos às atividades realizadas por servidores públicos lotados na CGTI. Tais ações são voltadas para o Planejamento, Gestão e Controle das atividades, buscando alcançar as metas e objetivos internos e estratégicos relacionados à TI, voltados para a UJ UJ (Secretaria Executiva) e ao Ministério da Justiça. Para conhecimento, informa-se que, quanto ao percentual total de bens, os relacionados à serviços de impressão, totalizaram até 31 de dezembro de 2011, um total aproximado de 45% dos bens instalados no parque MJ.					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Informações encaminhadas pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada, Secretaria-Executiva do Ministério da justiça, encarregada pela gestão de toda infra-estrutura de Tecnologia da Informação dos órgãos do Ministério da Justiça, que ainda não possuem autonomia nesse sentido.

13. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Item informado no relatório de Gestão do Fundo Penitenciário Nacional, tendo em vista a origem dos recursos empregados na utilização do suprimento de fundos serem do próprio FUNPEN.

15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN					001956
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	008.108/2009-4	124/2011 – Plenário	9.2	Comunicação	Ofício n.º 77/2011 - TCU/SECEX-RR de 04/02/2011.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN					001956
Descrição da Deliberação:					
Reitera a determinação constante do Acórdão n.º 1.907/2006 – TCU – Plenário, com redação dada pelo Acórdão n.º 1.796/2009 – TCU – Plenário, para que sejam encaminhados novos elementos e/ou documentos relativos aos Convênios n.ºs 47/2002 (465297) e 208/2001 (427201), formalizados com este Departamento, e sobre a efetiva instauração de tomada de contas especial, quando necessária.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
CGFPN/DIRPP/DEPEN/MJ					001956
Síntese da providência adotada:					
Em atendimento ao requerido foi encaminhado o Ofício nº 768/2011-GAB/DEPEN, de 25/3/2011, informando que os instrumentos de repasses supracitados, celebrados entre o Estado de Roraima e este Departamento, se encontram com a situação “reexaminados com TCE instaurada”, conforme os Relatórios de Tomada de Contas Especial nºs 003 e 006/2009, respectivamente, elaborados pelo Setor Contábil desta Pasta Ministerial e encaminhados à Controladoria-Geral da União.					
Síntese dos resultados obtidos					
Cumprimento da IN/TCU nº 56/2007.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve aspectos dificultadores em atender ao solicitado no prazo indicado, tendo em vista que os Convênios tiveram a regular instauração de tomada de contas especial, seguindo seu trâmite em conformidade com o que determina a IN/TCU nº 56/2007, que rege a instauração e organização dos autos de TCE.					

15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não ocorreu no período.

15.3) Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nº 201108790/001		Solicitação de Auditoria, de 18/3/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN			001956
Descrição da Recomendação:			
Tendo em vista os trabalhos de auditoria realizados neste Departamento, em consonância ao disposto no art. 26 da Lei 10.180, de 6/2/2011, foram solicitadas informações aos seguintes questionamentos, a serem encaminhados diretamente ao Coordenador da equipe de auditoria: • Item nº1: Apresentar os processos de formalização referente aos seguintes convênios firmados em 2010: 109, 119, 110, 130, 122, 136, 104, 103, 128, 101, 127, 113, 102 e 100. • Item nº2: Apresentar a relação dos convênios que tiveram a prestação de contas apresentadas em 2010; • Item nº3: Apresentar a relação dos Convênios vigentes em 2010, informando aqueles que estão com registros completos no SICONV, aqueles que estão com registros parciais e aqueles que ainda não foram registrados no SICONV, bem como, informar quais os motivos que impedem os registros no mencionado Sistema.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
CGFPN/DIRPP/DEPEN/MJ			
Síntese da providência adotada:			
Foi elaborado o Memorando n.º 003/2011-CGFPN/DIRPP/DEPEN, de 24/3/2011, ao Senhor Coordenador da Equipe de Auditoria da CGU neste Departamento, contendo planilhas relativos ao atendimento total das solicitações nºs 2 e 3, informando que os convênios celebrados no exercício de 2008, ano de implementação do SICONV, não foram registrados no sistema em razão do aguardo do módulo de migração de convênio. Entretanto, não existe mais a obrigatoriedade dessa migração, segundo informações dos técnicos do Ministério do Planejamento em 23/3/2011. No que tange ao atendimento do item nº 1, foram encaminhados os supracitados processos.			
Síntese dos resultados obtidos			
Subsídios aos trabalhos realizados pela Equipe de Auditoria da CGU neste Departamento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve aspectos dificultadores, tendo em vista que os conteúdos das planilhas encaminhadas constam nos arquivos da Coordenação responsável.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Nº 201108790/002		Solicitação de Auditoria, de 18/03/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN			001956
Descrição da Recomendação:			
Tendo em vista os trabalhos de auditoria realizados neste Departamento, em consonância ao disposto no art. 26 da Lei 10.180, de 6/2/2011, foram solicitadas informações aos seguintes questionamentos:			

• Item nº4: Justificar a manutenção das inscrições em “Restos a Pagar Processados” das Notas de Empenho relacionadas; • Item nº5: Justificar a manutenção das inscrições em “Restos a Pagar não Processados” das Notas de Empenho relacionadas; • Item nº6: Apresentar os motivos que ocasionaram as inscrições em “Restos a Pagar Não Processados” de cada Nota de Empenho descrita na recomendação, emitidas pela UG executora 200323, fornecendo cópia da documentação comprobatória; • Item nº7: Apresentar os motivos para o não pagamento dentro do exercício e que ocasionaram as inscrições em “Restos a Pagar Processados” da Nota de Empenho descrita, emitidas pela UG Executora 200323, fornecendo cópia da documentação comprobatória, e informando, ainda, em qual inciso previsto no art. 35 do Decreto n.º 93.872/86 fundamentou-se a inscrição.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
CGFPN/DIRPP/DEPEN/MJ	
Síntese da providência adotada:	
Foi elaborado o Memorando n.º 013/2011-CGFPN/DIRPP/DEPEN, de 31/3/2011, ao Senhor Diretor-Executivo deste Departamento, informando que a manutenção das inscrições instadas nos itens 4 e 5 foram mantidas com fundamento nos incisos I e II do art. 35 do Decreto 93.872/86, bem como nos Decretos nºs 7.057/09, 6.708/08 e 7.418/10, que prorroga a validade de todos os restos a pagar não-processados nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009. Em anexo ao expediente supracitado, foram encaminhadas tabelas devidamente preenchidas com as devidas justificativas para a manutenção dos “Restos a Pagar Processados” e em “Restos a Pagar não Processados”, conforme recomendado pelo itens 4 e 5;	
Síntese dos resultados obtidos	
Subsídios aos trabalhos realizados pela equipe de auditoria da CGU neste Departamento.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
As providências adotadas foram realizadas sem dificuldades.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Nº 201108790/004		Solicitação de Auditoria, de 31/3/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN			001956
Descrição da Recomendação:			
Tendo em vista os trabalhos de auditoria realizados neste Departamento, em consonância ao disposto no art. 26 da Lei 10.180, de 6/2/2011, foram solicitadas informações aos seguintes questionamentos: • Item nº11: Discriminar os convênios que foram fiscalizados pela Unidade no exercício de 2010, informando quais as impropriedades verificadas e as providências adotadas para a devida regularização; • Item nº12: Informar dentre os convênios que estiveram vigentes em 2010, aqueles que tiveram as suas fiscalizações planejadas, realizadas ou não-realizadas, utilizando o modelo de planilha recomendada pela equipe de auditoria da CGU neste Departamento; • Item nº13: Fornecer relação dos processos de prestação de contas de Convênios que se encontram cadastrados na Conta “A APROVAR” – 199620500, no Balancete da Unidade, apresentando informações sobre as análises de tais instrumentos quanto às providências adotadas para a devida regularização de cada caso, inclusive sobre a instauração de Tomada de Contas Especial; • Item nº14: Fornecer relação dos convênios que se encontram cadastrados na Conta “A Comprovar”, cuja vigência encontra-se expirada, especificando os itens conforme a planilha modelo, apresentando informações as providências adotadas para a devida regularização de cada caso, inclusive sobre a instauração de Tomada de Contas Especial; • Item nº15: Descrever a rotina de análise das prestações de contas das transferências voluntárias concedidas, o quantitativo de pessoal envolvido nessa atividade, os recursos materiais disponíveis, manifestando se tais			

recursos são suficientes ou não para execução dessa atividade. • Item nº16: Informar se as transferências efetuadas para entidades privadas sem fins lucrativos precedidas de chamamento público, caso tenham ocorrido, apresentar a documentação comprobatória confirmando que os chamamentos contemplaram as especificações recomendadas;	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
CGFPN/DIRPP/DEPEN/MJ	
Síntese da providência adotada:	
Por meio da Informação n.º 26/2011-COAPC/CGFPN/DIRPP/DEPEN, de 7/4/2011 foram esclarecidos os questionamentos levantados pelo item 15, bem como anexação das planilhas especificando o cumprimento dos itens 13 e 14. Para cumprimento dos itens nºs 11 e 12, foi expedido o Memorando Circular n.º 004/2011-CGFPN/DIRPP/DEPEN, de 13/4/2011 aos Coordenadores-Gerais deste Departamento para que preenchessem as planilhas correspondentes. Oportunidade em que as áreas fins encaminharam a CGFPN as planilhas devidamente preenchidas. No que tange ao item 16, por intermédio do Memorando n.º 12/2011 – CGFPN/DIRPP/DEPEN, de 31/3/2011, foram dadas justificativas às alíneas de “a” a “g” do mencionado item.	
Síntese dos resultados obtidos	
Subsídios aos trabalhos realizados pela equipe de auditoria da CGU neste Departamento.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve aspectos dificultadores.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Nº 201108790/005		Solicitação de Auditoria, de 29/3/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN			001956
Descrição da Recomendação:			
Tendo em vista os trabalhos de auditoria realizados neste Departamento, em consonância ao disposto no art. 26 da Lei 10.180, de 6/2/2011, foram solicitadas informações aos seguintes questionamentos: <u>Convênio SICONV n.º 751743/2010</u> • Item nº17: Informar e comprovar mediante documentos que comprovem a realização de chamamento público no SICONV para celebração do mencionado instrumento; • Item nº18: Ausência nos autos de documentação atualizada de que trata o art. 18, incisos II, IV e VII da Portaria Interninisterial n.º 127/2008; • Item nº19: Ausência de data e assinatura no Plano de Trabalho quanto a Declaração do Proponente sobre a inexistência de qualquer débito em mora ou inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal e ausência de aprovação pelo Concedente do Plano de Trabalho; <u>Convênio SICONV n.º 751431/2010</u> • Item nº20: Informar se foi concluído no Portal de Convênios o Despacho nº 1959-DIRPP/DEPEN/MJ, de 1/12/2010, que aprovou o Parecer Técnico nº 11/2010-CGPMA/DIRPP/DEPEN/MJ, conforme recomendado pela Consultoria Jurídica deste Ministério; • Item nº21: Ausência de data e assinatura no Plano de Trabalho quanto a Declaração do Proponente sobre a inexistência de qualquer débito em mora ou inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal e ausência de aprovação pelo Concedente do Plano de Trabalho;			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
CGFPN/DIRPP/DEPEN/MJ			
Síntese da providência adotada:			

Por meio do Memorando n.º 014/2011 – CGFPN/DIRPP/DEPEN, de 4/4/2011, foram dadas as seguintes justificativas:

- ✓ **Item nº17:** O chamamento público foi realizado por meio da Portaria DEPEN nº 4, de 8/1/2010, publicada no DOU, bem como no site oficial deste Departamento.
- ✓ **Item nº18:** Mencionadas documentações não necessitam serem anexadas no processo, por já estarem devidamente registradas na “Aba” do SICONV “Cadastramento – Consultar Proponente”, o que é imprescindível a apresentação de tais documentos para o cadastramento e apresentação dos projetos no SICONV.
- ✓ **Item nº19:** Levando-se em consideração os princípios da economicidade, da simplificação e padronização do processo, as assinaturas no SICONV são realizadas pelo Gestor do convênio eletronicamente. Essas assinaturas ocorrem quando o Gestor aprova o Plano de Trabalho da Proposta mediante a inclusão do CPF.
- ✓ **Item nº20:** Informação de que o Despacho nº 1959/2010, de 1/12/2010 será inserido no Portal de Convênios.
- ✓ **Item nº21:** Levando-se em consideração os princípios da economicidade, da simplificação e padronização do processo, as assinaturas no SICONV são realizadas pelo Gestor do convênio eletronicamente. Essas assinaturas ocorrem quando o Gestor aprova o Plano de Trabalho da Proposta mediante a inclusão do CPF.

Síntese dos resultados obtidos

Subsídios aos trabalhos realizados pela equipe de auditoria da CGU neste Departamento.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve aspectos dificultadores.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Nº 201108790/006		Solicitação de Auditoria, de 01/04/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN			001956
Descrição da Recomendação:			
Tendo em vista os trabalhos de auditoria realizados neste Departamento, em consonância ao disposto no art. 26 da Lei 10.180, de 6/2/2011, foram solicitadas informações aos seguintes questionamentos:			
<u>Convênio SICONV n.º 750571/2010</u>			
• Item nº22: Ausência no processo de documentos que comprovem o atendimento, por parte do Conveniente, às diligências indicadas nas Notas Técnicas nºs 054 e 057/2010-COESA/CGPAI/DIRPP/DEPEN/MJ, de 25/10/2010 e 11/11/2010, respectivamente, devendo ser apresentadas à Equipe de Auditoria cópias dos mencionados documentos comprobatórios; • Item nº23: Ausência no SICONV do Plano de Trabalho devidamente aprovado pela autoridade competente;			
<u>Convênio SICONV n.º 750574/2010</u>			
• Item nº24: Ausência no SICONV do Plano de Trabalho devidamente aprovado pela autoridade competente; • Item nº25: Ausência no SICONV do Termo de Posse do Secretário de Estado da Justiça do Espírito Santo;			
<u>Convênio SICONV n.º 750572/2010</u>			
• Item nº26: Ausência no SICONV do Plano de Trabalho devidamente aprovado pela autoridade competente; • Item nº27: Ausência no SICONV, aba “Projeto Básico/Termo de Referência”, do Projeto Básico referente aos equipamentos a serem adquiridos com a devida aprovação;			
<u>Convênio SICONV n.º 750401/2010</u>			
• Item nº28: Ausência no SICONV do Plano de Trabalho devidamente aprovado pela autoridade competente; • Item nº29: Esclarecer o porquê da não liberação dos recursos do convênio, uma vez que não constam registradas informações sobre a questão no SICONV ou no processo, entre o período de 23/12/2010 a 25/02/2011 quando foi emitida a Nota Técnica nº 01//2011-COARS/CGRSE/DIRPP/DEPEN;			
<u>Convênio SICONV n.º 750554/2010</u>			
• Item nº30: Ausência no SICONV do Plano de Trabalho devidamente aprovado pela autoridade competente; • Item nº31: Ausência no SICONV do documento que trata do projeto apresentado pelo Estado do Acre, contendo a descrição pormenorizada do objeto do convênio;			
<u>Convênio SICONV n.º 750281/2010</u>			

- **Item nº32:** Ausência no SICONV do Plano de Trabalho devidamente aprovado pela autoridade competente;
- **Item nº33:** Ausência no SICONV do documento que trata da aprovação do Parecer Técnico nº 03/2010-CACSP/CGRSE/DIRPP/DEPEN;

Convênio SICONV n.º 750897/2010

- **Item nº34:** Ausência no SICONV do Plano de Trabalho devidamente aprovado pela autoridade competente;
- **Item nº35:** Esclarecer a razão da não liberação dos recursos do convênio, uma vez que foi constatado no Despacho, de 15/2/2011, o encaminhamento do processo para a COARS para ciência e providências necessárias para o possível repasse;

Convênio SICONV n.º 750280/2010

- **Item nº36:** Ausência no SICONV do Plano de Trabalho devidamente aprovado pela autoridade competente;
- **Item nº37:** Ausência no SICONV do Plano de Trabalho devidamente aprovado pela autoridade competente;
- **Item nº38:** Ausência no SICONV do Parecer Técnico nº 005/2010-COARS/CGRSE/DIRPP/DEPEN e da Declaração nº 146/2010-COFIN/CGAD/DIREX/DEPEN.

Item nº 39: Informar as providências adotadas pela Unidade em relação aos convênios firmados com os convenientes que se encontravam com pendências no CAUC, fato que, por si só, impede o repasse dos recursos, como é o caso do presente convênio.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
CGFPN/DIRPP/DEPEN/MJ	

Síntese da providência adotada:

Por meio do Memorando n.º 015/2011 – CGFPN/DIRPP/DEPEN, de 6/4/2011, foram dadas as seguintes justificativas:

- ✓ **Item nº22:** Foi informado que as diligências na Nota Técnica nº 054/2010 foram atendidas por meio de documentos inseridos nas Abas “participantes” do Siconv, no Plano de Trabalho e Projeto Básico, ambos na aba “Anexos” do sistema. Ressaltou-se que tanto o Plano de Trabalho como o Projeto Básico encontram-se nos autos do processo n.º 08016.010927/2010-71.
Já em relação às diligências solicitadas na Nota Técnica nº 057/2010 todas foram atendidas, é o que consta da documentação inserida na aba “anexos” do Siconv.
- ✓ **Item nº23:** Primando pela simplificação e padronização do processo, entende-se que o Siconv é composto pelo Plano de Trabalho em suas abas do Siconv, as quais formam esse Plano com suas abas de cronograma físico, financeiro e desembolso, Plano de Aplicação detalhado e consolidado, dados dos partícipes, etc. O Plano de Trabalho é assinado eletronicamente pelo gestor do convênio. Essas assinaturas ocorrem quando o gestor aprova o plano de trabalho da proposta mediante inclusão do CPF.
- ✓ **Item nº24:** Levando-se em consideração os princípios da economicidade, da simplificação e padronização do processo, as assinaturas no Siconv são realizadas pelo gestor do convênio eletronicamente. Essas assinaturas ocorrem quando o gestor aprova o Plano de Trabalho da Proposta mediante a inclusão do CPF.
- ✓ **Item nº25:** Informação que por um lapso na formalização do instrumento, tal instrumento não foi inserido, portanto este Departamento responsabiliza-se pela inserção na “aba” de dados – documento digitalizado do convênio.
- ✓ **Item nº26:** Levando-se em consideração os princípios da economicidade, da simplificação e padronização do processo, as assinaturas no Siconv são realizadas pelo gestor do convênio eletronicamente. Essas assinaturas ocorrem quando o Gestor aprova o Plano de Trabalho da Proposta mediante a inclusão do CPF.
- ✓ **Item nº27:** Em que pese a ausência de Projeto Básico na aba específica do Siconv, ele consta na aba “anexos”, como já informado pela Equipe de Auditoria CGU. Cumpre informar também que o referido documento encontra-se nos autos do processo, devidamente aprovado por meio do Parecer nº 002/2010-COESA/CGPAI/DIRPP/DEPEN, de 22/11/2010, o qual se encontra também na aba “Pareceres” do Siconv.
- ✓ **Item nº28:** Levando-se em consideração os princípios da economicidade, da simplificação e padronização do processo, as assinaturas no Siconv são realizadas pelo gestor do convênio eletronicamente. Essas assinaturas ocorrem quando o gestor aprova o Plano de Trabalho da Proposta mediante a inclusão do CPF.
- ✓ **Item nº30:** Levando-se em consideração os princípios da economicidade, da simplificação e padronização do processo, as assinaturas no Siconv são realizadas pelo Gestor do convênio eletronicamente. Essas assinaturas ocorrem quando o gestor aprova o Plano de Trabalho da Proposta mediante a inclusão do CPF.
- ✓ **Item nº32:** Levando-se em consideração os princípios da economicidade, da simplificação e padronização do processo, as assinaturas no Siconv são realizadas pelo Gestor do convênio eletronicamente. Essas assinaturas ocorrem quando o gestor aprova o Plano de Trabalho da Proposta mediante a inclusão do CPF.
- ✓ **Item nº34:** Levando-se em consideração os princípios da economicidade, da simplificação e padronização do processo, as assinaturas no Siconv são realizadas pelo Gestor do convênio eletronicamente. Essas assinaturas

ocorrem quando o gestor aprova o Plano de Trabalho da Proposta mediante a inclusão do CPF.	
✓ Item nº36:	Levando-se em consideração os princípios da economicidade, da simplificação e padronização do processo, as assinaturas no Siconv são realizadas pelo Gestor do convênio eletronicamente. Essas assinaturas ocorrem quando o gestor aprova o Plano de Trabalho da Proposta mediante a inclusão do CPF.
✓ Item nº37:	Levando-se em consideração os princípios da economicidade, da simplificação e padronização do processo, as assinaturas no Siconv são realizadas pelo Gestor do convênio eletronicamente. Essas assinaturas ocorrem quando o gestor aprova o Plano de Trabalho da Proposta mediante a inclusão do CPF.
✓ Item nº38:	Destaca-se que o referido parecer não se encontra ausente no Siconv, o mesmo foi juntado ao Portal de Convênios no dia 30/11/2010, na aba “Pareceres”. No que tange à Declaração nº 146/2010-COFIN/CGAD/DIREX/DEPEN, a mesma realmente não havia sido juntada, motivo pelo qual, seguindo a orientação desse órgão de controle, a mesma já foi juntada em 6/4/2011.
✓ Item nº39:	Este Departamento sempre que tenta realizar o repasse de recurso aos Convenientes e não consegue devido a problemas de inadimplência, expede ofício ao Conveniente, informando o teor da inadimplência e solicitando que o mesmo tome as providências necessárias para a regularização.
Síntese dos resultados obtidos	
Subsídios aos trabalhos realizados pela equipe de auditoria da CGU neste Departamento.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve aspectos dificultadores.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Nº 201108790/007		Solicitação de Auditoria, de 05/04/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN			001956
Descrição da Recomendação:			
Tendo em vista os trabalhos de auditoria realizados neste Departamento, em consonância ao disposto no art. 26 da Lei 10.180, de 6/2/2011, foi reiterado a Solicitação de Auditoria nº 201108790/002, a qual solicita justificativas para a manutenção das inscrições em “Restos a Pagar Não Processados” das Notas de Empenho relacionadas na solicitação (Item nº40). Necessidade de complementação: - das justificativas anteriormente encaminhadas pelo Memorando nº 013/2011/CGFPN/DIRPP/DEPEN, de 31/3/2011, uma vez que não esclareceram os motivos para manutenção das inscrições em “Restos a Pagar não Processados” das Notas de Empenho relacionadas na devida solicitação de auditoria (Item nº 41); - das justificativas anteriormente encaminhadas pelo Despacho nº 820/2011-DISPF/DEPEN, uma vez que não esclareceram os motivos para manutenção das inscrições em “Restos a Pagar não Processados” das Notas de Empenho relacionadas no quadro demonstrado na solicitação de auditoria (Item nº 42); - em relação à Nota de Empenho nº 2010NE900414, apresentar cópia da documentação que comprove atendimento das condições para inscrição em “Restos a Pagar Não Processados” (Item nº43); - da fundamentação da inscrição nos incisos do art. 35 do Decreto nº 93.872/86, bem como apresentação dos documentos que comprovem a fundamentação (Item nº44); - das justificativas anteriormente encaminhadas pelo Despacho nº 794/2011-DISPF/DEPEN, uma vez que não esclareceram os motivos do não pagamento dentro do exercício e que ocasionou a inscrição em “Restos a Pagar Processados” da Nota de Empenho nº 2010NE900088, devendo apresentar cópia da documentação comprobatória, e informando, ainda, em qual inciso previsto no art. art. 35 do Decreto nº 93.872/86 fundamentou-se a inscrição (Item nº45)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
CGFPN/DIRPP/DEPEN/MJ			

Síntese da providência adotada:
Foi elaborado o Memorando n.º 016/2011-CGFPN/DIRPP/DEPEN, de 7/4/2011, ao Senhor Diretor-Executivo deste Departamento, contendo tabelas devidamente preenchidas com as devidas justificativas complementares, cumprindo em sua totalidade os itens 40 e 41.
Síntese dos resultados obtidos
Subsídios aos trabalhos realizados pela equipe de auditoria da CGU neste Departamento.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Em complementação ao atendimento da Solicitação em comento foi solicitado, por meio de Memorando Circular n.º 003/2011-CGFPN/DIRPP/DEPEN, de 6/4/2011, solicitação às demais coordenações gerais da Diretoria de Políticas Penitenciárias o preenchimento das informações no campo “justificativa”, do motivo que ensejou a manutenção das inscrições dos convênios em “Restos a Pagar”, com a explanação devida a respeito da não liberação desses recursos no exercício previsto para seu repasse.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Nº 201108793/001		Solicitação de Auditoria, de 06/04/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN			001956
Descrição da Recomendação:			
Tendo em vista os trabalhos de auditoria realizados neste Departamento, em consonância ao disposto no art. 26 da Lei 10.180, de 6/2/2011, foram solicitadas informações aos seguintes questionamentos:			
• Item nº1: Apresentar, se houver, aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços nº 01018/2010, firmado com a Caixa Econômica Federal – CEF para operacionalização das ações de construção e reforma de estabelecimentos penais; • Item nº2: Apresentar a relação dos Contratos de Repasse vigentes em 2010, destacando as informações recomendadas na presente solicitação; • Item nº3: Encaminhar, de forma detalhada, informações sobre a remuneração paga à CEF, no exercício de 2010, referente à prestação de serviços a esse Ministério na implementação das ações de governo referentes a construção, reforma/ampliação de obras dos sistemas penitenciários estaduais, identificando, em relação a cada parcela, os contratos a que se referem os serviços prestados, bem como os valores cobrados, recebidos e a receber. Informar, também, se existem pagamentos em atraso e por qual motivo. • Item nº6: Apresentar cópias dos Relatórios de Vistoria de Obras realizadas pelo DEPEN no exercício de 2010; • Item nº7: Informar os dados referentes ao Programa 0661 – Ações 8914 e 8915 e Programa 1453 – Ação 8660 atualizados no SIGPLAN até 15/2/2011, em atendimento ao disposto no §1º do art. 18 da Lei 11.653/2008; • Item nº8: Informar quais os Contratos de Repasses que estão com os registros completos no SICONV, aqueles que estão com registros parciais e aqueles que ainda não foram registrados no referido sistema; • Item nº9: Justificar a manutenção das inscrições em “Restos a Pagar Processados” das Notas de Empenho relacionadas no quadro demonstrado na solicitação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
CGFPN/DIRPP/DEPEN/MJ			
Síntese da providência adotada:			
Foi elaborado o Memorando n.º 019/2011-CGFPN/DIRPP/DEPEN, de 11/4/2011, ao Senhor Diretor-Executivo deste Departamento, contendo tabela devidamente preenchida com as devidas justificativas para a manutenção das inscrições em “Restos a Pagar Processados”, conforme recomendado pelo item 9.			
Síntese dos resultados obtidos			
Subsídios aos trabalhos realizados pela equipe de auditoria da CGU neste Departamento.			

<i>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</i>
--

Não houve aspectos dificultadores.

15.4) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não ocorreu no período.

16. RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Não ocorreu no período.



17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

17.1) Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis



Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem, corretamente, a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS/DEPEN		200325	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente à situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios: • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - DEPEN		200332	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente à situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios: • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
DEPEN/DIRETORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL			200323
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI abaixo relacionadas: a) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado; b) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações; c) Saldo indevido no ativo permanente; d) Convênios a aprovar com data expirada. Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios: • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
DEPEN/DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS			200324
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI abaixo relacionadas: e) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado; f) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações; g) Saldo indevido no ativo permanente; h) Convênios a liberar a comprovar e a aprovar com data expirada. Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios: • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL		200333	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante à restrição contábil registrada no SIAFI abaixo relacionada: a) Saldo invertido/indevido – Passivo Compensado. Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios: • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
PENITENCIÁRIA FEDERAL DE CAMPO GRANDE - MS		200600	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI abaixo relacionadas: i) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado; j) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações; k) Saldo indevido no ativo permanente. Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios: • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CATANDUVA - PR		200601	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante à restrição contábil registrada no SIAFI abaixo relacionada: l) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado; m) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações; n) Saldo indevido no ativo permanente. Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios: • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
PENITENCIÁRIA FEDERAL EM MOSSORÓ - RN		200602	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI abaixo relacionadas: o) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado; p) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações; q) Saldo indevido no ativo permanente. Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios: • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
PENITENCIÁRIA FEDERAL EM PORTO VELHO - RO		200603	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI abaixo relacionadas: r) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado; s) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações; t) Saldo indevido no ativo permanente. Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios: • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

26. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES (ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

Não ocorreu no período.

30. TERMOS DE PARCERIA (PARTE C, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN Nº 108/10)

Não ocorreu no período.

ANEXOS

I - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO REFERENTE AO ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Qtd	UF	Convênios	Convênio Siafi/Proposta Siconv	Objeto	Valor					Número do Processo	Área Responsável
					FUNPEN	Contrapartida	Total	Valor empenhado 2011	À Empenhar 2012		
1	GO	106/2011	756488/2011	Implantação de fábricas de tijolos e blocos ecológicos	520.343,96	99.317,08	619.661,04	520.343,96	0,00	08016.006837/2011-66	CGRSE
			032912/2011	Conveniente: Agência Goiana do Sistema de Execução Penal							
2	RO	103/2011	756466/2011	Aquisição de Solução de Tecnologia da Informação para controle operacional e administrativo de todo o sistema penitenciário do estado	2.716.622,10	301.846,90	3.018.469,00	2.716.622,10	0,00	08016.007571/2011-79	CGPAI
			042581/2011	Conveniente: Secretaria de Estado de Justiça							
3	RR	104/2011	756467/2011	Aparelhamento de 02 Unidades Básicas de Saúde no Sistema Prisional	100.000,00	22.893,38	122.893,38	100.000,00	0,00	08016.008168/2011-67	CGRSE
			033444/2011	Conveniente: Governo do Estado de Roraima							
4	PA	107/2011	756486/2011	Aparelhamento de duas unidades básicas de saúde em estabelecimentos da Superintendência do Sistema Penitenciário do estado do Pará: Centro de Reeducação Feminino e Centro de Recuperação Agrícola Silvio Hall de Moura.	120.000,00	24.868,96	144.868,96	120.000,00	0,00	08016.008171/2011-81	CGRSE
			033941/2011	Conveniente: Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará							

5	RS	105/2011	756477/2011	Aparelhamento de duas unidades básicas de saúde do Sistema Prisional do estado	82.253,05	20.563,26	102.816,31	82.253,05	0,00	08016.008218/2011-14	CGRSE
			033842/2011	Conveniente: Secretaria da Segurança Pública							
6	RS	109/2011	756494/2011	Aparelhamento de hum centro de referência para atenção à saúde materno-infantil do sistema prisional do Estado	157.045,81	39.261,46	196.307,27	157.045,81	0,00	08016.008217/2011-61	CGRSE
			033795/2011	Conveniente: Secretaria da Segurança Pública							
7	AL	100/2011	756428/2011	Aparelhamento de duas unidades básicas de saúde no Sistema Penitenciário	102.226,05	11.358,45	113.584,50	102.226,05	0,00	08016.007025/2011-38	CGRSE
			033554/2011	Conveniente: Secretaria de Estado da Defesa Social							
8	PI	102/2011	756430/2011	Aparelhamento de duas unidades básicas de saúde no Sistema Prisional	109.000,00	12.670,88	121.670,88	109.000,00	0,00	08016.007029/2011-16	CGRSE
			034010/2011	Conveniente: Secretaria da Justiça							
9	AM	101/2011	756429/2011	Aparelhamento de Unidade Básicas de Saúde no Sistema Prisional do Estado.	100.000,00	16.196,77	116.196,77	100.000,00	0,00	08016.007483/2011-77	CGRSE
			033270/2011	Conveniente: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos							
10	AP	108/2011	756489/2011	Aparelhamento de duas unidades básicas de saúde no Sistema Prisional	100.000,00	11.196,48	111.196,48	100.000,00	0,00	08016.008628/2011-57	CGRSE
			033434/2011	Conveniente: Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública							

11	PI	113/2011	756581/2011	Implantação do Núcleo de Atenção ao Preso Provisório Passível de Pena Alternativa no Estado	275.937,82	31.000,00	306.937,82	220.750,00	55.187,82	08016.008626/2011-68	CGPMA
			030185/2011	Conveniente: Secretaria da Justiça							
12	PR	110/2011	756503/2011	Aparelhamento de um centro de referência para a saúde materno-infantil do sistema prisional do estado	112.560,78	28.140,20	140.700,98	112.560,78	0,00	08016.008673/2011-10	CGRSE
			033996/2011	Conveniente: Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos							
13	PR	111/2011	756506/2011	Aparelhamento de duas unidades básicas de saúde no sistema prisional do estado	100.368,27	25.092,07	125.460,34	100.368,27	0,00	08016.008755/2011-56	CGRSE
			033994/2011	Conveniente: Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos							
14	RO	112/2011	756547/2011	Implantação e Estruturação do Núcleo de Defesa do Preso Provisório	209.091,17	23.232,35	232.323,52	167.272,94	41.818,23	08016.008759/2011-34	CGPMA
			030952/2011	Conveniente: Secretaria de Estado de Justiça							
15	SC	114/2011	756644/2011	Aparelhamento de duas unidades básicas de saúde no sistema prisional do estado	100.048,00	25.013,00	125.061,00	100.048,00	0,00	08016.008860/2011-95	CGRSE
			034257/2011	Conveniente: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania							
16	SC	115/2011	756645/2011	Aparelhamento de Centro de Referência para atenção à Saúde Materno-Infantil no Sistema Prisional do Estado	105.227,60	26.306,90	131.534,50	105.227,60	0,00	08016.008861/2011-30	CGRSE

			034335/2011	Conveniente: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania							
17	DF	133/2011	759597/2011	Criação do Núcleo de Defesa dos Presos Provisórios no Distrito Federal	354.385,69	39.882,02	394.267,71	283.508,55	70.877,14	08016.009406/2011-51	CGPMA
			030650/2011	Conveniente: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social							
18	AC	125/2011	759430/2011	Implantar o Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica.	297.010,16	33.132,63	330.142,79	152.000,00	145.010,16	08016.009452/2011-51	CGPMA
			052846/2011	Conveniente: Governo do Estado do Acre							
19	AL	118/2011	757963/2011	Criação e estruturação do Núcleo de Defesa do Preso Provisório nos Municípios de Maceió e Arapiraca	622.918,17	69.213,13	692.131,30	622.918,17	0,00	08016.010319/2011-47	CGPMA
			031969/2011	Conveniente: Secretaria de Estado da Defesa Social							
20	MA	126/2011	759431/2011	Aparelhamento de 02 unidades básicas de saúde no sistema prisional do estado	100.000,00	12.500,00	112.500,00	100.000,00	0,00	08016.010759/2011-02	CGRSE
			056484/2011	Conveniente: Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária							
21	SP	121/2011	759210/2011	Reaparelhamento da Escola Penitenciária	109.763,50	27.440,88	137.204,38	109.763,50	0,00	08016.010823/2011-47	CGRSE
			052630/2011	Conveniente: Secretaria de Estado da Administração Penitenciária							
22	PB	124/2011	759413/2011	Reaparelhamento da Escola Penitenciária	105.600,60	11.733,40	117.334,00	105.600,60	0,00	08016.010839/2011-50	CGRSE
			052256/2011	Conveniente: Secretaria de Estado da Administração Penitenciária							

23	MS	141/2011	760169/2011	Reestruturação da Escola Penitenciária com estrutura mínima de equipamentos audiovisuais de informática e climatização	104.484,52	11.731,61	116.216,13	104.484,52	0,00	08016.0108402011-84	CGRSE
			052269/2011	Conveniente: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário							
24	PR	120/2011	759183/2011	Reestruturação da Escola Penitenciária com estrutura mínima de equipamentos audiovisuais de informática e climatização	104.418,34	26.105,00	130.523,34	104.418,34	0,00	08016.010838/2011-13	CGRSE
			052659/2011	Conveniente: Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos							
25	ES	127/2011	759477/2011	Reestruturar a Escola Penitenciária do Estado	80.961,50	20.240,38	101.201,88	80.961,50	0,00	08016.010897/2011-83	CGRSE
			052708/2011	Conveniente: Secretaria de Estado da Justiça							
26	RS	132/2011	759563/2011	Reestruturação do Serviço Penitenciário da Superintendência dos Serviços Penitenciário	86.365,64	21.591,42	107.957,06	86.365,64	0,00	08016.010898/2011-28	CGRSE
			052719/2011	Conveniente: Secretaria da Segurança Pública							
27	PA	139/2011	759945/2011	Reestruturação da Escola de Administração Penitenciária	95.536,97	10.615,22	106.152,19	95.536,97	0,00	08016.010919/2011-13	CGRSE
			052155/2011	Conveniente: Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará							
28	SP	123/2011	759395/2011	Aquisição de veículos para destinados ao transporte de presos para atendimento das diversas unidades prisionais da SAP	844.800,00	211.200,00	1.056.000,00	844.800,00	0,00	08016.010849/2011-95	CGPAI

			063563/2011	Conveniente: Secretaria de Administração Penitenciária							
29	AM	136/2011	759655/2011	Aparelhamento de 05 centros de referência para atenção à saúde materno-infantil do Sistema Prisional, nos municípios de Manaus, Itacoatira, Maués, Tabatinga e Tefé	140.062,50	15.562,50	155.625,00	140.062,50	0,00	08016.010928/2011-04	CGRSE
			058402/2011	Conveniente: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos							
30	PI	131/2011	759552/2011	Reestruturação da Escola Penitenciária	96.900,00	10.784,91	107.684,91	96.900,00	0,00	08016.010929/2011-41	CGRSE
			052631/2011	Conveniente: Secretaria de Estado de Justiça							
31	AM	130/2011	759497/2011	Reestruturação da Escola de Administração Penitenciária do Estado	110.000,00	13.407,90	123.407,90	110.000,00	0,00	08016.0109432011-44	CGRSE
			052247/2011	Conveniente: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos							
32	PE	129/2011	759483/2011	Aquisição de Solução de Tecnologia da Informação para controle operacional e administrativo de todo o sistema penitenciário do estado	4.699.666,67	937.000,00	5.636.666,67	4.699.666,67	0,00	08016.010946/2011-88	CGPAI
			057638/2011	Conveniente: Secretaria Executiva de Ressocialização							
33	SE	143/2011	760196/2011	Reestruturação da Escola Penitenciária .	106.614,45	11.846,06	118.460,51	106.614,45	0,00	08016.010970/2011-17	CGRSE
			052528/2011	Conveniente: Estado de Sergipe Administração Direta							

34	PE	134/2011	759606/2011	Reestruturar a Escola Penitenciária de Pernambuco para que possua uma infra-estrutura mínima de equipamentos audiovisuais, de climatização e de informática necessária para promover a capacitação, de forma adequada, do servidor envolvido na execução penal	94.002,66	10.444,75	104.447,41	94.002,66	0,00	08016.011034/2011-23	CGRSE
			052628/2011	Conveniente: Secretaria Executiva de Ressocialização							
35	CE	144/2011	760198/2011	Reaparelhamento da Escola de Gestão Penitenciária e Formação Para Ressocilaização - EGPR	104.981,88	11.664,66	116.646,54	104.981,88	0,00	08016.011018/2011-31	CGRSE
			052370/2011	Conveniente: Secretaria de Justiça e Cidadania							
36	SP	137/2011	759844/2011	Implantação e Aparelhamento de 01 unidade básica de saúde materno-infantil no sistema prisional do estado na Penitenciária Feminina da Capital	380.000,00	95.000,00	475.000,00	380.000,00	0,00	08016.011085/2011-55	CGRSE
			058075/2011	Conveniente: Secretaria da Administração Penitenciária							
37	AP	140/2011	760031/2011	Reestruturação do Centro de Excelência em Serviços Penais	110.000,00	19.921,83	129.921,83	110.000,00	0,00	08016.0111086/2011-08	CGRSE
			051788/2011	Conveniente: Secretaria de Estado da Segurança Pública							
38	MG	147/2011	760436/2011	Reestruturar a Escola de Formação da Secretaria, para que possua uma estrutura mínima de equipamentos	89.303,24	22.325,82	111.629,06	89.303,24	0,00	08016.011088/2011-99	CGRSE
			052054/2011	Conveniente: Secretaria de Estado de Defesa Social							

39	GO	135/2011	759636/2011	Reaparelhamento do Centro de Excelência do Sistema de Execução Penal	100.703,57	11.189,29	111.892,86	100.703,57	0,00	08016.011087/2011-44	CGRSE
			052405/2011	Conveniente: Agencia Goiana do Sistema de Execução Penal							
40	PA	146/2011	760422/2011	Aparelhamento de um centro de referência para a saúde materno-infantil em uma Unidade Feminina do Sistema Penitenciário	122.543,55	13.615,95	136.159,50	122.543,55	0,00	08016.011911/2011-66	CGRSE
			067465/2011	Conveniente: Superintendência do Sistema Penitenciário							
41	PR	142/2011	760181/2011	Implantação do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica	236.625,60	59.156,40	295.782,00	190.625,60	46.000,00	08016.011591/2011-44	CGPMA
			066547/2011	Conveniente: Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos							
42	DF	145/2011	760210/2011	Implantação do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica	2.068.118,00	2.386.195,57	318.077,57	1.654.494,40	413.623,60	08016.011592/2011-99	CGPMA
			063765/2011	Conveniente: Governo do Distrito Federal							
43	AL	148/2011	761575/2011	Aquisição de Solução de Tecnologia da Informação para controle operacional e administrativo de todo o sistema penitenciário do estado	2.800.000,80	311.111,20	3.111.112,00	1.950.000,00	850.000,80	08016.012476/2011-97	CGPAI
			067928/2011	Conveniente: Secretaria de Estado da Defesa Social							

Qtd	UF	Convênios	Convênio Siafi/Proposta Siconv	Objeto	Valor					Número do Processo	Área Responsável
					PRONASCI	Contrapartida	Total	Valor empenhado 2011	À Empenhar 2012		
44	CE	149/2011	762154/2011	Aquisição de 06 (seis) Body Scanner, 06 (seis) Equipamentos de Raio X	7.083.449,94	71.550,00	7.154.999,94	7.083.449,94	0,00	08016.012539/2011-13	CGPAI
			071510/2011	Conveniente: Secretaria de Justiça e Cidadania							

II - PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, QUANDO A LEGISLAÇÃO DISPUSER A RESPEITO REFERENTE AO ITEM 5 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.

Não ocorreu no período.

III - DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, DETALHADO POR PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, LEGAL, MERCADOLÓGICA, DE UTILIDADE PÚBLICA E PATROCÍNIOS, RELACIONANDO DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS PROGRAMAS DE TRABALHO UTILIZADOS, VALORES E VIGÊNCIAS DOS CONTRATOS FIRMADOS COM AGÊNCIAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, E OS VALORES E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS DE PATROCÍNIOS CULTURAIS E ESPORTIVOS REFERENTE AO ITEM 4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.

Não ocorreu no período.

IV - AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, REFERENTE AO ITEM 31 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.

Não ocorreu no período.

V - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.2 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa		Ação	
	Número	Título	Número	Título
DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS	0661	Aprimoramento da Execução Penal	2314-0056	Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da fonte tesouro (fonte 100):

Dotação Inicial	Despesas Empenhadas	Valores Pagos
250.000.000,	0,00	0,00

A referida ação não teve execução orçamentária referente Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso - Manutenção das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC - No Estado de Minas Gerais não foi executada por falta de apresentação de propostas.

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa		Ação	
	Número	Título	Número	Título
DIRETORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL	1453	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI	8856	Modernização de Estabelecimentos Penais

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da fonte tesouro (fonte 100):

Destaque recebido	Despesas Empenhadas	Valores Pagos
7.140.448,93,	7.140.448,93	0,00

A execução orçamentária ocorreu no seguinte sentido: Formalização do convênio nº 762154/2011 (Siconv:) e Aquisição de Alemas Processo nº 08016.005708/2011-51 utilizando recursos da Ação 8856 – PRONASCI – Modernização de Estabelecimentos Penais.

1. Descrição dos projetos:

1.1 Convênio nº 762154/2011 (Siconv:)

- Trata-se de projeto de Aquisição de 06 (seis) Body Scanner para inspeção corporal e 06 (seis) equipamentos de Raio-X para inspeção de bagagens destinados para atender a 06 (seis) Unidades Prisionais do Estado do Ceará;

O referido projeto apresenta o seguinte objetivo:

- Propiciar o aparelhamento dos estabelecimentos penais do Estado do Ceará através de equipamentos de segurança pública.

Público alvo:

- Aparelhamento de 06 (seis) Unidades Prisionais do Estado do Ceará, com o intuito de realizar inspeções em pessoas e objetos.

- O referido projeto será executado mediante convênio celebrado entre o Departamento Penitenciário Nacional e a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará. Os recursos são oriundos da Ação 8856 – PRONASCI – Modernização de Estabelecimentos Penais.

1.2 Processo nº 08016.005708/2011-51:

- Trata-se de aquisição de algemas de punho e tornozelo para o Sistema Penitenciário Federal. Processo nº no valor total de R\$ 56.998,99.

O referido projeto apresenta o seguinte objetivo:

- Renovar o acervo de algemas visando garantir maior segurança às 04 Penitenciárias Federais e das Escoltas da Unidade Central de Brasília;

Público alvo:

- Agentes Penitenciários Federais;

2. Indicação de metas físicas atendidas:

§ Unidade de medida: projeto apoiado

§ Quantidade de unidades beneficiadas: 06 unidades estaduais apoiadas e 05 unidades federais apoiadas.

Fonte: SigPlan, Siafi Gerencial Web

Notas:

1. Devem ser incluídos todos os programas e ações de responsabilidade da unidade, estabelecidos no PPA;
2. A unidade deve se posicionar, no campo “Comentários do responsável” sobre a consistência dos dados dos Programas no SIGPLAN: Previsão física e financeira inicial, corrigida e realizada, % de execução, comentários gerais e demais informações requeridas no sistema.

VI - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO OU DOS FUNDOS EXECUTADOS QUE NÃO ESTÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.3 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.

<i>Programa ou Fundo</i>	<i>Forma de participação</i>	<i>Responsabilidades da entidade na execução</i>
<i>Programa 1453 – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI</i>	<i>Descentralização de Recursos para CAIXA, a qual formaliza, acompanha, fiscaliza e analisa a prestação de contas.</i>	<i>Enfrentamento e prevenção da violência, através da assistência financeira às Unidades Federativas relacionadas à ações de construção e modernização de estabelecimentos penais especiais.</i>

VII - DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE TERCEIRIZADOS IRREGULARES NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLENÁRIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

VIII - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS SERVIDORES TERCEIRIZADOS IRREGULARES POR SERVIDORES CONCURSADOS (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLENÁRIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.5 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

Brasília – DF, 26 de março de 2012.

AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI
Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**BRASÍLIA-DF
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

Unidade Agregadora: Departamento Penitenciário Nacional.

**BRASÍLIA-DF
MARÇO/2012**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão
IN – Instrução Normativa
DN – Decisão Normativa
TCU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria-Geral da União
UJ – Unidade Jurisdicionada
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional
CEF – Caixa Econômica Federal
DN – Decisão Normativa
UJ – Unidade Jurisdicionada
UG – Unidade Gestora
LOA – Lei Orçamentária Anual
DIRPP – Diretoria de Políticas Penitenciárias
DISPF – Diretoria do Sistema Penitenciário Federal
DIREX – Diretoria Executiva
DPU – Defensoria Pública da União
PPA – Plano Plurianual
CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
MJ – Ministério da Justiça
MS – Ministério da Saúde
MPOG – Ministério do Planejamento e Gestão
MF – Ministério da Fazenda
SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
INFOPEN – Sistema de Informações Penitenciárias
MinC – Ministério da Cultura
MEC – Ministério da Educação
MDA – Ministério Do Desenvolvimento Agrário
SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Usos Especial da União

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

<i>I - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício referente ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....</i>	<i>63</i>
<i>II - Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito referente ao item 5 da parte b do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....</i>	<i>63</i>
<i>III - Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda, detalhado por publicidade institucional, legal, mercadológica, de utilidade pública e patrocínios, relacionando dotações orçamentárias dos Programas de Trabalho utilizados, valores e vigências dos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda, e os valores e respectivos beneficiários de patrocínios culturais e esportivos referente ao item 4 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010</i>	<i>63</i>
<i>IV - Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos, referente ao item 31 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010</i>	<i>63</i>
<i>V - Relação dos Programas e Ações de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.2 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....</i>	<i>64</i>
<i>VI - Relação dos Programas de Governo ou dos fundos executados que não estão de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.3 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....</i>	<i>77</i>
<i>VII - Demonstrativo do quantitativo de terceirizados irregulares na Administração Direta, Autárquica ou Fundacional (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.4 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....</i>	<i>77</i>
<i>VIII - Providências adotadas para substituição dos servidores terceirizados irregulares por servidores concursados (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.5 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....</i>	<i>77</i>

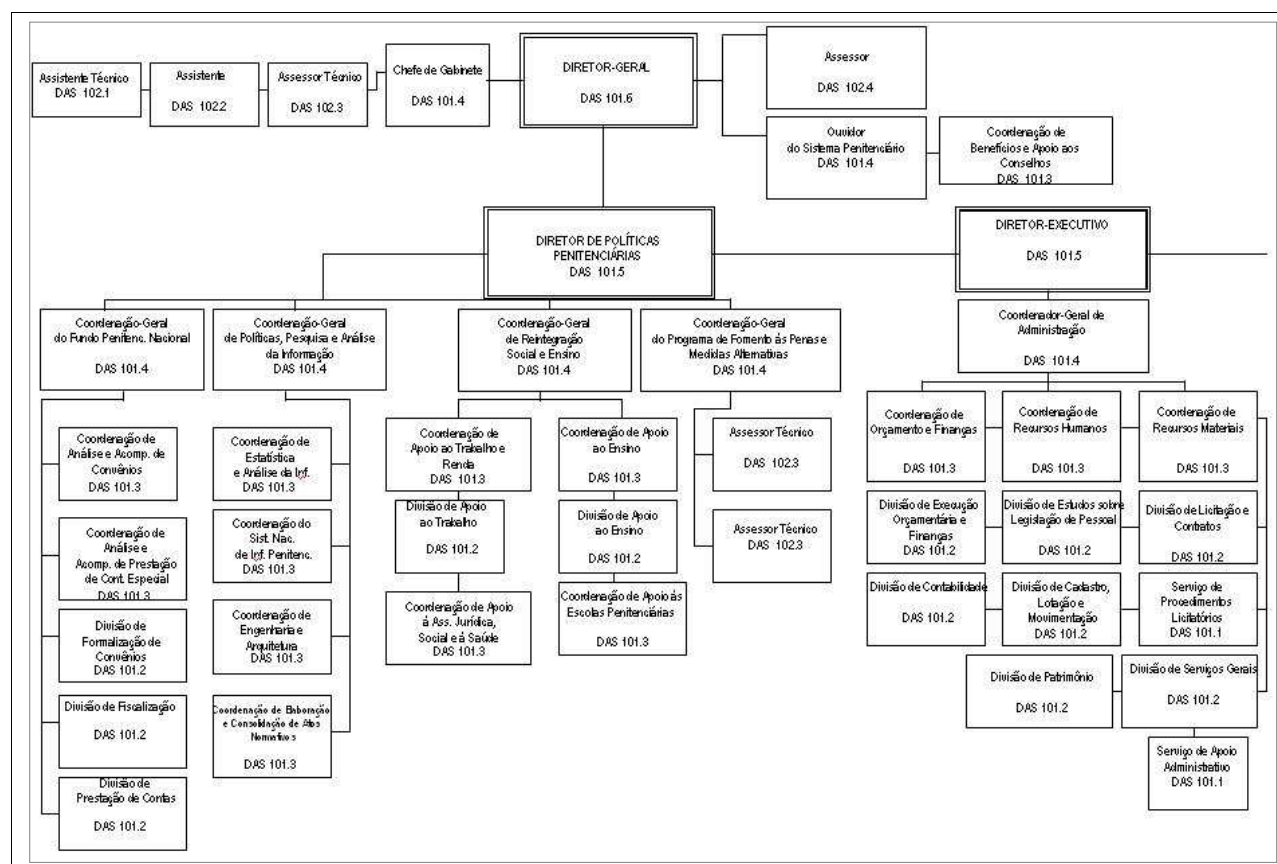
SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL	7
INTRODUÇÃO	9
A- CONTEÚDO GERAL	14
IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	14
QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO	14
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	15
2.1) Responsabilidades institucionais	15
2.1.1) Competência institucional.....	15
2.1.2) Objetivos estratégicos	17
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	17
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida	18
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	19
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	21
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	21
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	21
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ	25
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro	26
2.4.1) Programação orçamentária da despesa	26
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	26
2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes	26
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes	26
2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital	27
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital	27
2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas	28
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	28
Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional	28
2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	29
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	29
Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa	30
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa	31
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	31
2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação	31
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	31
2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	32
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....	32
2.4.2.1.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	32
Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	32
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	32
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação ...	32
Não ocorreu no período.....	32
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	34
4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	35
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	35
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	35

4.2) Análise Crítica	36
5. RECURSOS HUMANOS	37
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos	37
5.1.1) Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada.....	37
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011.....	37
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	37
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	38
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12	38
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	39
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	39
5.2.1) Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	39
Não ocorreu no período.....	39
5.2.2) Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada	39
Não ocorreu no período.....	39
5.3) Composição do Quadro de Estagiários	39
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	39
5.4) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada	40
5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	41
5.5.1) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	41
5.5.2) Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados	41
5.5.3) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.....	42
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva....	42
5.5.4) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	43
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	43
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	44
6. TRANSFERÊNCIAS	45
6.1) Instrumentos de transferências vigentes no exercício.....	45
6.1.1) Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	45
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	45
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	46
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	47
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	48
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	49
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	50
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	51

6.1.2) Quantidade dos instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	52
Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	52
6.1.3) Informações sobre o conjunto dos instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes.....	52
Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes.....	52
6.2) Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênio, termos de cooperação e contratos de repasse.....	52
Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	53
6.2.1) Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse.....	54
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	54
6.3) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo	56
7. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	59
8. TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	59
9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	59
10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	59
11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	59
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	59
13. CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	60
13.1) Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo	60
13.1.1)Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício	60
13.1.2) Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade	61
15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	62
16. RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	62
17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL.....	62
26. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES (ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010).....	62
30. TERMOS DE PARCERIA (PARTE C, ITEM 38, DO NANEXO II DA DN Nº 108/10).....	62
ANEXOS.....	63

[a) Departamento Penitenciário Nacional – Gabinete do Diretor-Geral, Diretoria de Políticas Penitenciárias e Diretoria-Executiva:



Principais atribuições do Gabinete do Diretor-Geral:

- *Elaborar e acompanhar a pauta de trabalhos e viagens do Diretor-Geral;*
- *Coordenar, acompanhar e controlar os documentos e processos enviados ao Departamento;*
- *Preparar os despachos e controlar o expediente funcional do Diretor-Geral;*
- *Orientar, controlar e supervisionar as atividades e rotinas administrativas no âmbito do Departamento;*
- *Propor a normatização de procedimentos das unidades;*
- *Promover a divulgação dos atos normativos do Diretor-Geral;*

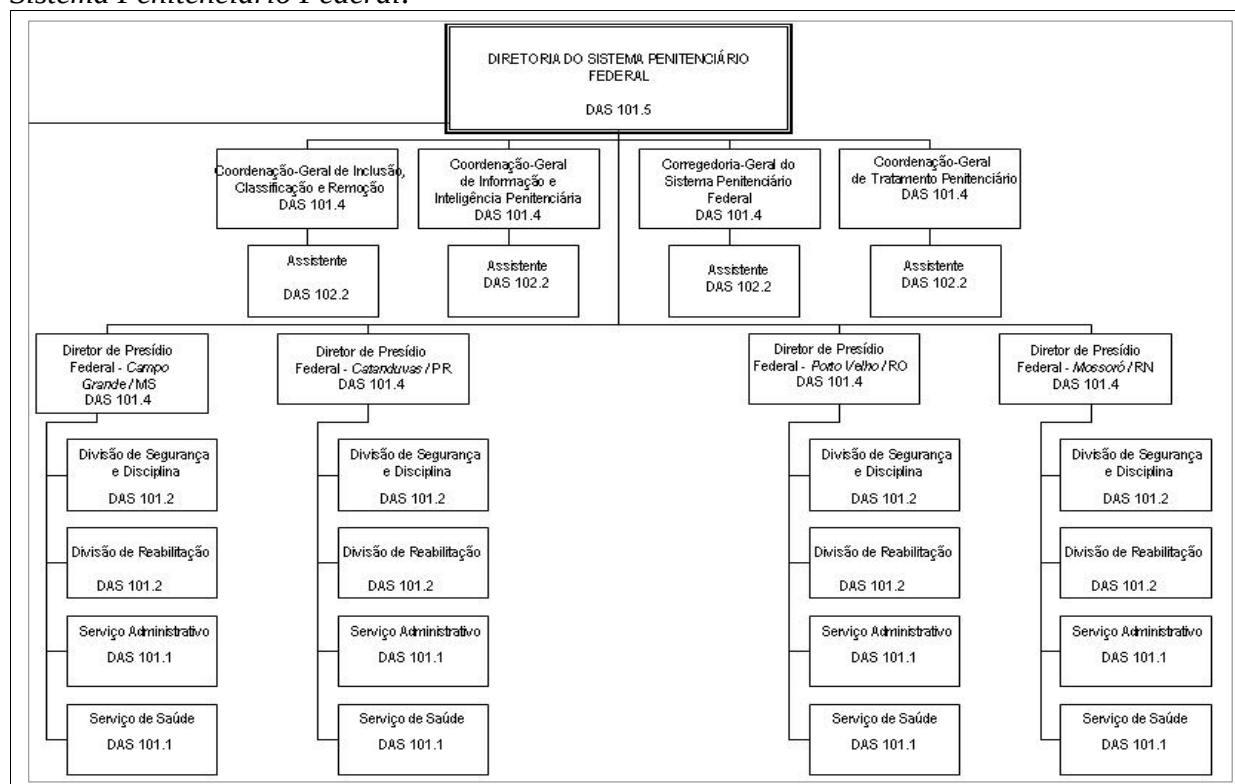
Principais atribuições da Diretoria Executiva:

- *Coordenar e supervisionar as atividades de planejamento, de orçamento, de administração financeira, de recursos humanos, de serviços gerais, de informação e de informática, no âmbito do Departamento;*
- *Elaborar a proposta orçamentária anual e plurianual do Departamento, assim como as propostas de programação financeira de desembolso e de abertura de créditos adicionais;*
- *Acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades, considerando as diretrizes, os objetivos e as metas constantes do Plano Plurianual; e*
- *Realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.*

Principais atribuições da Diretoria de Políticas Penitenciárias:

- Planejar, coordenar, dirigir, controlar e avaliar as atividades relativas à implantação de serviços penais;
- Promover a construção de estabelecimentos penais nas unidades federativas;
- Elaborar propostas de inserção da população presa, internada e egressa em políticas públicas de saúde, educação, assistência, desenvolvimento e trabalho;
- Promover articulação com os órgãos e as instituições da execução penal;
- Realizar estudos e pesquisas voltados à reforma da legislação penal;
- Apoiar ações destinadas à formação e à capacitação dos operadores da execução penal;
- Consolidar em banco de dados informações sobre os sistemas penitenciários federal e das unidades federativas; e
- Realizar inspeções periódicas nas unidades federativas para verificar a utilização de recursos repassados pelo Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.

Continuação do Organograma do Departamento Penitenciário Nacional – Diretoria do Sistema Penitenciário Federal:



Principais atribuições da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal:

- Promover a execução da política federal para a área penitenciária;
- Coordenar e fiscalizar os estabelecimentos penais federais;
- Custodiar presos, condenados ou provisórios, de alta periculosidade, submetidos a regime fechado, zelando pela correta e efetiva aplicação das disposições exaradas nas respectivas sentenças;
- Promover a comunicação com órgãos e entidades ligados à execução penal e, em especial, com juízos federais e as varas de execução penal do país;
- Elaborar normas sobre direitos e deveres dos internos, segurança das instalações, diretrizes operacionais e rotinas administrativas e de funcionamento das unidades penais federais.

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado às disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

As informações referentes ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 108/2010, o item 5 da parte B, os itens 4 e 31 da parte C e os Quadros II.C.2, II.C.3, II.C.4 e II.C.5 constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 123/2011.

Os itens 14 da parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 3, 5 a 15, 17 a 30 e 32 a 37 da parte C, quadros II.C.1 e II.C.6 e Parte D do anexo II da DN TCU nº 108/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Os itens 3, 5.2, 5.5, 16, 26 e 30, os quadros A.11.2, A.15.2 e A.15.4 do anexo II da DN TCU nº 108/2010, apesar de aplicarem à natureza da unidade, não ocorreram no período.

Os itens 7, 8, 9, 10, 11 e 12 foram informados no Relatório de Gestão do Departamento Penitenciário Nacional em razão da estrutura administrativa coincidir com a do Fundo Penitenciário Nacional.

As principais realizações da gestão no exercício foram:

Melhoria significativa no transporte dos internos nas mais diferentes demandas, como audiências, transferências, atendimentos emergenciais por motivo de saúde, consultas médicas, entre outros. Informamos que com os recursos do FUNPEN foram adquiridas 70 ambulâncias a um valor total de R\$ 7.695.600,00 e 88 veículos cela no valor total de R\$ 9.292.600,00. Ressalta-se que todos os Estados foram contemplados. Além dessas aquisições houve o cumprimento da execução de convênios de exercícios anteriores;

Celebração de 15 convênios voltados ao Reaparelhamento de Escolas Penitenciárias Estaduais, voltados a equipamentos nas áreas de informática e áudio-visual;

Concepção e disponibilização da Plataforma de EAD DEPEN.net, com a utilização de fóruns de discussão, criação de debates e inserção de conteúdos nas comunidades on-line;

Realização do Curso de Capacitação para Gestores Prisionais de Moçambique;

Foram aprovadas 2 (duas) propostas de convênio com o objetivo de estruturar os seguintes entes federativos: RO e PE, por meio da aquisição de solução de tecnologia da informação para controle operacional e administrativo de todo o sistema penitenciário dos referidos estados;

Contratação de 513 vagas em Cadeias Públicas do Estado do Maranhão e contratação 182 (cento e oitenta e duas) vagas em Penitenciária Feminina do Estado do Amazonas;

Celebração de 16 convênios com as Unidades Federativas visando aparelhamento de Unidades Básicas de Saúde e de Centros de Referência Materno Infantil, conforme o previsto;

Celebração de projeto piloto na área de construção civil com tijolos ecológicos junto ao Estado de Goiás;

Ampliação e fortalecimento da oferta de educação no sistema prisional culminando na implementação do Plano Estratégico de Ensino no Sistema Prisional, por intermédio do Decreto nº 7.626, de 24/11/2011;

Aprovação de 13 instrumentos de repasse referentes à aplicação e execução das Alternativas Penais, que visam a educação e responsabilização de autores de violência doméstica;

Execução da perfuração de poço de água profundo para abastecimento da Penitenciária Federal em Mossoró;

Encerrou o ano de 2011, custodiando 417 presos de alta periculosidade, por meio das Penitenciárias Federais, dentre eles, líderes de facções criminosas e os principais traficantes do país, oriundos de sistemas prisionais estaduais e para tanto, realizou 601 escoltas de presos no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, envolvendo o seu efetivo de Agentes Penitenciários Federais.

Implantou o Programa PROEJA-FIC nas Penitenciárias Federais em Porto Velho/RO e Mossoró/RN, o qual representa a ampliação da oferta educacional no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, visando à formação profissional inicial e elevação de escolaridade. Tal ação resultou em 21% dos presos do SPF estudando;

Firmou parcerias com os SENAIs regionais do MS e RN, oferecendo Cursos Transversais de Iniciação Profissional a 26 presos da Penitenciária Federal em Mossoró/RN e o mesmo quantitativo na Penitenciária Federal em Campo Grande/MS;

Ampliou o Projeto: “Visita Virtual e Videoconferência Judicial” no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, totalizando, em 2011, a realização de 559 visitas virtuais, atendendo 197 presos. Vale lembrar que tal projeto é fruto de uma parceria entre o DEPEN e DPU, que garante a manutenção dos vínculos afetivos entre os presos e seus familiares e amigos por meio de uso de recursos tecnológicos, bem como possibilita a realização de audiências judiciais por videoconferência;

Estruturou e ampliou as atividades das Bibliotecas nas Penitenciárias Federais, bem como deu início a 2ª Fase do Projeto “Uma janela para o mundo – Leitura nas prisões”, com a realização de Oficinas de Leitura aos presos e servidores da Penitenciária Federal em Mossoró/RN;

Deu continuidade as tratativas com o Ministério da Saúde, buscando o fortalecimento da Assistência à Saúde no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, após a inserção do Sistema Penitenciário Federal no Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário;

As principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ foram:

Dificuldades foram encontradas em relação ao provimento dos cargos de Especialistas em Assistência Penitenciária - habilitação em Clínica Médica e Psiquiatria, para trabalharem nas quatro penitenciárias federais, bem como na dificuldade de encontrar alternativa que supra tal deficiência.

Mudança da equipe técnica de determinadas Coordenações-Gerais que atuam na formalização de convênios.

Dificuldades em especificar materiais que demandem conhecimento específico, em relação às especificidades de tecnologia do Sistema Penitenciário Federal;

Vulnerabilidade das informações lançadas pelos convenientes no portal SICONV que dificultam e atrasam demasiadamente a análise de prestação de contas.

Os planos e projetos para o exercício seguinte são:

A partir do ano de 2012, o DEPEN utilizando recursos do Fundo Penitenciário Nacional implementará o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, o qual buscará criar as condições necessárias para o cumprimento digno da pena e a reinserção do preso na sociedade. Suas metas principais são: zerar o déficit de vagas em estabelecimentos prisionais femininos e reduzir o número de presos em delegacias de polícia, transferindo-os para cadeias públicas.

A expectativa é gerar pelo menos 42,5 mil novas vagas, ampliando estabelecimentos existentes ou construindo novos estabelecimentos prisionais. Esse total se divide em 15 mil vagas em estabelecimentos prisionais femininos e 27,5 mil vagas em cadeias públicas masculinas.

Garantir custódia adequada a presos provisórios e a mulheres condenadas assegurando condições dignas a essa população. Ao mesmo tempo, tais ações liberarão os policiais hoje responsáveis pela carceragem nas delegacias para o trabalho de combate à criminalidade. Assim, o Programa terá impacto não apenas no sistema prisional, mas também nas políticas públicas de segurança pública.

Além da criação de novas vagas para o sistema prisional estão previstas as seguintes ações para 2012:

Fortalecer os processos de trabalho entre o DEPEN/MJ e a de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD do Ministério da Educação, com vistas à estruturação da Política de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Penitenciário Federal;

Promover Concurso Literário aos servidores e presos do Sistema Penitenciário Federal, como forma de ampliar o Projeto “Uma janela para o mundo” – Leitura nas prisões;

Realizar Encontro Nacional de Leitura nas prisões, envolvendo experiências diversas, em âmbito nacional;

Ampliar a oferta de Educação Profissionalizante no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, por meio do Programa PROEJA-FIC da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do Ministério da Educação, o qual já está em execução na Penitenciária Federal em Porto Velho/RO e Mossoró/RN.

Ampliar as parcerias locais realizadas pelas Penitenciárias Federais junto ao Sistema S (SENAIs regionais);

Ampliar a realização de videoconferências judiciais no âmbito das Justiças Estaduais;

Realizar o III Workshop do Sistema Penitenciário Federal, junto ao Conselho de Justiça Federal;

Promover o II Encontro de Avaliação e Planejamento da Assistência Jurídica entre DEPEN e DPU;

Articular parcerias com Ministérios que possuem ações próprias de qualificação profissional e trabalho para inserção no interior das Penitenciárias Federais;

Estender o Projeto Fábricas da Liberdade, já existente na Penitenciária Federal em Catanduvas/PR, para os demais Estabelecimentos Penais Federais.

Esta Coordenação-Geral pretende lançar Portarias de apresentação de projetos para criação de Centrais de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas e criação de Núcleos de Defesa do Preso Provisório

Integração com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, com a interlocução com o Conselho Nacional de Justiça para desenvolvimento e implantação de modelos eficientes e eficazes de política criminal;

Início de pesquisa nacional sobre os procedimentos adotados pelo sistema de justiça nos casos de crimes passíveis de alternativas penais, em parceria com o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que será concluída em dezembro de 2013.

Realização de 05 Workshops Regionais para discussão das alternativas penais;

Realização do Encontro Nacional de Alternativas Penais, para conclusão dos encaminhamentos feitos nos Workshops Regionais.

Tratativas com CNJ para implementação de banco de dados sobre a aplicação e execução das penas e medidas alternativas.

Definição e implantação em dois estados da Federação de projeto-piloto de justiça restaurativa para adultos, em casos de delito de médio potencial ofensivo.

Programa de Implantação das Escolas de Gestão Penitenciária Estaduais. O Projeto é voltado para a implantação das Escolas de Gestão Penitenciária Estaduais (ou espaços institucionais estaduais que lhes sejam correspondentes) visando a melhoria da qualificação dos servidores envolvidos na execução penal, e como consequência proporcionar um tratamento penal mais adequado. Unidades Federativas que ainda não foram implementadas com recursos do FUNPEN: MA, RR, MT e AL;

Programa de Financiamento de Cursos de Graduação e Pós-Graduação. O Projeto é voltado para o financiamento de Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviços Penais;

Programa de Capacitação via Educação à Distância. O Projeto é voltado para a oferta de cursos de capacitação continuada para servidores envolvidos na execução penal, por intermédio da plataforma em Educação à Distância – DEPEN.net;

Criação da Escola Nacional de Serviços Penais - ESPEN O projeto é voltado para a implementação da Escola no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional, como forma de consolidar uma programação sistemática de capacitação inicial e continuada aos servidores envolvidos na execução penal em apoio às Escolas de Gestão Penitenciária Estaduais, além de fomentar a pesquisa e a produção científica.

Para o exercício de 2012, a Ação de Reintegração Social terá como objetivos estratégicos e seus respectivos Planos de ação, os seguintes:

Inserir 100% da população carcerária nos programas de assistência à saúde:

- Cartão Nacional do SUS;
- Inserção no Programa Nacional de Imunizações;
- Distribuição dos Kits de medicamentos;
- Inserção da população carcerária no Programa da Rede Cegonha;
- Aparelhar Unidades Básicas de Saúde nos Estabelecimentos Penais;
- Aparelhar Centros de Referência Materno-Infantil nos Estab. Penais Femininos;

Contribuir para o fortalecimento das ações intersetoriais dedicadas à programas de atendimento à pacientes que cumprem medidas de segurança e internação em HCTP;

Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes – PROCAPs. O Projeto é voltado à implantação de oficinas permanentes de capacitação em estabelecimentos penais e oferecimento de cursos de capacitação para pessoas em cumprimento de pena. Com a implantação de oficinas permanentes, disponibilizar-se-ia aos presos e presas o acesso à capacitação profissional e uma possível implementação de linha de produção no estabelecimento penal, aliando-se à possibilidade de integração ao mercado de trabalho ou empreendimentos de economia solidária, ainda dentro do sistema penitenciário, com as remições de pena pelo estudo (no caso da capacitação) e remição pelo trabalho (caso haja uma linha de produção implementada);

Instituição de Comissão Interministerial visando prestar apoio técnico na elaboração dos Planos de Ação Estaduais de que trata o Decreto supracitado;

Implementar o Programa Brasil Alfabetizado nos Estabelecimentos Penais. O Programa é voltado à orientação dos gestores do sistema prisional para a importância da oferta de educação nos estabelecimentos penais, especialmente a alfabetização por se tratar de uma porta de acesso à cidadania e para o despertar do interesse pela elevação de escolaridade;

Aquisição direta de veículos especializados para atenderem a mulheres e crianças sob a custódia do Sistema Penitenciário Estadual;

Descentralizar a gestão operacional do Sistema Nacional de Informação Penitenciária - INFOPEN e centralizar apenas informações estatísticas que subsidiem decisões políticas;

A- CONTEÚDO GERAL

IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Órgão de Vinculação: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Fundo Penitenciário Nacional			
Denominação abreviada: DEPEN			
Código SIORG: 001956	Código LOA: 30.907	Código SIAFI: 30.907	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Tem por finalidade proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro.		Código CNAE: Não se Aplica	
Telefones/Fax de contato:	61-2025-3187	61-2025-3438	61-2025-3653
E-mail: depen@mj.gov.br			
Página na Internet: www.mj.gov.br/depen			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ministério da Justiça, Anexo II, sala 633, Brasília, DF. CEP: 70064-901			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Art. 71 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal.(UJ DEPEN); - Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994.(UJ FUNPEN).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007.(UJ DEPEN); - Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994. (UJ FUNPEN).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
- Portaria MJ nº 674, de 20 de março de 2008.(UJ DEPEN); - Acordo de cooperação e o Contrato Administrativo nº 03/2004, de 27 de dezembro de 2004, aditado em 31 de julho de 2008, com vigência até 3 de julho de 2009, tendo como objetivo a construção e ampliação de estabelecimentos penais.(UJ CEF/DEPEN); - Portaria MJ nº 1.215, de 31 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 1º de setembro de 2009 (UJ/CORH).			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
200321	CEF – Departamento Penitenciário Nacional – CEF/DEPEN		
200323	Diretoria do Sistema Penitenciária Federal – DISPF/DEPEN		
200324	Diretoria de Políticas Penitenciárias – DIRPP/DEPEN		
200332	Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN		
200333	Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN		
200325	Coordenação de Recursos Humanos - DEPEN – CORH/DEPEN		
200600	Penitenciária Federal em Campo Grande – PFCG		
200601	Penitenciária Federal em Catanduvas – PFCAT		
200602	Penitenciária Federal em Mossoró – PFMOS		
200603	Penitenciária Federal em Porto Velho - PFPV		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
200321	00001 - Tesouro		
200323	00001 - Tesouro		
200324	00001 - Tesouro		
200332	00001 - Tesouro		
200333	00001 - Tesouro		
200325	00001 - Tesouro		
200600	00001 - Tesouro		
200601	00001 - Tesouro		
200602	00001 - Tesouro		
200603	00001 - Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			

<i>Código SIAFI da Unidade Gestora</i>	<i>Código SIAFI da Gestão</i>
200321	00001
200323	00001
200324	00001
200332	00001
200333	00001
200325	00001
200600 ¹	00001
200601 ¹	00001
200602 ¹	00001
200603 ¹	00001

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1) Responsabilidades institucionais

O Departamento Penitenciário Nacional é o gestor do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, criado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994.

O Fundo Penitenciário Nacional foi criado pela Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, com a finalidade de proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro. O FUNPEN encontra regulamentação no Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994.

Essencialmente, o Fundo é constituído com recursos que possuem origem nas custas judiciais recolhidas em favor da União, arrecadação dos concursos de prognósticos, recursos confiscados ou provenientes da alienação dos bens perdidos em favor da União Federal, multas decorrentes de sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado, fianças quebradas ou perdidas, e rendimentos decorrentes da aplicação de seu patrimônio.

Os recursos consignados ao Fundo são aplicados em construção, reforma, ampliação de estabelecimentos penais; formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço penitenciário; aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados imprescindíveis ao funcionamento dos estabelecimentos penais; formação educacional e cultural do preso e do internado; programas de assistência jurídica aos presos e internados carentes; e demais ações que visam o aprimoramento do sistema penitenciário em âmbito nacional. Outra destinação legal dos recursos do Fundo é custear seu próprio funcionamento.

2.1.1) Competência institucional

Em razão dos altos custos de manutenção do sistema penitenciário, as Unidades da Federação não possuem disponibilidades para arcar integralmente com a manutenção e aprimoramento de seus sistemas prisionais, sendo, portanto, compelidas a fazer uso dos recursos do Fundo quando o assunto é financiamento de vagas, equipamentos de segurança e assistência ao preso e ao egresso, principalmente.

O quantitativo de vagas gerado em todo o país, a partir de recursos do Fundo Penitenciário Nacional – contando com as obras em andamento – representa cerca de 37% do total das vagas existentes no Sistema Penitenciário Brasileiro. A elevada representatividade das

¹ As Unidades Gestoras 200600, 200601, 200602 e 200603 foram instituídas no mês de julho de 2010, Portaria DEPEN nº 139/2010, visando a desconcentração dos procedimentos relacionados à execução de recursos do Departamento Penitenciário Nacional pelos Estabelecimentos Penais Federais, de modo a propiciar uma maior autonomia, celeridade e eficiência na condução da atividade administrativa local.

vagas geradas com recursos federais comprova o grau de dependência que muitas Unidades Federativas possuem em relação ao FUNPEN e o quanto este Fundo é importante para o Brasil. Desde a sua criação já foram mais de 80 mil vagas produzidas.

O FUNPEN disponibiliza os recursos necessários à execução do Programa 0661 – Aprimoramento da Execução Penal, previsto no Plano Plurianual 2008/2011. Este Programa é composto por ações que buscam a geração de vagas; o aprimoramento tecnológico dos estabelecimentos penais; o tratamento penitenciário adequado e digno ao apenado, internado e egresso do sistema com a sua posterior reintegração à sociedade.

O Departamento Penitenciário Nacional tem sob sua responsabilidade a execução do Programa 0661 – Aprimoramento da Execução Penal, previsto no Plano Plurianual 2007/2011. Este Programa é composto por ações que buscam a geração de vagas; o aprimoramento tecnológico dos estabelecimentos penais; o tratamento penitenciário adequado e digno ao apenado, internado e egresso do sistema com a sua posterior reintegração à sociedade.

O Programa, em 2011, foi composto pelas seguintes ações orçamentárias:

- 8916 – Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais;
- 8914 – Apoio à Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais;
- 8912 – Apoio a Implantação e ao Reaparelhamento de Escolas Penitenciárias;
- 8913 – Apoio à Implantação e ao Reaparelhamento de Ouvidorias;
- 8915 – Apoio à Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais;
- 2272 – Gestão e Administração do Programa;
- 2730 - Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas;
- 2526 - Capacitação em Serviços Penais;
- 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública;
- 116S – Adequação Física de Penitenciárias Federais;
- 10M1 – Construção da Quinta Penitenciária Federal;
- 1A18 - Construção da Escola Penitenciária Nacional;
- 10D3 – Implantação do Sistema de Inteligência Penitenciária Federal;
- 3908 - Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional;
- 8130 – Pesquisa e Produção de Dados sobre a Execução Penal;
- 2314 - Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso;
- 2316 – Serviço Penitenciário Federal.

A implementação de parte das ações do Programa 0661 ocorreu com aporte de recursos previsto na LOA, totalizando, em 2011, R\$ 91.228.001,61 (noventa e um milhões duzentos e vinte e oito mil , um real e sessenta e um centavos).

As ações 8914 (Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais) e 8915 (Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais) são viabilizadas por intermédio do Contrato nº 018/2010, firmado com a Caixa Econômica Federal, que assina contratos de repasse, como mandatária do DEPEN, com as unidades federativas.

Assim, a Caixa Econômica Federal formaliza, acompanha e apresenta a prestação de contas em relação aos projetos de construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais. Além disso, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi,

mantido pela Caixa, é utilizado para balizar o custo das edificações. No caso de materiais ou serviços não disponíveis no Sistema utilizam-se os custos da construção civil como parâmetro.

Os projetos de obras precisam, ainda, estar compatíveis com a Resolução nº 03, de 23/09/2005, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, que editou as Diretrizes Básicas para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.

Ao Fundo Penitenciário Nacional é atribuída a execução do Programa 0156 (Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres) referente à ação 2C52 – Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

2.1.2) Objetivos estratégicos

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

O DEPEN baseado em seu mapa estratégico definiu as seguintes estratégias de atuação:

- Explicitação de uma política central e participativa que possibilite o alinhamento de todas as unidades da federação à proposta de modernização do modelo de sistema penitenciário em todas as áreas da execução penal e de redução do seu déficit de vagas.
- Vinculação dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional, ao alinhamento à política central de reconstrução e a um plano diretor onde cada estado se comprometa em metas de curto, médio ou longo prazo, necessária à efetivação do novo modelo.
- Desvinculação dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional, nos limites de suas receitas próprias, das limitações orçamentárias e financeiras ao orçamento anual.
- Criação e manutenção, sob coordenação do Departamento Penitenciário Nacional e recursos do Fundo Penitenciário Nacional, do sistema nacional de informações penitenciárias, através da sistematização dos dados de informações, em nível operacional (administração dos estabelecimentos penais), contemplando a população carcerária, o quadro de servidores, o custo econômico e financeiro e a logística aplicada, em nível de estabelecimento penal, de forma a suprir com informações gerenciais (operacionais, táticas e estratégicas) todos os processos de tomada de decisões.
- Integração do sistema de informações penitenciárias aos demais sistemas de informações do complexo da segurança pública, aos sistemas do complexo do juízo criminal e da execução penal e aos meios de divulgação no interesse da sociedade civil.
- Implementação das ações do Programa sob eficiente orientação e monitoramento, aplicando, no que couber, a execução direta, e, nas demais, a execução descentralizada, através das secretarias de estado das unidades da federação, que detenham a administração do sistema penitenciário, na condição partícipe ou interveniente, quando o projeto tiver foco nesse sistema, e, quando não, através de órgãos e instituições públicas ou civis, de reconhecida capacidade e que atue de forma permanente no objeto do projeto, garantindo a continuidade da ação.

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

O FUNPEN é um fundo de natureza contábil que integra o orçamento fiscal da União e a sua descentralização se processa por meio de transferências voluntárias através de Convênios e, no caso de obras, Contratos de Repasse. O critério principal, quando da criação do fundo, era a proporcionalidade da população carcerária de cada unidade federativa e sua representatividade no contexto nacional.

Contudo, o FUNPEN não foi criado para ser a única fonte de recursos para os sistemas prisionais estaduais. Em verdade, como o próprio texto normativo do art. 1º menciona, a sua finalidade é “apoiar as atividades e programas de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro.” Dessa forma, além dos recursos federais, cabe a cada Unidade Federativa investir também em seu sistema prisional com recursos de seu próprio orçamento.

Ocorre que em muitas Unidades Federativas o FUNPEN representa a maior parcela de investimentos realizados no sistema prisional local. Há casos, como por exemplo, o Estado de Rondônia, em que cerca de 90% da capacidade prisional existente no Estado foi produzida com recursos federais. Os investimentos locais na geração de vagas foram mínimos em um espaço de pouco mais de 10 anos.

Em contrapartida, há casos em que os investimentos estaduais superam em muito os recursos federais, como por exemplo, São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

O quantitativo de vagas gerado em todo o país, a partir de recursos do Fundo Penitenciário Nacional – contando com as obras em andamento – representa cerca de 37% do total das vagas existentes no Sistema Penitenciário Brasileiro. A elevada representatividade das vagas geradas com recursos federais comprova o grau de dependência que muitos Estados possuem em relação ao FUNPEN e o quanto este Fundo é importante para o Brasil. Desde a sua criação já foram mais de 81 mil vagas produzidas e ainda há diversas obras em andamento que possibilitarão o aumento significativo de novas vagas quando forem concluídas.

Quanto às receitas do FUNPEN, o artigo 2º da Lei Complementar n.º 79/94 estabelece as receitas que compõem o Fundo Penitenciário Nacional.

As receitas do FUNPEN podem ser classificadas nos seguintes grupos:

- Custas Judiciais;
- Loterias Federais;
- Recursos Próprios Não Financeiros;
- Recursos Próprios Financeiros.

Desde sua criação, o Fundo Penitenciário Nacional financiou um número maior que 1200 convênios e/ou contratos de repasse, cujos objetos vão desde a reintegração social do apenado até a construção de estabelecimentos penais.

Milhares de pessoas foram beneficiadas em projetos voltados para a reintegração social do apenado, assistência ao egresso do sistema penitenciário, assistência jurídica aos apenados carentes, formação educacional e profissional do preso. Além disso, diversos convênios foram celebrados com o intuito de fomentar o serviço de acompanhamento da aplicação de penas e medidas alternativas.

Além disso, é preciso ressaltar a formulação do Plano Estratégico do DEPEN. Desenvolvido segundo a metodologia Balanced Scorecard (BSC), o Plano Estratégico do DEPEN busca balancear as diversas facetas de sua competência institucional, possibilitando a

priorização de determinadas ações, facilitando sua atuação e a posterior medição de seus resultados.

O Plano será implementado, conforme os objetivos estratégicos apontados no mapa estratégico da instituição. Para tanto, o DEPEN está implantando um sistema de gestão baseado no gerenciamento de processos e projetos, estabelecendo indicadores de desempenho e metas para os seus resultados. Nesse sentido, a Assessoria do Diretor-Geral transformou-se em um centro de monitoramento e controle da estratégia, executando as funções de um escritório de projetos.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

O DEPEN, no exercício de 2011, propiciou adequadamente a garantia de direitos dos presos do Sistema Penitenciário Federal, garantindo a segurança da sociedade ao custodiar efetivamente as principais lideranças do crime organizado, tendo seus reflexos inclusive no apoio aos estados, reduzindo em cerca de 70 % as ocorrências de rebeliões e motins de presos.

A maior parte dos recursos do FUNPEN foi destinada para a geração de vagas e modernização dos estabelecimentos penais já existentes. A manutenção do sistema penitenciário possui custo elevado, fato esse que impede que as Unidades da Federação disponham de recursos para investimentos no sistema. Sendo assim, os Estados necessitam de auxílio do Governo Federal para a geração de vagas e demais despesas de investimento.

A Tabela a seguir apresenta o quantitativo de vagas que foi gerado em cada Unidade da Federação, desde a criação do FUNPEN.

Tabela 01 - Quantitativo de vagas geradas por estado brasileiro.

<i>Estado</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Estado</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Estado</i>	<i>Quantidade</i>
AC	1153	MA	1176	RJ	2640
AL	1727	MG	5747	RN	1517
AM	1678	MS	2535	RO	1432
AP	393	MT	1955	RR	203
BA	3558	PA	1263	RS	2506
CE	1481	PB	2834	SC	2906
DF	3550	PE	3073	SE	598
ES	3344	PI	1645	SP	27223
GO	1980	PR	1463	TO	1511

Fonte: Siafi Gerencial Web

Total de Vagas: 81.091.

A implementação das ações do Programa 0661, no ano de 2011, ocorreram de duas maneiras: a execução direta e a descentralizada, ambas representaram 48,00% e 51,99% da execução do orçamento de 2011, respectivamente.

Tabela 02 – Despesas por modalidade de aplicação considerando os recursos provenientes das fontes previstas na LOA, exceto da Fonte 100 (recursos do tesouro).

Modalidade de Aplicação		Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
30	TRANSFER. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	47.188.020,96	47.188.020,96	299.846,78
50	TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	246.802,60	246.802,60	246.802,60
90	APLICACOES DIRETAS	43.753.178,05	43.753.178,05	29.399.168,65
91	APLICACOES DIRETAS - OPERACOES INTERNAS	40.000,00	40.000,00	27.416,83
TOTAL		91.228.001,61	91.228.001,61	29.973.234,86

Fonte: Siafi Gerencial Web

Tabela 03 - Relação de Unidades Federativas beneficiadas considerando os recursos provenientes das fontes previstas na LOA, exceto da Fonte 100 (recursos do tesouro).

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF + Transferências a Municípios)	Empenhos Emitidos
ACRE	131.023,90
ALAGOAS	524.666,42
DISTRITO FEDERAL	1.873.123,66
PARANA	30.012,00
PIAUI	161.882,92
RIO GRANDE DO NORTE	607.842,72
RONDONIA	138.961,86
SANTA CATARINA	354.916,53
ACRE	1.146.366,52
ALAGOAS	2.159.396,80
AMAPA	210.000,00
AMAZONAS	7.597.743,87
CEARA	104.981,88
DISTRITO FEDERAL	64.879,29
ESPIRITO SANTO	80.961,50
GOIAS	621.047,53
MARANHAO	19.878.198,25
MATO GROSSO DO SUL	104.484,52
MINAS GERAIS	89.303,24
PARA	338.080,52
PARAIBA	4.805.266,67
PARANA	477.960,99
PERNAMBUCO	94.002,66
PIAUI	264.767,08
RIO GRANDE DO NORTE	203.407,60
RIO GRANDE DO SUL	325.664,50

RONDONIA	2.977.629,41
RORAIMA	100.000,00
SANTA CATARINA	213.119,62
SAO PAULO	1.334.563,50
SERGIPE	106.614,45
TOCANTINS	67.150,55
TOTAL	47.188.020,96

Fonte: Fonte: Siafi Gerencial Web

De um modo geral, a execução orçamentária e financeira no que tange ao Programa 0661, executado pelo DEPEND, contido na LOA-2011 (fontes: 118, 150, 174, 180, e 282) foi de R\$ 91.228.001,61 (noventa e um milhões, duzentos e vinte oito mil, um real e sessenta e oito centavos).

No que diz respeito às Aplicações Diretas deste departamento, apontamos, por exemplo, a ação 2316 – Serviço Penitenciário Federal, por meio da qual são realizadas as despesas de manutenção das unidades penais federais (material de apoio administrativo, manutenção de veículos e predial, alimentação, vestuário, transporte, comunicação, água, esgoto, energia elétrica, etc).

Entretanto, as executadas de forma descentralizada predominam, por meio de transferências voluntárias dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN às Unidades da Federação, principalmente.

No ano de 2011 foram descentralizados recursos para o Comando da Aeronáutica devido às despesas operacionais realizadas em decorrência das transferências de presos através aeronaves da Força Aérea Brasileira.

Movimentou-se ainda, recursos para a UG 200005 – Coordenação-Geral de Logística/MJ que dizem respeito às despesas com serviços terceirizados, serviços gráficos, dentre outras despesas, bem como para a Academia Nacional de Polícia – ANP, visando a criação de plataforma de educação à distancia e capacitação de gestores do sistema prisional de Moçambique.

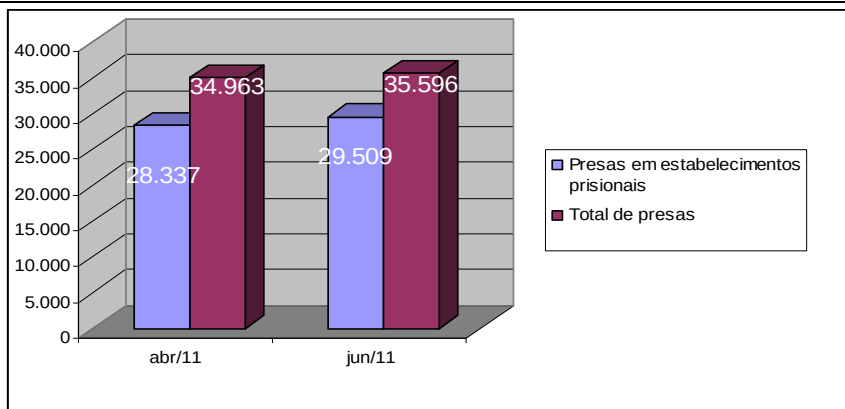
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA	0661
Denominação	<i>Aprimoramento da Execução Penal</i>
Tipo do Programa	<i>Finalístico</i>
Objetivo Geral	<i>Promover a reintegração do apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional e o atendimento a seus dependentes.</i>
Objetivos Específicos	• Reduzir o déficit de vagas no sistema penitenciário nacional através do apoio à construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais estaduais; • Prestar a assistência devida ao apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional nos termos da Lei de Execução Penal; • Garantir a implementação e manutenção dos serviços dos estabelecimentos

	penais federais; • Capacitar e formar o servidor penitenciário, afim de que suas atividades sejam exercidas em conformidade com a Lei de Execução Penal; • Desenvolver e implementar sistema de registro e gestão penitenciária, possibilitando o controle da execução penal, e o registro das características gerais do sistema penitenciário nacional; • Apoiar a criação de instituições voltadas para a qualificação do servidor penitenciário; • Apoiar a implantação e o reaparelhamento de ouvidorias no âmbito dos sistemas penitenciários estaduais; • Apoiar o aparelhamento e reaparelhamento das estruturas de serviços essenciais dos estabelecimentos penais estaduais e federais; • Apoiar a implantação de serviços de acompanhamento, monitoramento e execução de penas e medidas alternativas.					
Gerente	Julio Cesar Barreto					
Público Alvo	Pessoas presas, condenadas, internadas e egressas do Sistema Penitenciário Nacional, bem como os profissionais que atuam na área.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
125.250.000,00	125.250.000,00	91.228.001,61	29.973.584,00	61.254.417,00	29.973.584,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Percentual de Mulheres em Presídios Femininos (Percentual)	09/07/2007	81% em abril de 2011	83% em junho de 2011	Não informado	A variação entre abril e junho de 2011 foi de 2 pontos percentuais
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mulheres em presídios femininos sobre o total de mulheres presas.						
Análise do Resultado Alcançado						
• Visa aferir distorções relacionadas à mistura de gêneros no mesmo estabelecimento penal. • Avalia a efetividade do Programa. • A fórmula de cálculo é representada pela relação entre o total de mulheres em presídio feminino e o total de mulheres encarceradas (incluindo estabelecimentos mistos). • A aferição é feita a partir dos dados inseridos pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, gerenciado pelo DEPEN. • Esse indicador foi inserido no PPA 2008-2011, razão pela qual não há apurações em anos anteriores a 2007.						



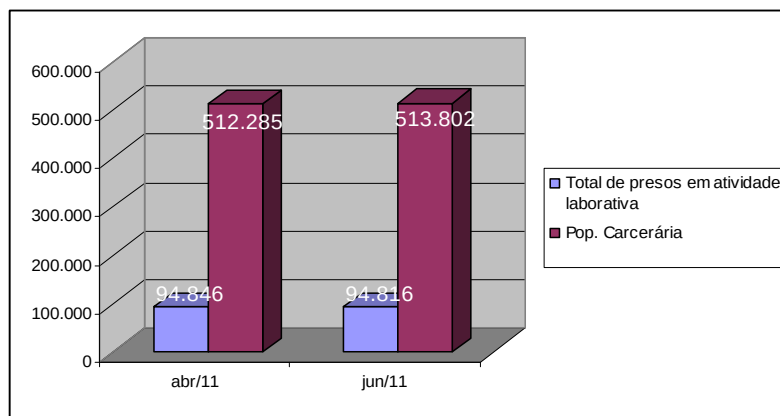
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Percentual de Presos que Trabalham (Percentual)	09/07/2007	19% em abril de 2011	18% em junho de 2011	Sem informação	O indicador apresentou queda de 1 ponto percentual

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de presos que trabalham sobre o total de presos.

Análise do Resultado Alcançado

- Visa aferir a **efetividade** das políticas de profissionalização implementadas no âmbito do sistema penitenciário.
- A fórmula de cálculo é representada pela relação entre o número de presos em atividade laborativa e o número total de presos.
- A aferição é feita a partir dos dados inseridos pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, gerenciado pelo DEPEN.
- O índice apresentou queda de 1 ponto percentual.
- Não foi verificada apuração de exercícios anteriores.
- O gráfico, seguinte, apresenta o resultado encontrado até junho de 2011.



Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Razão entre a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário e a População do Sistema (Unidade)	09/07/2007	56% em abril de 2011	57% em junho de 2011	Sem informação	O indicador apresentou aumento de 1 ponto percentual

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de presos que trabalham sobre o total de presos.

Análise do Resultado Alcançado

- *Visa aferir o déficit de vagas no Sistema Penitenciário levando em consideração as vagas disponibilizadas pelas Secretarias de Justiça e Segurança Pública, descontados os presos lotados em delegacias (indicador do InfoPen Polícia Judiciária do Estado – polícia civil SSP), dividido o resultado pelo total da população carcerária em dado período, em termos percentuais*
- *O indicador apresentou aumento de 1(um) ponto percentual.*
- *Não foi verificada apuração de exercícios anteriores*

Fonte: InfoPen

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
6	122	0661	2272	A	2	Não se aplica a esta Ação.			
14	421	0661	2314	A	2	Pessoa Beneficiada (unidade)	7.000	35.509	50 ²
14	421	0661	2316	A	2	Preso mantido (unidade)	1.040	389	832
14	128	0661	2526	A	2	Pessoa capacitada (unidade)	2.100	80.164	50 ³
6	183	0661	2720	A	2	Ação realizada (unidade)	1	0	1
14	421	0661	2730	A	2	Serviço apoiado (unidade)	50	2	15 ⁴
14	421	0661	8130	A	2	Estudo publicado (unidade)	1	0	4
14	422	0661	8913	A	2	Ouvidoria apoiada (unidade)	5	5	51
14	421	0661	8914	A	2	Vaga contratada (unidade)	560	1.274	6.668
14	122	0661	1A18	P	2	Escola construída (% de execução física)	41	0	0
14	183	0661	10D3	P	2	Sistema implantado (% de implantação)	10	0	100
14	421	0661	10M1	P	2	Obra concluída (% de execução física)	29	0	100
14	421	0661	116S	P	2	Penitenciária adequada (unidade)	2	1	4 ⁵
14	183	0661	3908	P	2	Estabelecimento integrado (unidade)	400	138	19
14	421	0661	8915	A	2	Unidade reformada (unidade)	4	0	0
14	421	0661	8916	A	2	Unidade aparelhada (unidade)	108	168	54 ⁶

Fonte: SIGPLAN

² Para o exercício de 2012 a Unidade de Medida da referida Ação mudou para "Serviço Apoiado".

³ Para o exercício de 2012 a Unidade de Medida da referida Ação mudou para "Serviço Apoiado".

⁴ Para o exercício de 2012 a Unidade de Medida da referida Ação mudou para "Política Estabelecida".

⁵ Para o exercício de 2012 a Unidade de Medida da referida Ação mudou para "Obra Concluída".

⁶ Para o exercício de 2012 a Unidade de Medida da referida Ação mudou para "Estabelecimento Público Apoiado".

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

<i>Denominação das Unidades Orçamentárias</i>	<i>Código da UO</i>	<i>Código SIAFI da UGO</i>
	30907	200094

2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	60.500.000,00	77.173.920,0
	PLOA		-	-	-	-	60.500.000,00	77.173.920,0
	LOA		-	-	-	-	60.500.000,00	77.173.920,0
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	4.150.000,00	0,00
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	0,00	0,00
		Reabertos	-	-	-	-	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	0,00	0,00
		Reabertos	-	-	-	-	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-8.150.000,00	-7.890.110,00
Outras Operações			-	-	-	-	0,00-	0,00
Total			-	-	-	-	56.500.000,00	69.283.810,00

Fonte:Siafi Gerencial

2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		64.750.000,00	104.826.080,00	-	-	-	-
	PLOA		64.750.000,00	104.826.080,00	-	-	-	-
	LOA		64.750.000,00	104.826.080,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		16.075.200,00	7.890.110,00	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	-	-	-	-
		Reabertos	0,00	0,00	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	-	-	-	-
		Reabertos	0,00	0,00	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-12.075.200,00	0,00	-	-	-	-
Outras Operações			0,00	0,00	-	-	-	-
Total			68.750.000,00	112.716.190,00	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial

.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		60.500.000,00	77.173.920,0	64.750.000,00	104.826.080,00	144.672.925,00	66.420.611,0
	PLOA		60.500.000,00	77.173.920,0	64.750.000,00	104.826.080,00	144.672.925,00	66.420.611,0
	LOA		60.500.000,00	77.173.920,0	64.750.000,00	104.826.080,00	144.672.925,00	66.420.611,0
CRÉDITOS	Suplementares		4.150.000,00	0,00	16.075.200,00	7.890.110,00	0,00	0,00
	Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos Cancelados			-8.150.000,00	-7.890.110,00	-12.075.200,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			56.500.000,00	56.500.000,00	69.283.810,00	68.750.000,00	144.672.925,00	66.420.611,0

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional

- Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA

Não ocorreram alterações relevantes entre os momentos de elaboração do PLOA de 2011 pela UO 30907.

- Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior

De um modo geral, em relação ao ano anterior, não ocorreu alteração significativa.

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200005	06122066122720001			2.656.429,71
		200005	14128066125260001			29.608,90
		200005	14183066139080001			10.000,00
		200005	14421066123140001			69.534,36
		200005	14421066123160001			2.285.595,97
		200005	14421066127300001			73.663,28
		200005	14422066189130001			103.189,00
		200336	14128066125260001			524.341,66
	Recebidos	-	-	-	-	925.892,75
Movimentação Externa	Concedidos	120002	14421066123160001			411.900,11
		113601	14421066127300001			242.480,00
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	200005	06122066122720001	72.424,00	0,00	0,00
		200005	14421066189160001	53.759,81	0,00	0,00
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial Web

Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa
No ano de 2011, ocorreram as seguintes movimentações internas (concedidas) referentes a despesas correntes:

- UG (200005) – Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Justiça: ocorreu devido à necessidade de contratações de serviços terceirizados, serviços gráficos, dentre outras despesas.
- UG (200336) – Coordenação de Orçamento e Finanças da Polícia Federal DPF: descentralização de crédito visando cobrir despesas com o termo de cooperação entre o Departamento Penitenciário Nacional e a Academia Nacional de Polícia, para realização de Curso de Capacitação de Gestores do Sistema Penitenciário Moçambicano, Criação de Plataforma de Ensino a Distância e Ressarcimento por deslocamentos de presos do Sistema Penitenciário federal com aeronaves do Departamento de Polícia Federal.

Movimentações externas (concedidas) referentes a despesas correntes:

- UG (120002) – Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica: visou cobrir despesas com os deslocamentos por aeronave da Força Aérea Brasileira na inclusão e remoção de presos no Sistema Penitenciário Federal.
- UG (113601) – Formalização de Termo de Cooperação com o Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA, visando à realização de pesquisa sobre Penas e Medidas alternativas em âmbito nacional.

Movimentação interna (concedida) referente a despesas de capital:

- UG (200005) – Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Justiça: ocorreu devido à necessidade aquisições de estações de trabalho (informática).

- análise do impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pela UJ durante o exercício

A execução de programas externos, recebidos pelo Departamento Penitenciário Nacional, está disposta no relatório de gestão do DEPEN, o qual agrega o presente relatório, em razão da fonte de recursos ser do tesouro (fonte 100).

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	28.946.531,73	27.442.522,93	20.528.319,17	9.244.986,44
Convite	264.514,50	0,00	264.514,50	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	28.232.143,13	24.925.643,23	19.813.930,57	9.244.986,44
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	449.874,10	2.516.879,70	449.874,10	2.516.879,70
Contratações Diretas	10.104.541,32	8.928.134,75	5.372.652,58	6.006.293,28
Dispensa	6.486.523,37	7.626.572,69	4.377.363,54	5.210.316,17
Inexigibilidade	3.618.017,95	1.301.562,06	995.289,04	795.977,11
Regime de Execução Especial	77.499,44	142.813,89	77.497,43	139.523,01
Suprimento de Fundos	77.499,44	142.813,89	77.497,43	139.523,01
Pagamento de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	52.099.429,12	50.650.744,76	3.994.765,68	9.122.608,68

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ							
3 – Outras Despesas Correntes	35.248.813,82	39.566.323,42	20.489.672,56	22.877.141,26	14.759.141,26	16.773.600,28	20.489.672,56	22.792.723,14
39	20.152.026,26	20.634.047,64	13.065.323,07	11.556.594,41	7.086.703,19	9.137.935,96	13.065.323,07	11.496.111,68
30	5.097.516,55	2.078.542,90	1.627.254,85	887.144,91	3.470.261,70	1.191.397,99	1.627.254,85	887.144,91
41	4.069.232,61	7.485.133,91	246.802,60	338.580,00	3.822.430,01	7.146.553,91	246.802,60	338.580,00
Demais elementos do grupo	5.930.038,40	6.279.490,66	5.550.292,04	5.814.315,64	379.746,36	489.110,41	5.550.292,04	5.790.380,25

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.2.1.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	55.979.187,79	45.519.350,01	9.483.911,24	839.800,36	46.495.276,55	44.679.549,65	9.483.911,24	833.543,36
42	1.215.423,58	34.881.177,49	0,00	526.525,73	1.215.423,58	34.354.651,76	0,00	526.525,73
52	11.398.173,26	10.468.749,02	9.184.064,46	313.274,63	2.214.108,80	10.155.474,39	9.184.064,46	307.017,63
51	43.365.590,95	169.423,50	299.846,78	0,00	43.065.744,17	169.423,50	299.846,78	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

De um modo geral a execução orçamentária foi uniforme entre os exercícios, ocorrendo a manutenção do principal gasto relacionado aos serviços que se devem à manutenção do Sistema Penitenciário federal.

O contingenciamento orçamentário alterou a proporção de gastos com diárias e passagens tendo em vista a publicação do Decreto 7446/2011, deixando de ser uns dos principais elementos de despesa empenhados no exercício.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Não ocorreu no período.

2.4.3) Indicadores Institucionais

O Departamento possui indicadores para avaliar o desempenho operacional do Programa 0661 – Aprimoramento da Execução Penal, que são os constantes no item 2.3.1. deste relatório.

Cabe, ainda, ao DEPEN, dar cumprimento ao item 9.2.1 do Acórdão nº 1.742/2006 – Plenário que trata de monitoramento decorrente da Decisão nº 1.715/2002 – Plenário – que versa sobre o tema “Profissionalização do Preso”.

Assim determina o item 9.2.1 do referido Acórdão:

“9.2. determinar ao Departamento Penitenciário Nacional que:

9.2.1. passe a informar, no Relatório de Gestão que acompanha suas tomadas de contas anuais, a evolução dos seguintes indicadores de desempenho: percentual de educandos no ensino fundamental, percentual de treinandos em qualificação profissional, número de apenados que trabalham em oficinas próprias e número de apenados que trabalham em oficinas em parceria;”

Conforme determinação do Tribunal de Contas da União, seguem os dados pertinentes.

- ***Percentual de Educandos no Ensino Fundamental;***

Em junho de 2011, as unidades federativas informaram que 25.145 (vinte e cinco mil cento e quarenta e cinco) presos desempenhavam atividades educacionais voltadas para o ensino fundamental. Este quantitativo corresponde a 5% da população carcerária do Brasil.

- ***Percentual de treinandos em qualificação profissional;***

Em junho de 2011, as unidades federativas informaram que 43.330 (quarenta e três mil trezentos e trinta) presos desempenhavam atividades educacionais, o que corresponde a 8% da população carcerária. Desse total, 1.190 (mil cento e noventa) presos freqüentavam cursos técnicos, voltados para a qualificação profissional, este quantitativo corresponde a 0,23% da população carcerária do Brasil.

- ***Número de apenados que trabalham em oficinas próprias;***

Em junho de 2011, as unidades federativas informaram que 79.030 (setenta e nove mil e trinta) presos desempenhavam atividades de laborterapia no interior dos estabelecimentos penais. Este quantitativo corresponde a 15% da população carcerária do Brasil.

- ***Número de apenados que trabalham em oficinas em parceria;***

Em junho de 2011, as unidades federativas informaram que 15.786 (quinze mil setecentos e oitenta e seis) presos desempenhavam atividades de laborterapia fora dos estabelecimentos penais. Este quantitativo corresponde a 3% da população carcerária do Brasil.

Quadro A.2.4.3.1 Perfil da população prisional brasileira em relação ao tratamento prisional (referência: junho de 2011)

ATIVIDADE	HOMEN S	MULHERE S	TOTAL
<i>Indicador: Quantidade de Presos em Programas de Laborterapia-Trabalho Externo</i>	14.429	1.357	15.786
<i>Item: Parceria com a Iniciativa Privada</i>	7.882	600	8.482
<i>Item: Parceria com Órgãos do Estado</i>	2.305	268	2.573
<i>Item: Parceria com Paraestatais (Sistema S e ONG)</i>	541	18	559
<i>Item: Atividade Desenvolvida - Artesanato</i>	2.179	394	2.573
<i>Item: Atividade Desenvolvida - Rural</i>	389	2	391
<i>Item: Atividade Desenvolvida - Industrial</i>	1.133	75	1.208

Fonte: InfoPen

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não ocorreu no período.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores					Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011	
2010	92.179,64		88.948,11		
2009	3.493.946,03	-226.000,00	3.267.946,03	0,00	
...	1.419.656,93			1.419.656,93	
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011	
2010	65.833.572,48	-6.676.603,80	27.461.918,34	31.695.050,34	
2009	14.782.948,36	-2.663.693,21	8.653.928,01	3.465.327,14	
...	45.217.609,84	-1.543.320,46	21.915.211,11	21.759.078,27	
Observações:					
A seguir a relação de Decretos de validação dos restos a pagar dos anos de 2007, 2008 e 2009.					
Decreto Nº 7.468, de 28 de abril de 2011.		Mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 que especifica, altera o parágrafo único do art. 68 do Decreto no 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e dá outras providências.			
Decreto Nº 7.057 de 29 de dezembro de 2009.		Prorroga a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007 e 2008.			
Decreto Nº 6.708, de 23 de dezembro de 2008		Prorroga a validade dos restos a pagar não processados inscritos no exercício financeiro de 2007 e dá outras providências.			

Fonte: Siafi Gerencial

4.2) Análise Crítica

Devido ao exíguo lapso temporal entre a fase do empenho e a do pagamento de convênios e contratos de repasse relativos às edificações (construção, ampliação e reforma). Tendo em vista as diversas etapas deste tipo de projeto – liberação do terreno, obtenção da licença ambiental, elaboração do projeto executivo, licitação, adaptação do projeto, efetiva execução, intempéries climáticas, etc – o exercício no qual foi emitido o empenho é extrapolado. Normalmente, leva-se de 1 ano e meio a três anos para conclusão. Assim, a Unidade Gestora CEF/DEPEN possui um volume de restos a pagar muito alto.

O ciclo para liberação dos recursos financeiros para os convênios é composto de cinco fases: (proposta, análise, aprovação, formalização e liberação. Estes convênios em sua maioria, são firmados no final do exercício financeiro, tendo em vista inconsistências nas propostas apresentadas, restrições junto ao CAUC por parte dos convenientes e/ou falta de limite orçamentário. Assim, a Diretoria de Políticas Penitenciárias só consegue repassar os recursos financeiros nos exercícios subseqüentes.

Outro fator a ser lavado em consideração é que as Notas Fiscais / Faturas de contratos continuados dos meses de dezembro só são pagas no exercício seguinte para que não haja antecipação de despesa por parte deste DEPEN.

Sobre restos a pagar, considere-se ainda que:

- O DEPEN vem encaminhando relatórios periodicamente às áreas internas demandantes, com o intuito de restringir ao máximo a probabilidade de inscrição de Restos a Pagar, bem como vem cancelando os Restos a Pagar que não serão pagos;
- As Inscrições e Reinscrições de Restos a Pagar foram feitas automaticamente de Acordo com a Legislação Vigente; e
- Nota-se que os Restos a Pagar prejudicam sobremaneira a Execução Financeira, uma vez que os valores a serem pagos como Restos a Pagar são abatidos do Limite Financeiro concedido pelo Ministério da Justiça. Contudo, este Departamento, tendo em vista executar a maioria de seu Orçamento através de Convênios para Construção, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais, que conforme citados anteriormente são processos demorados, não tem meios de executar seu orçamento sem que haja inscrição em restos a pagar.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1) Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos		Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
		Autorizada	Efetiva		
1	Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1.156	1.085		04
1.1	Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2	Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	1.045		77	53
1.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	01	01	01	0
1.2.3	Servidor de carreira em exercício provisório	03	03	03	0
1.2.4	Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	17	17	11	13
1.3	Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3	Total de Servidores (1+2)	2.222	1.106	92	70

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	03 (Lei 11.907/2008 e 8.112/90)
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	21
3.2. A pedido, a critério da Administração	23
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	7
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	67
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	1
4.2. Capacitação	1
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	124

Fonte: SIAPE e registros funcionais

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	73	66	37	12
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	31	31	18	12
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	14	14	8	0
1.2.4. Sem vínculo	21	21	11	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	20	20	20	20
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	17	17	17	20
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	3	3	3	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	93	86	57	32

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	427	498	76	16	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	15	37	09	04	02
2.3. Funções gratificadas	07	10	01	0	0
3. Totais (1+2)	449	545	86	20	03

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	423	595	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	18	49	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	9	9	0	0	0
3. Totais (1+2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1) Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Não ocorreu no período.

5.2.2) Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Não ocorreu no período.

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Em R\$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	5	8	10	10	109.515,00
1.1 Área Fim	Não ocorreu no período				
1.2 Área Meio	5	8	10	10	
2. Nível Médio	13	18	23	25	92.208,17
2.1 Área Fim	Não ocorreu no período				
2.2 Área Meio	13	18	23	25	
3. Total (1+2)	18	26	33	35	201.723,18

Fonte: SIAPE e SIAFI

5.4) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	40.532.271,69	83.213,00	22.404.663,42	13.409.951,90	5.978.023,29	5.978.023,29	14.980,23	-	397.193,59	82.820.297,12
	2010	72.356.790,28	2.901.752,64	19.401.503,64	7.646.842,22	1.517.764,91	763.879,08	-	-	-	104.588.532,77
	2009	22.152.371,42	596.732,62	7.859.534,85	2.466.977,22	572.532,19	-	-	-	-	33.648.148,30
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	2.582.885,44	71.377,02	1.121.280,86	340.289,40	422.347,92	184.414,77	7.195,20		27.882,24	4.757.672,85
	2010	738.867,60	1.277.947,29	309.240,00	147.600,00	196.004,85	-	-	-	-	2.669.659,74
	2009	-	1.354.977,05	111.635,15	31.161,02	34.585,75	-	-	-	-	1.532.358,97
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	579.332,12	4.840,99	314.016,40	140.790,88	281.565,28	82.495,83	62,28	-	4.615,80	1.407.719,58
	2010	61.572,30	12.569,03	17.980,80	157.440,00	81.385,51	-	-	-	-	314.747,64

Informamos que Departamento Penitenciário nacional não dispõe em seu quadro funcional dos servidores a seguir: membros de poder e agentes políticos, Servidores com Contratos Temporários, Servidores Cedidos com ônus ou em Licença e Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial.

5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

Não ocorreu no período.

5.2.2) Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Não ocorreu no período.

5.5.3) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: DIRETORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL													
UG/Gestão: 200323					CNPJ:								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	22/2010	3292418/0001-50	24/05/2010	24/05/2012	25	25	1	1	0	0	AP
2011	L	O	23/2010	07228643/0001-36	26/05/2010	25/05/2012	25	25	1	1	0	0	AP
2011	L	E	14/2011	07442731/0001-36	22/03/2011	21/09/2012	25	25	1	1	0	0	E
2011	L	O	17/2010	08861799/0001-12	08/02/2010	07/02/2012	20	20	1	1	0	0	AP
2011	L	O	37/2011	11786359/0001-52	30/11/11	29/11/12	25	25	1	1	0	0	A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Controle de contratos/COREM/CGAD/DIREX/DEPEN

5.5.4) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão
 Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome:		DIRETORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL											
UG/Gestão:		200323				CNPJ:							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	1	O	22/2010	3292418/0001-50	24/05/2010	24/05/2012	25	25	1	1	0	0	AP
2011	1	O	23/2010	07228643/0001-36	26/05/2010	25/05/2012	25	25	1	1	0	0	AP
2011	1	E	14/2011	07442731/0001-36	22/03/2011	21/09/2011	25	25	1	1	0	0	E
2011	1	O	17/2010	08861799/0001-12	08/02/2010	07/02/2012	20	20	1	1	0	0	AP
2011	1	O	37/2011	11786359/0001-52	30/11/11	29/11/12	25	25	1	1	0	0	A
2011	6	O	42/2010	26852970/0001-09	27/12/10	26/12/11	2	2	0	0	0	0	E
2011	6	O	45/2010	07951388/0001-55	03/01/11	02/01/12	2	2	0	0	0	0	A
2011	6	O	44/2010	11786359/0001-52	28/12/10	27/12/12	2	2	0	0	0	0	AP
2011	6	O	43/2010	00482840/0001-38	22/12/10	21/12/12	2	2	0	0	0	0	AP
2011	14	O	30/2010	0593361/0001-46	10/11/10	09/11/12	18	18	10	10	0	0	AP
2011	14	O	35/2010	07228643/0001-36	16/11/10	15/11/12	18	18	10	10	0	0	AP
2011	14	O	31/2010	07442731/0001-36	16/11/10	15/11/11	18	18	10	10	0	0	E
2011	14	O	32/10	07855231/0001-26	10/11/10	09/11/11	18	18	10	10	0	0	E
LEGENDA													
Área:				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
1. Conservação e Limpeza;				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
2. Segurança;				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
3. Vigilância;				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
4. Transportes;													
5. Informática;													
6. Copeiragem;													
7. Recepção;													
8. Reprografia;													
9. Telecomunicações;													
10. Manutenção de bens móveis													
11. Manutenção de bens imóveis													
12. Brigadistas													
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
14. Outras													

LEGENDA

Área:

- | | |
|---------------------------|---|
| 1. Conservação e Limpeza; | 8. Reprografia; |
| 2. Segurança; | 9. Telecomunicações; |
| 3. Vigilância; | 10. Manutenção de bens móveis |
| 4. Transportes; | 11. Manutenção de bens imóveis |
| 5. Informática; | 12. Brigadistas |
| 6. Copeiragem; | 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes |
| 7. Recepção; | 14. Outras |

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Controle de contratos/COREM/CGAD/DIREX/DEPEN

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- *Absenteísmo, Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais, Rotatividade (turnover), Educação Continuada, Disciplina, - Aposentadoria versus reposição do quadro.*

Informamos que a Unidade ainda não dispõe de instrumentos de aferição dos indicadores supra mencionados.

6. TRANSFERÊNCIAS

6.1) Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1) Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: DEPEN/DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS										
CNPJ: 00.394.494/0001-36					UG/GESTÃO: 200321/00001					
Informações sobre as transferências										
UF	Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
								Início	Fim	
AC	2	0304659-85/2009	Instituto de Administração Penitenciária	2.330.806,47	233.080,65	2.097.725,82	2.097.725,82	22/12/2009	29/02/2012	1
AL	2	0264730-90/2008	Intendência Geral do Sistema Penitenciário	17.970.000,00	150.000,00	2.970.000,00	2.970.000,00	31/12/2008	29/06/2011	1
BA	2	0232555-01/2007	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	17.927.179,16	1.792.717,92	16.134.461,24	16.134.461,24	10/12/2007	12/10/2011	1
CE	2	0238686-16/2007	Secretaria da Justiça e Cidadania	2.775.648,24	416.347,24	2.359.301,00	2.359.301,00	28/12/2007	31/12/2012	1
CE	2	0238687-20/2007	Secretaria da Justiça e Cidadania	2.970.390,50	473.278,26	2.497.112,24	2.497.112,24	28/12/2007	31/12/2012	1
CE	2	0295747-42/2009	Secretaria da Justiça e Cidadania	18.969.820,42	204.000,21	18.765.820,21	18.765.820,21	23/11/2009	23/01/2012	1
GO	2	0300984-40/2009	Secretaria da Segurança Pública	20.049.000,00	150.000,00	14.850.000,00	14.850.000,00	15/12/2009	31/05/2012	1
MG	2	0276701-04/2008	Secretaria de Estado da Defesa Social	15.000.000,00	300.000,00	14.700.000,00	14.700.000,00	31/12/2008	23/01/2012	1
MT	2	0275108-94/2008	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	19.416.475,16	194.164,75	4.372.310,41	4.372.310,41	30/12/2008	08/06/2011	1
PA	2	0301691-26/2009	Superintendência do Sistema Penitenciário	1.482.545,03	148.254,50	1.225.640,63	1.225.640,63	30/12/2009	30/09/2011	1

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: DEPEN/DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS										
CNPJ: 00.394.494/0001-36					UG/GESTÃO: 200321/00001					
Informações sobre as transferências										
UF	Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
PE	2	0295748-57/2009	Secretaria Executiva de Ressocialização	2.705.853,50	270.585,35	2.435.268,15	2.435.268,15	30/12/2009	30/12/2011	1
PR	2	0207805-01/2006	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	17.134.033,14	2.620.000,00	4.034.033,14	14.514.033,14	26/10/2006	28/06/2011	1
PR	2	0286354-10/2009	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	15.000.000,00	300.000,00	14.700.000,00	14.700.000,00	23/12/2009	30/01/2012	1
RO	2	0276702-18/2008	Secretaria de Estado de Justiça	20.842.983,61	208.429,83	5.784.553,78	5.784.553,78	31/12/2008	30/04/2011	1
RS	2	0269394-37/2008	Secretaria de Estado da Segurança Pública	162.588,51	32.517,70	130.070,81	130.070,81	31/12/2008	30/12/2011	1

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: DEPEN/DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS										
CNPJ: 00.394.494/0001-36					UG/GESTÃO: 200324/00001					
Informações sobre as transferências										
UF	Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
								Início	Fim	
AC	1	104/2010	Instituto de Administração Penitenciária	399.582,48	39.958,25	359.624,23	359.624,23	20/12/2010	20/04/2012	1
AC	1	105/2010	Instituto de Administração Penitenciária	148.493,92	14.849,39	133.644,53	133.644,53	20/12/2010	10/07/2012	1
AC	1	111/2010	Instituto de Administração Penitenciária	225.679,60	22.567,96	203.111,64	203.111,64	20/12/2010	20/12/2011	1
AC	1	133/2010	Instituto de Administração Penitenciária.	371.987,33	37.198,73	334.788,60	334.788,60	20/12/2010	20/12/2012	1
AL	1	117/2010	Secretaria de Estado de Defesa Social	176.136,00	17.613,60	158.522,40	158.522,40	30/12/2010	30/12/2011	1
AL	1	125/2010	Secretaria de Estado de Defesa Social	219.200,00	21.920,00	197.280,00	197.280,00	31/12/2010	30/12/2012	1
AL	1	132/2010	Defensoria Publica Geral do Estado	440.252,00	44.403,20	395.848,80	395.848,80	30/12/2010	30/06/2012	1
AM	1	013/2009	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	148.483,23	14.854,43	95.686,01	95.686,01	28/12/2009	31/12/2011	1
CE	1	027/2008	Secretaria da Justiça e Cidadania	578.942,00	59.715,80	513.061,80	513.061,80	27/06/2008	27/06/2012	1
CE	1	047/2009	Secretaria da Justiça e Cidadania	173.049,44	33.479,18	139.570,26	139.570,26	21/12/2009	21/11/2012	1
CE	1	112/2010	Secretaria da Justiça e Cidadania	144.460,00	14.446,00	130.014,00	130.014,00	20/12/2010	20/12/2012	1
CE	1	131/2010	Secretaria da Justiça e Cidadania	302.900,00	34.800,00	268.100,00	268.100,00	20/12/2010	01/03/2012	1
CE	1	134/2010	Secretaria da Justiça e Cidadania	499.808,00	57.888,00	441.920,00	441.920,00	20/12/2010	01/03/2012	1
CE	1	139/2010	Secretaria da Justiça e Cidadania	292.000,00	34.800,00	257.200,00	257.200,00	20/12/2010	20/12/2012	1

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: DEPEN/DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS										
CNPJ: 00.394.494/0001-36					UG/GESTÃO: 200324/00001					
Informações sobre as transferências										
UF	Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
DF	1	073/2009	ANIS - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gêneros	548.536,40	54.931,20	493.605,20	493.605,20	28/12/2009	19/12/2012	1
ES	1	109/2010	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	3.343.684,00	668.736,80	2.674.947,20	2.674.947,20	23/12/2010	23/12/2012	1
ES	1	110/2010	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	1.557.000,00	311.400,00	1.245.600,00	1.245.600,00	23/12/2010	23/12/2012	1
ES	1	119/2010	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	1.699.536,00	339.907,20	1.359.628,80	1.359.628,80	23/12/2010	23/12/2012	1
GO	1	031/2006	Fundação Universitária do Cerrado	229.433,20	70.233,20	40.000,00	100.000,00	22/12/2006	30/04/2011	1
MG	1	128/2010	Secretaria de Estado da Defesa Social	304.704,00	60.940,80	243.763,20	243.763,20	30/12/2010	30/12/2011	1
MS	1	034/2009	Secretaria de Estado de Governo	470.086,53	47.008,65	423.077,88	423.077,88	28/12/2009	28/12/2012	1
MS	1	129/2010	Ministério Público do Estado	499.991,84	49.999,18	449.992,66	449.992,66	22/12/2010	22/04/2012	1
MS	1	130/2010	Secretaria de Estado de Governo	554.312,00	55.431,20	498.880,80	498.880,80	30/12/2010	22/02/2012	1
MS	1	121/2010	Fundação Nova Chance	281.400,00	28.140,00	253.260,00	253.260,00	24/12/2010	12/01/2012	1
MS	1	127/2010	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	178.101,18	17.810,12	160.291,06	160.291,06	30/12/2010	18/02/2012	1
PA	1	064/2008	Superintendência do Sistema Penitenciário	102.638,00	1.026,38	101.611,62	101.611,62	29/12/2008	29/12/2011	1

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: DEPEN/DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS										
CNPJ: 00.394.494/0001-36					UG/GESTÃO: 200324/00001					
Informações sobre as transferências										
UF	Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
				Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
								Início	Fim	
PA	1	107/2010	Superintendência do Sistema Penitenciário	175.353,33	17.535,34	157.817,99	157.817,99	20/12/2010	28/04/2011	1
PE	1	011/2008	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	154.379,24	28.000,00	100.812,58	100.812,58	26/12/2008	20/04/2012	1
PE	1	012/2008	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	154.379,24	28.000,00	126.379,24	126.379,24	26/12/2008	01/04/2012	1
PR	1	001/2009	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	411.358,52	82.271,70	329.086,82	329.086,82	28/12/2009	28/04/2012	1
PR	1	002/2009	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	590.000,00	118.000,00	472.000,00	472.000,00	28/12/2009	28/12/2011	1
RJ	1	136/2010	Instituto de Estudos da Religião - ISER	467.957,52	47.889,30	420.068,22	420.068,22	31/12/2010	25/12/2011	1
RN	1	124/2010	Tribunal de Justiça do Estado	483.718,48	49.000,00	434.718,48	434.718,48	23/12/2010	23/05/2012	1
RO	1	103/2010	Secretaria de Estado de Justiça	393.489,40	39.348,94	354.140,46	354.140,46	20/12/2010	03/08/2012	1
RO	1	115/2010	Secretaria de Estado de Justiça	182.597,64	18.259,76	164.337,88	164.337,88	20/12/2010	20/07/2012	1
RO	1	116/2010	Secretaria de Estado de Justiça	258.551,37	25.855,14	232.696,23	232.696,23	20/12/2010	20/07/2012	1
RS	1	138/2010	Cruz Vermelha Brasileira Filial do Estado do Rio Grande do Sul	471.250,00	60.000,00	411.250,00	411.250,00	31/12/2010	31/12/2011	1
SC	1	114/2010	Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão	318.750,00	63.750,00	255.000,00	255.000,00	20/12/2010	20/06/2012	1
SC	1	118/2010	Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão	641.024,00	128.204,80	512.819,20	512.819,20	31/12/2010	31/12/2012	1

Valores em R\$ 1,00

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: DEPEN/DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS										
CNPJ: 00.394.494/0001-36					UG/GESTÃO: 200324/00001					
Informações sobre as transferências										
UF	Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
								Início	Fim	
SC	1	137/2010	Associação Cultural, Social e Terapêutica da Região de Amurel	154.087,13	15.408,71	138.678,42	138.678,42	30/12/2010	18/02/2012	1
SE	1	100/2010	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	116.015,00	11.601,50	104.413,50	104.413,50	20/12/2010	20/06/2012	1
SP	1	021/2009	Secretaria da Administração Penitenciária	512.000,00	102.400,00	409.600,00	409.600,00	28/12/2009	28/04/2012	1
SP	1	070/2009	Secretaria da Administração Penitenciária	272.840,00	54.568,00	218.272,00	218.272,00	28/12/2009	25/03/2011	1
TO	1	140/2010	Tribunal de Justiça	374.927,74	42.577,19	332.350,55	332.350,55	31/12/2010	30/06/2012	1
TO	1	141/2010	Tribunal de Justiça	374.927,74	42.577,19	332.350,55	332.350,55	31/12/2010	30/06/2012	1

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: DEPEN/DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS										
CNPJ: 00.394.494/0001-36					UG/GESTÃO: 200324/00001					
Informações sobre as transferências										
UF	Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
DF	4	005/2011	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	526.440,00	0,00	242.480,00	242.480,00	28/10/2011	28/10/2013	1
DF	4	004/2011	Academia Nacional de Polícia - DPF	74.564,00	0,00	74.564,00	74.564,00	20/10/2011	13/11/2011	1
DF	4	003/2011	Academia Nacional de Polícia - DPF	2.502.219,00	0,00	496.992,92	496.992,92	20/10/2011	20/10/2013	1

6.1.2) Quantidade dos instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: DEPEN/DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS						
CNPJ: 00.394.494/0001-36						
UG/GESTÃO: 200324/00001						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício, independente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	44	35	58	16.832.515,19	28.388.863,61	17.117.085,07
Contrato de Repasse	03	10	13	107.056.297,43	75.718.774,72	170.878.147,18
Termo de Parceria	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	5	0	0	814.036,92	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	52	45	71	124.702.849,54	104.107.638,33	187.995.232,25

Fonte: Siafi/Siconv/FUNPEN

6.1.3) Informações sobre o conjunto dos instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2012 e seguintes

Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2012 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: DEPEN/DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS					
CNPJ: 00.394.494/0001-36			UG/GESTÃO: 200324/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	121	67.178.794,57	16.892.515,19	50.286.279,38	25,15
Contrato de Repasse	119	787.084.635,31	117.536.297,43	669.548.337,88	14,93
Termo de Parceria	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	5	4.967.234,26	814.036,92	1.406.243,58	16,39
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	245	859.230.664,14	135.242.849,54	721.240.860,84	15,74

Fonte: Siafi/Siconv/FUNPEN

6.2) Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênio, termos de cooperação e contratos de repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN					
CNPJ: 00.394.494/0001-36			UG/GESTÃO: 200324/00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	54 ^{*1}	2	-
		Montante Repassado	R\$ 20.493.245,94	R\$ 738.360,35	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0,00	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	44	-	-
		Montante Repassado	12.587.162,19	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0,00	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	55	-	-
		Montante Repassado	R\$ 5.052.841,62	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0,00	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0,00	-	-

Fonte:

*1 - 57 convênios que tiveram suas prestações de contas comprovadas em 2011, não necessariamente celebrados nesse mesmo ano.

6.2.1) Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN					
CNPJ: 00.394.494/0001-36			UG/GESTÃO: 200324/00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			54 ^{*8}	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	43 ^{*9}	-
			Contas Não analisadas	11 ^{*13}	-
		Montante repassado (R\$)		R\$ 20.493.245,94	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	28 ^{*10}	-
			Quantidade Reprovada	1 ^{*11}	-
			Quantidade de TCE	26 ^{*12}	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	-
			Montante repassado (R\$)	0,00	-
2010	Quantidade de contas prestadas			44	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		46 ^{*1}	-
		Quantidade Reprovada		2	-
		Quantidade de TCE		15 ^{*2}	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		34 ^{*3}	-
		Montante repassado (R\$)		R\$ 9.107.415,68	-
2009	Quantidade de contas prestadas			56 ^{*4}	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		42 ^{*5}	-
		Quantidade Reprovada		2	-
		Quantidade de TCE		9 ^{*6}	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		40 ^{*7}	-
		Montante repassado		R\$ 26.670.246,34	-
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	-
		Montante repassado		0,00	-

Fonte:

*1 – (46 convênios aprovados durante o ano de 2010, não necessariamente celebrados nesse mesmo ano).

*2 – (15 instaurações de Tomada de Contas Especial no ano de 2010).

*3 – (34 convênios na época em análise de prestação de contas).

*4 – (56 prestações de contas comprovadas em 2009, das quais na época estavam em análise da prestação de contas).

*5 – (42 convênios aprovados durante o ano de 2009, não necessariamente celebrados nesse mesmo ano).

*6 – (9 instaurações de tomada de contas especial no ano de 2009).

*7 – (40 prestações de contas em análise, das quais naquela época alguns conveniente foram instados a prestar esclarecimentos e apresentar documentações e justificativas e que naquele momento não foram concluídas em virtude da necessidade de orientações por parte dos órgãos de controle, haja vista que algumas irregularidades apontadas não acarretaram em prejuízo aos cofres públicos, contudo, na ocasião da análise verificou-se o não atendimento a norma legal).

*8 – (54 convênios que tiveram suas prestações de contas comprovadas em 2011, não necessariamente celebrados nesse mesmo ano. No que tange aos instrumentos celebrados por meio do SICONV, ressalta-se que boa parte das prestações de contas foram apresentadas por meio físico, devido a uma série de fatores que obstaram a apresentação dessas no portal de convênio. No entanto, este Departamento vem viabilizando em conjunto com órgãos conveniados, assim também com técnicos do MPOG soluções para devida regularização).

* 9- (Esses 43 convênios estão em análise dos quais 2 já foram aprovados).

*10- (28 convênios que tiveram suas prestações de contas aprovadas no ano de 2011, não necessariamente celebrados nesse mesmo ano).

*11- (1 Prestação de Contas não aprovada e instaurada a Tomada de Contas Especial).

* 12 – (26 Tomadas de Contas Especial. que se encontram no âmbito desse Departamento).

* 13 – (11 convênios, os quais encontram-se em análise técnico-financeira no setor responsável).

6.3) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente

Quando da transferência de recursos na situação de inadimplência, os convenientes se utilizam do Poder Judiciário, impetrando medidas liminares que suspendem a situação de inadimplência. Neste caso, verifica-se por meio do contencioso jurídico deste órgão concedente a força executória do ato, adotando assim, as medidas determinadas pelo órgão jurídico.

Quanto aos que possuem natureza de ações de saúde e educação, considera-se para a transferência dos recursos em situação de inadimplência o respaldo legal no artigo 25 §3º da Lei n.º 101/2000, Lei de Regularidade Fiscal.

Verifica-se também, quando da assinatura do instrumento e repasse dos recursos, o respaldo da Lei de Diretrizes Orçamentárias relativas ao período de celebração do instrumento, com a verificação de sua excepcionalidade no caso de liberação dos recursos em situação de inadimplência.

- Situação das transferências efetuadas no exercício frente o disposto no artigo 35, do decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do decreto 6.752/2009, com a redação dada pelo decreto 6.993/2009, ou legislação que o altere

Quanto à situação das transferências efetuadas no exercício frente aos dispositivos acima, ressalta-se que para a liberação de recursos financeiros referentes a convênios faz-se necessária a realização de 5 (cinco) etapas, sendo elas: proposta, análise, aprovação, formalização e liberação, além das demais formalidades que antecedem as aludidas etapas, como por exemplo, as publicações de portarias que regulamentam apresentação de propostas.

Em face disso, a maioria dos convênios são celebrados no final do exercício financeiro, visto à inconsistências nas propostas apresentadas que levam inevitavelmente à solicitação de ajustes para serem aprovadas, ocasionando, dessa forma, demora na aprovação e consequentemente na formalização dos respectivos instrumentos. Há que se considerar aspectos de ordem legal, como a regularidade no CAUC, como também de ordem orçamentária, como a indisponibilidade de limite financeiro. Assim, o DEPEN só consegue realizar as transferências de recursos nos exercícios subsequentes.

Para os próximos exercícios, a Direção-Geral juntamente com a Diretoria de Políticas Penitenciárias planeja a gestão das transferências voluntárias de recursos, no tocante a convênios, da seguinte maneira: publicação de portarias para apresentação de propostas, análise, aprovação das propostas e a formalização dos instrumentos, ainda no primeiro semestre do ano correspondente, restando para o segundo semestre a etapa de liberação dos recursos e monitoramento “in loco”.

-Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos

No tocante à evolução das transferências nos 3 (três) últimos exercícios, nota-se, conforme quadro demonstrativo apresentado no item 6.1.2 – “Quantidade dos instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios” deste Relatório, que em um comparativo entre o ano de 2009 e 2010 houve uma redução no quantitativo de instrumentos celebrados, e consequentemente nas transferências voluntárias realizadas.

Isso ocorreu, primeiramente, em virtude do contingenciamento de recursos que incidiu sobre alguns órgãos da Administração Pública Federal, no exercício de 2010, dentre eles o DEPEN, como também, em decorrência de mudança na metodologia das análises das propostas/projetos realizadas pelas áreas finalísticas, que focaram não na quantidade e sim na qualidade dos projetos, no intuito de formalizar instrumentos que verdadeiramente proporcionassem

resultados positivos e expressivos, de modo a diminuir o alto índice de recursos devolvidos à União, tendo em vista a não implementação dos objetivos pactuados.

Embora tendo sofrido corte orçamentário, no exercício de 2011 houve evolução nas transferências voluntárias com relação ao ano de 2010. Destaca-se que tal aumento está associado, inicialmente, ao limite orçamentário disponível, bem como aos resultados alcançados devido à mudança de postura das áreas competentes deste Departamento frente às propostas apresentadas, além outras medidas adotadas no que diz respeito a maior fiscalização no implemento das ações e gastos dos recursos repassados, em análises mais criteriosas e rigorosas quanto aos processos de prestação de contas.

- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011

Tomando como base o limite orçamentário previsto para aquele exercício financeiro, a Diretoria de Políticas Penitenciárias apresentou Planejamento Estratégico para a execução das transferências voluntárias de recursos, focando em ações prioritárias e adotando critérios objetivos.

Nesse sentido, propôs a reformulação dos manuais para celebração, execução e prestação de contas de instrumentos celebrados com este Departamento, além de expedir orientações aos órgãos conveniados, afim de que cumpram, categoricamente, os normativos legais que norteiam a matéria, bem como adotem medidas necessárias junto às instâncias competentes para manutenção da regularidade no CAUC/CADIN/SIAFI, possibilitando assim, a celebração dos instrumentos correspondentes.

- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares

O Setor de Prestação de Contas deste Departamento vem demonstrando um aumento em termos de qualidade na análise dos processos, qualidade esta já constatada pela área de controle interno e até mesmo pelas auditorias aqui realizadas. Todo esmero, demanda dedicação e conhecimento por parte de seus analistas, esforço no entendimento da temática, conferência e diligências de ordem contábil em processos que possuem demonstrações de suas contas de modo geral, extensas e complexas. Aliada à área contábil tem-se a área finalística, que para avaliar o cumprimento do objeto de forma correta, requer também tempo de análise, assim como de diligências a serem realizadas junto ao Conveniente.

No entanto, no sentido de cumprir os prazos que compõem as análises financeiras e técnicas, o Departamento adotou um maior rigor no cumprimento dos prazos relativos as diligências não respondidas no tempo determinado, de modo que após a realização da primeira análise, o conveniente é diligenciado para que adote providências de saneamento no prazo de 15 (quinze) dias, e em não havendo saneamento no referido prazo, de imediato é expedido ofício ao órgão conveniado e ao chefe do poder executivo, em atendimento a Lei de Diretrizes Orçamentárias concedendo prazo final de 45 (quarenta e cinco) dias para regularização das pendências ou devolução dos recursos aplicados de forma incorreta, sob pena de inserção na conta de inadimplentes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, (convênios celebrados anterior a Portaria Interministerial n.º 127/2008- MP/MF/CGU), bem como no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse- SICONV.

É oportuno relatar, que a inserção, principalmente na conta de inadimplentes do SIAFI, tem nos causado inúmeras ações cautelares, em que os notificados alegam que fora cerceado o direito à ampla defesa e ao contraditório, visto a sistemática aplicada conforme descrita no parágrafo anterior.

- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto

A área de prestação de contas se esmera diariamente no ofício de realizar análises cada vez mais pormenorizadas das contas dos instrumentos celebrados. É importante mencionar que o DEPEN conseguiu com muito esforço reduzir o número de convênios na conta A APROVAR, ainda existe um passivo grande de prestação de contas que estão sendo analisadas com as prescrições estabelecidas na IN/STN n.º 1/97, haja vista que esses convênios foram celebrados anteriormente a publicação da Portaria Interministerial n.º 127/2008, aliado ao fato que no ano de 2010 houve uma descontinuidade dos trabalhos, uma vez que ocorreu a substituição de todos os prestadores de serviços lotados na Coordenação de Prestação de Contas, por servidores concursados, os quais necessitam de capacitação e treinamento, o que demanda tempo. Além disso, ocorreu no ano de 2010 uma alta rotatividade desses servidores concursados, que alegaram não se enquadrar no perfil exigido para um analista de prestação de contas. Essa contínua evasão continuou em 2011, sendo esse problema citado diversas vezes em reuniões de avaliação e controle, vista a suscetível evasão no quadro de pessoal, seja para outras áreas dentro do próprio Ministério ou para outras instituições. Segundo o diagnóstico apresentado por estes profissionais, a baixa valorização das áreas de análise de prestação de contas, e em especial a baixa remuneração frente a uma carga de trabalho grande, elevada responsabilidade, grande pressão, associada e demandando dos órgão de controle, são as principais causas da evasão de pessoal.

Somado a isso, os convênios firmados por intermédio da aludida portaria, os quais devem ter suas prestações de contas lançadas no SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses, cujo módulo de prestação de contas só foi implementado em 13/7/2010, e operalizado a partir dos meses subsequentes, sendo que apenas em novembro de 2010, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizou o Manual de Prestação de Contas de Convênios, havendo aí um atraso significativo, visto as dificuldades dos convenientes em adaptar-se ao sistema, bem como a ausência de capacitação dos novos servidores. Ademais as alterações constantes continuarem ocorrendo em 2011 e persistem até o ano corrente e a vulnerabilidade das informações lançadas pelos convenientes no portal SICONV, também dificultam e atrasam demasiadamente a análise de prestação de contas. Embora saibamos que a prestação de contas tenha que ser realizada no aludido sistema, recebemos prestações de contas de forma física, devido a dificuldade de muitos dos nossos convenientes não conseguirem alimentar de forma precisa as informações no portal de convênios. Vale dizer que mesmo recebendo algumas prestações de forma física, este Departamento vem orientando de forma sistemática os convenientes a prestarem contas dos recursos recebidos no SICONV, em conformidade ao estabelecido na Portaria Interministerial MP/MF/CGU 127/2008 e mais recentemente 507/2011. Ressalta-se que esse procedimento e para que não ocorra defasagem no que tange a atraso nas análises de prestação de contas desses convênios firmados via portal, até encontrar uma solução definitiva, até a regularização devida do sistema.

Há de se ressaltar ainda, que o Departamento juntamente com a Coordenação de Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial, apesar dos empecilhos no que concerne à força de trabalho, estão imbuídos da responsabilidade de fazer decrescer o número de processos na referida conta, utilizando-se de critérios em que os processos há mais tempo na conta “A Aprovar” sejam priorizados, bem como aqueles com pendências e análises mais simplificadas, sejam agilizados com mais celeridade, na busca da redução do passivo de processos na referida conta, e acelerando o processo para a capacitação dos nossos servidores a fim de se manter a qualidade da mão de obra e, consequentemente das análises.

7. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Item informado no Relatório de Gestão do Departamento Penitenciário Nacional em razão da estrutura administrativa coincidir com a do Fundo Penitenciário Nacional.

8. TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Item informado no Relatório de Gestão do Departamento Penitenciário Nacional em razão da estrutura administrativa coincidir com a do Fundo Penitenciário Nacional.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Item informado no Relatório de Gestão do Departamento Penitenciário Nacional em razão da estrutura administrativa coincidir com a do Fundo Penitenciário Nacional.

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Item informado no Relatório de Gestão do Departamento Penitenciário Nacional em razão da estrutura administrativa coincidir com a do Fundo Penitenciário Nacional.

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Item informado no Relatório de Gestão do Departamento Penitenciário Nacional em razão da estrutura administrativa coincidir com a do Fundo Penitenciário Nacional.

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Item informado no Relatório de Gestão do Departamento Penitenciário Nacional em razão da estrutura administrativa coincidir com a do Fundo Penitenciário Nacional.

13. CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

13.1) Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1)Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em
R\$ 1,00

Código da UG 1: 200323		Limite de Utilização da UG: 240.000,00			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Adilson Valério de Souza	372.985.261-20	8.000,00	200	0	200
Napoleão Gomes da Silva Filho	397.539.724-15	8.000,00	1.220,00	2.294,00	3.514,00
Mauro Silva dos Prazeres	791.756.511-49	8.000,00	230	0	230
Robismar Lucena de Freitas	488.463.417-91	1.218,38	0	1.218,38	1.218,38
Marcos de Oliveira Vasconcelos	603.216.791-72	8.000,00	103	435	538
Total utilizado pela UG			1.753,00	3.947,38	5.700,38
Código da UG 2: 200600		Limite de Utilização da UG: 240.000,00			
Glenda Fernanda do Nascimento Stancanelli	026.479.349-83	8.000,00	610	3.382,39	3.992,39
Ronan de Oliveira Barbosa	104.250.237-45	8.000,00	2.475,00	5.387,27	7.862,27
Ricardo Pandini	256.454.998-59	8.000,00	0	504	504
Valdiram Vieira Silva	669.684.881-91	8.000,00	600	0	600
Flavio espidola Rezende	890.596.461-34	8.000,00	1.150,00	3.217,64	4.367,64
Nathalya Marques de Arruda Ibrahin	955.181.931-49	8.000,00	1.320,00	47,85	1.367,85
Total utilizado pela UG			6.155,00	12.539,15	18.694,15
Código da UG 2: 200601		Limite de Utilização da UG: 240.000,00			
Eduardo Tadeu Guimarães	012.124.658-22	8.000,00	150	2.619,58	2.769,58
Vanessa Luz	047.341.529-18	8.000,00	1.450,00	2.506,01	3.956,01
Victor Hugo Pinheiro	088.209.657-55	8.000,00	85	713,24	798,24
Total utilizado pela UG			1.685,00	5.838,83	7.523,83
Código da UG 2: 200602		Limite de Utilização da UG: 240.000,00			
Lucas Correa de Padua	007.568.703-80	8.000,00	1.440,00	2.484,84	3.924,84
Raimundo Leite de Oliveira Neto	026.547.743-33	8.000,00	60	992,65	1.052,65
Pedro Augusto Prudencio de Carvalho	046.550.244-02	8.000,00	0	1.955,39	1.955,39
Rogério de Arruda Baicere	611.928.131-20	8.000,00	600	7.054,21	7.654,21
Total utilizado pela UG			2.100,00	12.487,09	14.587,09

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Código da UG 1: 200603		Limite de Utilização da UG: 240.000,00			
André Luis do Nascimento Guimarães	012.904.144-08	8.000,00	4.930,00	5.790,28	10.720,28
Jão Marcos de Paula Alves	017.963.231-01	5.000,00	0	3.410,85	3.410,85
Marcello Jefferson Seba dos Santos	083.861.867-71	6.000,00	930	1.409,54	2.339,54
Marcelo Eduardo Pereira	222.892.898-41	5.000,00	0	1.452,25	1.452,25
Maria do Socorro Castro e Veras	314.290.923-00	8.000,00	670,12	5.945,42	6.615,54
Silvia Fernanda de Oliveira Pontes	596.369.554-68	3.000,00	90	2.597,75	2.687,75
Anderson da Silva Oliveira	726.171.101-25	8.000,00	60	3.557,90	3.617,90
J Jose Fernando Vazquez	826.277.620-87	4.000,00	775	934,7	1.709,70
Total utilizado pela UG			7.455,12	25.098,69	32.553,81
Total utilizado pela UJ			19.148,12	59.911,14	79.059,26

13.1.2) Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	66	19.148,12	75	59.911,14	79.059,26
2010	81	32.493,88	103	114.465,50	146.959,40
2009	61	24.471,64	64	72.074,20	96.545,84
Fonte: SIAFI OPERACIONAL					

15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Item informado no Relatório de Gestão do Departamento Penitenciário Nacional em razão da estrutura administrativa coincidir com a do Fundo Penitenciário Nacional.

16. RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Item informado no Relatório de Gestão do Departamento Penitenciário Nacional em razão da estrutura administrativa coincidir com a do Fundo Penitenciário Nacional.

17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Item informado no Relatório de Gestão do Departamento Penitenciário Nacional em razão da estrutura administrativa coincidir com a do Fundo Penitenciário Nacional.

26. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES (ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

Não ocorreu no período

30. TERMOS DE PARCERIA (PARTE C, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN Nº 108/10)

Não ocorreu no período

ANEXOS

I - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO REFERENTE AO ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Item informado no Relatório de Gestão do Departamento Penitenciário Nacional em razão da estrutura administrativa coincidir com a do Fundo Penitenciário Nacional.

II - PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, QUANDO A LEGISLAÇÃO DISPUSER A RESPEITO REFERENTE AO ITEM 5 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Não ocorreu no período.

III - DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, DETALHADO POR PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, LEGAL, MERCADOLÓGICA, DE UTILIDADE PÚBLICA E PATROCÍNIOS, RELACIONANDO DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS PROGRAMAS DE TRABALHO UTILIZADOS, VALORES E VIGÊNCIAS DOS CONTRATOS FIRMADOS COM AGÊNCIAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, E OS VALORES E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS DE PATROCÍNIOS CULTURAIS E ESPORTIVOS REFERENTE AO ITEM 4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Não ocorreu no período.

IV - AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, REFERENTE AO ITEM 31 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Não ocorreu no período

V - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO IL.C.2 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria do Sistema Penitenciário Federal - DISPF	661	Aprimoramento da Execução Penal	10D3	Implantação do Sistema de Inteligência Penitenciária Federal
Comentários do responsável: A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):				
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Valores Pagos
	1.000.000,00	800.000,00	0,00	0,00
O sistema de inteligência será uma ferramenta importante para o desenvolvimento das atividades desta Coordenação-Geral, porém esta aquisição demanda meses de dedicação e estudo para se construir um software eficiente e que atenda as necessidades, inclusive com a possibilidade de interface com as unidades da federação, possibilitando assim cruzamento e análise das informações, podendo encontrar algum relacionamento dos eventos. O processo de aquisição do Sistema de Inteligência para as Penitenciárias Federais e para a Diretoria do Sistema Penitenciário Federal não foi concluído no ano de 2011 em razão de sua complexidade.				
Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria do Sistema Penitenciário Federal	661	Aprimoramento da Execução Penal	10M1	Construção da Quinta Penitenciária Federal
Comentários do responsável: A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):				
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Valores Pagos
	10.100.000,00	1.530.000,00	0,00	0,00
Buscou-se ,em 2011, avaliar os projetos existentes das 4 (quatro) Penitenciárias Federais já existentes e iniciar os estudos para realização de adaptações viáveis a nova Unidade a ser construída considerando as novas diretrizes do CNPCP de novembro de 2011. Em razão de necessidades por créditos de outras ações consideradas prioritárias em 2011, cede-se em grande parte a dotação desta ação. Será dada continuidade às ações já iniciadas e relacionadas às formalizações das rotinas de trabalho e dos projetos em andamento advindos do exercício anterior, de modo a garantir a efetividade do processo que culminará com a construção da 5ª Penitenciária Federal				

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria do Sistema Penitenciário Federal	661	Aprimoramento da Execução Penal	116S	Adequação Física de Penitenciárias Federais

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Valores Pagos	
	2.000.000,00	1.600.0,00	1.215.424,00	0,00	

O principal objetivo buscado foi o de viabilizar o abastecimento de água potável para a Penitenciária Federal em Mossoró, culminando com a construção do poço de água profundo para abastecimento da Unidade.

Inicialmente optou-se por realização de processo licitatório para construção do poço tubular profundo para a Unidade em Mossoró, devido a necessidade primeira e fragilidade na dependência do abastecimento de água para a Unidade, uma vez que a mesma era abastecida por um poço existente na penitenciária estadual com sua estrutura física comprometida. Em função da necessidade de diminuição dos custos, superiores aos estimados por cotação, buscou-se parceria com as Empresas PETROBRÁS e CAERN, a fim de reduzi-los e ganhar na qualidade dos serviços e materiais empregados, resultando no Acordo de Cooperação Técnica 02/2011.

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP	661	Aprimoramento da Execução Penal	1A18	Construção da Escola Penitenciária Nacional

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Valores Pagos	
	5.100.000,00	4.080.000,00	0,00	0,00	

Cumprir informar que a referida ação não foi executada no exercício de 2011, tendo em vista a priorização de outras metas.

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria-Executiva -DIREX	661	Aprimoramento da Execução Penal	2272	Gestão e Administração do Programa

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Valores Pagos	
	7.600.000,00	6.100.000,00	3.166.184,00	2.606.116,00	

Trata-se de ação orçamentária que não possui referencia ou meta física, se destina a cumprir com as despesas de caráter genérico que não se aplicam diretamente a outras ações do programa 0661 – Aprimoramento da execução Penal. O maior volume de gastos nesta ação encontram-se na execução de despesas relacionadas com passagens, diárias, envio de correspondências, dentre outras despesas administrativas relacionadas à administração do Fundo.

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP	661	Aprimoramento da Execução Penal	2314	Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Valores Pagos	
	8.150.000,00	6.755.200,00	3.575.342,00	894.487,00	

No exercício de 2011, buscou-se ao gerenciar a ação de Reintegração Social com os seguintes objetivos estratégicos:

1. Fortalecimento nas ações de implementação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário – PNSSP, instituído pela Portaria Interministerial 1.777/2003 por intermédio das seguintes ações:

1.1 aparelhamento de 42 Unidades Básicas de Saúde em Estabelecimentos Penais. Observa-se que foi fechado o ciclo de financiamento em todas as Unidades da Federação;

1.2 aparelhamento de 10 Centros de Referência Materno-Infantil em Estabelecimentos Penais femininos;

1.3 participação em reuniões técnicas junto com profissionais das Unidades Federativas;

1.4 realização de ciclos de debates e montagem de estratégia na área de saúde no sentido de sensibilizar as Unidades Federativas que não haviam aderido ao PNSSP;

2. Implementação de projeto piloto de apoio ao trabalho e renda na área de construção civil, especificamente com tijolos ecológicos;

3. Construção de um Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional, instituído pelo Decreto nº 7.626, de 24/11/2011, com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais.

Importante destacar situações que sem dúvida, influenciaram na execução do plano de ação:

1. O corpo de servidores destinado às ações de reintegração social no Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN é por demais reduzido, o que impede a realização de muitas atividades cujo resultado dependem exclusivamente de transferência de recursos;

2. O ano de 2011 foi marcado por perda de servidores para outros órgãos do Ministério da Justiça, dificultando ainda mais a destinação de servidores para as áreas técnicas.

3. A mudança dos gestores no início do exercício de 2011, incluindo a Direção-Geral, Diretorias, Coordenações-Gerais e Coordenações de Apoio exigiu período de adaptação às novas diretrizes.

Em que pese as dificuldades apresentadas e com base nas possibilidades reais de execução, o Plano de Ação foi perfeitamente ajustado à capacidade de execução das atividades previstas. Destaca-se o empenho dos servidores responsáveis, que superou a execução orçamentária programada.

Observa-se ainda que, como a execução orçamentária da Ação 2314 foi realizada antes do término do exercício, foi possível transferir mais recursos, na ordem de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) provenientes de outra ação orçamentária. Estes recursos foram destinados à continuidade do Ciclo de Aparelhamento de Centros de Referência Materno-Infantil, auxiliando no financiamento de 03 (três) projetos além dos previstos, nos Estados do Pará, Amazonas e São Paulo.

Por fim, os resultados principais da ação foram:

- Celebração de 16 convênios com as Unidades Federativas visando aparelhamento de Unidades Básicas de Saúde e de Centros de Referência Materno Infantil, conforme o previsto;
- Celebração de projeto piloto na área de construção civil com tijolos ecológicos junto ao Estado de Goiás;
- Ampliação e fortalecimento da oferta de educação no sistema prisional culminando na implementação do Plano Estratégico de Ensino no Sistema Prisional, por intermédio do Decreto nº7.626, de 24/11/2011.

Demais informações sobre execução de metas físicas estão dispostas no item 2.3.2, do presente relatório.

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título		Título
Diretoria do Sistema Penitenciário Federal - DISPF	661	Aprimoramento da Execução Penal	2316	Serviço Penitenciário Federal

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Valores Pagos	
	30.000.000,00	31.800.000,00	25.098.453,00	16.290.251,00	

Encontram-se em funcionamento todas as Penitenciárias Federais, quais sejam: em Catanduvas/PR, em Campo Grande/MS, em Porto Velho/RO e em Mossoró/RN. Os gastos anuais compreendem a manutenção de serviços essenciais para o funcionamento de todas as Penitenciárias Federais, a saber: fornecimento de energia elétrica e fornecimento de água potável. Nas Unidades inauguradas existem, ou estão em vias de ser firmado, contratos para: prestação de serviços de telefonia, local, nacional e internacional, serviços continuados de limpeza e conservação, serviços de lavanderia para roupas de presos, fornecimento de refeições para presos, serviços de apoio administrativo e serviço de copeiragem

Atuação das atividades de inclusão, classificação, e remoção de presos do Sistema Penitenciário Federal. Compete ao Sistema Penitenciário Federal coordenar as escoltas e remoções de presos custodiados nas Penitenciárias Federais.

As remoções são divididas em: remoção para inclusão de presos no Sistema Penitenciário Federal, remoção para audiência e remoção para devolução de presos ao Estado de origem. São atribuições desta Coordenação também a disponibilização de equipamentos de videoconferência para a consecução de audiências perante as mais diversas varas criminais no território nacional.

As escoltas são realizadas pelos Agentes Penitenciários Federais, sendo que em algumas oportunidades é realizada com aeronaves disponibilizadas pelo Departamento de Polícia Federal ou Força Aérea Brasileira, sob coordenação da CGICR.

Em regra, a Secretaria de Segurança Pública ou Secretaria de Administração Prisional do Estado apóia as escoltas terrestres em sua respectiva localidade e em casos excepcionais.

Comumente as remoções são realizadas em voos comerciais, no entanto, dependendo do grau de periculosidade do preso ou da quantidade de apenados a serem removidos, é solicitada a disponibilidade de aeronave para transporte dos mesmos à Força Aérea Brasileira – FAB ou à Coordenação de Aviação Operacional – CAOP da Polícia Federal. Registre-se que em algumas poucas remoções o Governo Estadual também disponibilizou aeronave para transporte de presos.

As tabelas abaixo demonstram o número de remoções realizadas do exercício de 2011, bem como a quantidade de presos recambiados:

Tipo	Escortas	Presos	Agentes
Audiência	114	134	581
Devolução	148	309	500
Inclusão	64	166	231
Outra	27	25	67
Apoio	193	21	933
Transferência	16	43	61
Videoconferência	39	93	48
TOTAIS 2011	601	791	2421

No exercício de 2011, ocorreu a atualização do mapa de controle geral de vagas concedidas aos presos dos estados da federação brasileira e de transferências efetuadas para o Sistema Penitenciário Federal.

Ao analisar o Mapa de Vagas, percebe-se que desde a inauguração da primeira Penitenciária Federal até dezembro do presente exercício, a Diretoria do Sistema Penitenciário Federal concedeu vagas e as utilizou conforme tabela abaixo:

Sigla	Solicitadas	Autorizadas	Utilizadas	Sem Efeito	Ocupadas	Disponíveis	Presos Devolvidos
AC	10	10	8	0	7	2	1
AL	65	65	59	3	31	3	28
AM	61	61	52	2	12	7	40
BA	11	11	10	1	4	0	6
CE	27	27	27	0	14	0	13
DF	2	2	2	0	2	0	0
ES	23	23	22	0	15	1	7
GO	25	25	25	0	9	0	16
MA	40	40	30	0	28	10	2
MG	47	47	29	18	23	0	6
MS	54	54	53	0	22	1	31
MT	24	24	23	0	3	1	20
PA	16	16	15	0	10	1	5
PB	29	27	17	2	17	8	0
PE	14	14	14	0	5	0	9
PI	0	0	0	0	0	0	0
PR	93	93	88	0	30	5	58
RJ	137	137	135	0	92	2	43
RN	31	31	27	2	17	2	10
RO	62	62	36	1	22	25	14
RR	22	20	12	2	11	6	1
RS	8	8	7	0	4	1	3
SC	62	62	29	19	17	14	12
SP	3	3	2	0	2	1	0
TO	39	39	29	0	2	10	27
Total	905	901	751	50	399	100	352

Observamos, no entanto, que algumas dessas vagas foram indeferidas pelas correspondentes Justiças Federais e outras ainda estão sob análise.

Embora hoje a população carcerária ativa perfaça o total de 417 presos, já passaram pelos presídios federais, no atual exercício, outros 309 presos, que retornaram ao Estado de origem, receberam alvarás de solturas ou foram extraditados, o que totaliza 726 presos incluídos no Sistema Penitenciário Federal desde o início do ano

Quanto à atuação das atividades de tratamento penitenciário do Sistema Penitenciário Federal, podemos destacar as seguintes:

- Implantou o Programa PROEJA-FIC nas Penitenciárias Federais em Porto Velho/RO e Mossoró/RN, o qual representa a ampliação da oferta educacional no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, visando à formação profissional inicial e elevação de escolaridade. Tal ação resultou em 21% dos presos do SPF estudando;
- Firmou parcerias com os SENAIs regionais do MS e RN, oferecendo Cursos Transversais de Iniciação Profissional a 26 presos da Penitenciária Federal em Mossoró/RN e o mesmo quantitativo na Penitenciária Federal em Campo Grande/MS;
- Ampliou o Projeto: “Visita Virtual e Videoconferência Judicial” no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, totalizando, em 2011, a realização de 559 visitas virtuais, atendendo 197 presos. Vale lembrar que tal projeto é fruto de uma parceria entre o DEPEN e DPU, que garante a manutenção dos vínculos afetivos entre os presos e seus familiares e amigos por meio de uso de recursos tecnológicos, bem como possibilita a realização de audiências judiciais por videoconferência;
- Regulamentou ações específicas do tratamento penitenciário no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, de modo a adequar a forma de prestação de assistências aos presos e instituir, por exemplo, a necessidade de mapeamento do Perfil dos Presos custodiados nas Penitenciárias Federais;
- Ampliou por meio de visitas locais e por videoconferência a fiscalização do cumprimento das normativas legais de execução penal do Sistema Penitenciário Federal;
- Estruturou e ampliou as atividades das Bibliotecas nas Penitenciárias Federais, bem como deu início a 2ª Fase do Projeto “Uma janela para o mundo – Leitura nas prisões”, com a realização de Oficinas de Leitura aos presos e servidores da Penitenciária Federal em Mossoró/RN;
- Realizou o II Workshop do Sistema Penitenciário Federal;
- Deu continuidade a prestação de assistência religiosa aos presos do Sistema Penitenciário Federal;
- Deu continuidade ao Projeto Fábricas da Liberdade já em execução na Penitenciária Federal em Catanduvas/PR, possibilitando a oferta de trabalho a 12 presos da Unidade;
- Concluiu os processos licitatórios para as Penitenciárias Federais referentes à aquisição de: Mesas para as 4 Penitenciárias Federais (08016.006200/2008-74); Mobiliários para as Penitenciárias Federais em Porto Velho/RO e Mossoró/RN (08016.006385/2008-17); Brinquedos e Artigos Pedagógicos para o Projeto Humanização dos Espaços de Visitas nas Penitenciárias Federais (08016.001402/2010-44); Equipamentos Odontológicos para as Penitenciárias Federais (08016.000118/2009-17); Materiais Odontológicos (08016.007092/2008-57); Bebedouros para as salas de espera/revista e nos pátios de visitas das Penitenciárias Federais (08016.001532/2010-87); Kit Asseio (08016.005003/2011-33); Uniformes e Enxovais dos Presos do Sistema Penitenciário Federal (08016.008625/2010-32).
- Deu continuidade as tratativas com o Ministério da Saúde, buscando o fortalecimento da Assistência à Saúde no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, após a inserção do Sistema Penitenciário Federal no Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário;

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP	661	Aprimoramento da Execução Penal	2526	Capacitação em Serviços Penais

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte

tesouro (fonte 100):

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Valores Pagos
	5.000.000,00	5.000.000,00	2.083.742,00	75.891,00

No exercício de 2011, buscou-se ao gerenciar a ação de Capacitação em Serviços Penais com os seguintes objetivos estratégicos:

1. aparelhamento de 04 (quatro) Escolas de Gestão Penitenciária Estaduais nas Unidades da Federação que ainda não possuíam a referida estrutura;
2. realização de um novo ciclo de reaparelhamento das Escolas de Gestão Penitenciária Estaduais, voltado a equipamentos de informática e áudio-visuais;
3. realização do Curso de Capacitação para Gestores Penitenciários de Moçambique;
4. criação e disponibilização da Plataforma de Ensino à Distância DEPEN.NET para a capacitação profissional de servidores penitenciários de todo o país.
5. criação e transposição de 20 cursos voltados para o sistema prisional para utilização na plataforma;
6. oferta de 4.000 vagas em cursos de capacitação via ensino à distância.

Os itens 3, 4, 5 e 6 foram objeto de Termo de Cooperação Técnica com o Departamento de Polícia Federal, especificamente com a Academia Nacional de Polícia.

Importante destacar situações que sem dúvida, influenciaram na execução do plano de ação:

1. O corpo de servidores destinado às ações de reintegração social no Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN é por demais reduzido, o que impede a realização de muitas atividades cujo resultado dependem exclusivamente de transferência de recursos;
2. O ano de 2011 foi marcado por perda de servidores para outros órgãos do Ministério da Justiça, dificultando ainda mais a destinação de servidores para as áreas técnicas.
3. A mudança dos gestores no início do exercício de 2011, incluindo a Direção-Geral, Diretorias, Coordenações-Gerais e Coordenações de Apoio exigiu período de adaptação às novas diretrizes.

Em que pese as dificuldades apresentadas e com base nas possibilidades reais de execução, o Plano de Ação foi perfeitamente ajustado à capacidade de execução das atividades previstas. Destaca-se o empenho dos servidores responsáveis, que superou a execução orçamentária programada.

Em que pese as ações de aparelhamento das 04 últimas Escolas de Gestão Penitenciária Estaduais estarem previstas no plano de ação para 2011, estas foram repassadas para o ano de 2012 visando uma melhor efetividade na execução. Destaca-se também que a criação de 20 cursos voltados para o sistema prisional previstos para a plataforma de EAD, bem como a oferta de 4.000 vagas acordadas para capacitação não foram realizadas, com a devolução dos recursos repassados para a Academia Nacional de Polícia.

Por fim, obtivemos como principais resultados, os seguintes itens:

- Celebração de 15 convênios voltados ao Reaparelhamento de Escolas Penitenciárias Estaduais, voltados a equipamentos nas áreas de informática e áudio-visual;
- Concepção e disponibilização da Plataforma de EAD DEPEN.net, com a utilização de fóruns de discussão, criação de debates e inserção de conteúdos nas comunidades on-line;
- Realização do Curso de Moçambique.

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título		Título
Diretoria do Sistema Penitenciário Federal - DISPF	661	Aprimoramento da Execução Penal	2720	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Valores Pagos
	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00

Não ocorreu execução desta ação em razão de não ter sido editado o Decreto, no exercício de 2011, que regulamenta o uso de verbas em ações de caráter sigiloso na área de Inteligência.

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP	661	Aprimoramento da Execução Penal	2730	Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Valores Pagos
	9.000.000,00	8.830.000,00	4.883.325,00	389.654,00

Em junho de 2011 foi lançada a Portaria nº 216, de 27 de maio de 2011, a qual estabeleceu critérios de financiamento de projetos para as políticas de alternativas penais.

Apesar da Portaria acima epigrafada só ter sido publicada em junho de 2011, a qual estabeleceu procedimentos, critérios e prioridades para a concessão de financiamento de projetos referentes à aplicação e execução das Alternativas Penais, visando à educação e responsabilização de autores de violência doméstica e o apoio aos presos provisórios passíveis de substituição penal, bem como o fato das Unidades Federadas apresentarem dificuldades na elaboração, apresentação de propostas e operacionalização do SICONV, foram aprovados 13 projetos, conforme disposto na tabela abaixo, sendo parte deles, empenhado:

UF	Número da Proposta	Objeto	VALOR FUNPEN
AC	030224/2011	Implantação do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica	R\$ 297.010,16
AL	031969/2011	Preso Provisório	R\$ 628.307,22
DF	063765/2011	Implantação do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica	R\$ 2.068.118,00
DF	030650/2011	Preso Provisório	R\$ 354.385,69
PI	030185/2011	Preso Provisório	R\$ 275.937,82
RN	036435/2011	Preso Provisório	R\$ 488.039,13
RN	036412/2011	Implantação do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica	R\$ 517.103,22

PR	066547/2011	Implantação do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica	R\$ 236.625,60
SC	031233/2011	Fortalecer o trabalho já iniciado no ano de 2010 pela Central de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de São José.	R\$ 179.232,16
SC	031220/2011	Fortalecer o trabalho já iniciado no ano de 2010 pela Central de Penas Alternativas de Florianópolis.	R\$ 183.528,39
SP	060670/2011	Realização do VIII Conepa	R\$ 800.000,00
DF	IPEA	Acordo de Cooperação Técnica	R\$ 526.440,00
TOTAL			R\$ 6.763.818,56

No entanto, por motivos de irregularidade no CAUC, não encerramento de prestação de contas, dentre outros, foram formalizados 8 Projetos os quais totalizam R\$ 4.590.526,61.

No ano de 2011 houve alteração da equipe de gestão do Depen e da Coordenação-Geral do Programa de Apoio às Penas e Medidas Alternativas. Isso trouxe algumas alterações nos encaminhamentos feitos pela gestão anterior e na definição de prioridades, uma vez que sofremos contingenciamento de recursos. Não foram realizados todos os monitoramentos locais dos convênios previstos, mas alguns convênios com execução precária foram encerrados. As visitas às instituições estaduais (órgãos de administração penitenciária, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública), em conjunto com representantes locais e a CONAPA, com o objetivo de sensibilizar os gestores sobre a política de penas alternativas, demandariam recursos humanos e financeiros muito elevados, portanto foram desconsideradas, uma vez que outros fóruns de divulgação da política foram realizados no Ministério da Justiça, como as reuniões mensais com os secretários de Justiça e Administração Penitenciária (CONSEJ) bem como reuniões com CNJ e a realização do VII CONEPA – Congresso Nacional de Execução de Penas e Medidas Alternativas.

Resumidamente, os principais resultados obtidos foram:

- Foram firmados 8 Instrumentos, com o Valor Total de R\$ 4.590.526,61;
- Foi criado o Grupo de Trabalho de Implementação do Sistema de Alternativas Penais
- Foi realizado o VII CONEPA

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP	661	Aprimoramento da Execução Penal	3908	Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Valores Pagos
	5.000.000	7.750.000	7.429.940,00	8.270,00

A estratégia geral desta Coordenação do Sistema Nacional de Informação Penitenciária - COINF para o de 2011 foi a de descentralizar a gestão operacional do Sistema Nacional de Informação Penitenciária - INFOPEN e

centralizar apenas informações estatísticas que subsidiem decisões políticas.

No primeiro semestre de 2011, foi formalizado junto à Coordenação de Tecnologia de Informação – CGTI/MJ, projeto que versa sobre a aquisição de Solução de Tecnologia da Informação de Business Intelligence – BI com o intuito de integrar as bases de dados dos entes federativos. Contudo, por conta do atraso no planejamento da contratação, a estratégia foi alterada de forma a aproveitar o recurso de forma mais eficiente. Foram aprovadas 2 (duas) propostas de convênio com o objetivo de estruturar, em um primeiro momento, os seguintes entes federativos: RO e PE, por meio da aquisição de solução de tecnologia da informação para controle operacional e administrativo de todo o sistema penitenciário dos referidos estados.

Para celebração de convênios, os seguintes empenhos foram realizados por UF:

RO – R\$ 2.716.622,10

PE - R\$ 4.733.377,90

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP	661	Aprimoramento da Execução Penal	8130	Pesquisa e Produção de Dados sobre a Execução Penal

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Valores Pagos	
	100.000,00	1.250.000,00	0,00	0,00	

O DEPEN realizou tratativas com instituições de ensino, objetivando a elaboração de estudos e pesquisas na temática prisional, em especial com a Fundação Universidade de Brasília – FUB, através da FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável, por meio do LACIS - Laboratório do Ambiente Construído, Inclusão e Sustentabilidade, objetivando a realização do PROJETO DE PESQUISA PARA O ESTUDO DE SISTEMAS CONSTRUTIVOS DE CELAS PRISIONAIS.

Além disso, foi publicado Edital de Chamada Pública nº 01, de 27/09/2011, objetivando a seleção de entidade privada sem fins lucrativos, órgãos ou instituição federal capacitada para elaboração visando ao desenvolvimento arquitetônico completo, exceto projeto complementares destinados à construção de estabelecimentos prisionais do tipo cadeia pública feminina e masculina no método construtivo convencional que atendessem a todas as unidades da federação como ação para fortalecer os objetivos da política nacional criminal e penitenciária.

Embora este Departamento tenha divulgado seu interesse em realizar parcerias para elaboração de estudos e pesquisas na temática prisional, não foi possível a formalização de nenhuma parceria nesse sentido em razão da insuficiência limite orçamentário.

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP	661	Aprimoramento da Execução Penal	8913	Apoio à Implantação e Reaparelhamento de Ouvidorias

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Valores Pagos	
	300.000,00	300.000,00	160.516,00	78.012,00	

Foi realizado o II Encontro Nacional de Ouvidorias dos Sistemas Penitenciários, contando com a participação de 20 unidades da federação, representadas por ouvidores gerais, ouvidores especializados ou assessores com atribuição para implantação de ouvidorias, como o caso de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Sergipe. Ao longo de 2011 foram implantadas 05 ouvidorias nos estados da Bahia, Goiania, Maranhão, Paraíba e Paraná. O encontro proporcionou o fortalecimento das ouvidorias, bem como a capacitação de seus agentes e a troca de experiências bem sucedidas. Além disso, coletamos as necessidades mais recentes das ouvidorias, que foram incluídas na Carta de Brasília, documento oficial resultante do encontro.

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP	661	Aprimoramento da Execução Penal	8914	Apoio à Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Valores Pagos	
	29.000.000,00	33.350.0,00	29.422.103,00	446.488,00	

A Ação refere-se a projetos enviados a Caixa Econômica Federal, mandatária da União, para assinatura de Contratos de Repasse. Pagamento efetuado à CAIXA conforme Contrato 18/2010, onde aquela Instituição Financeira atua como mandatária da União nos contratos de repasse assinados com as Unidades da Federação. No Ano de 2011, obtivimos as seguintes realizações:

UF	Objeto	Vagas	Repasse	Contrapartida	Valor Total
MA	Construção da Cadeia Pública de Pinheiro	129	R\$ 5.314.113,04	R\$ 937.784,65	R\$ 6.251.897,69
MA	Construção da Cadeia Pública de Santa Inês	384	R\$ 14.464.085,21	R\$ 2.552.485,63	R\$ 17.016.570,84
AM	Construção de Centro de Detenção Feminino de Manaus	182	R\$ 7.247.681,37	R\$ 805.297,93	R\$ 8.052.979,30

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP	661	Aprimoramento da Execução Penal	8915	Apoio à Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte

tesouro (fonte 100):

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Valores Pagos	
	2.000.000,00	1.600.000,00	0,00	0%	

Não foram realizadas despesas para a referida ação orçamentária tendo em vista que a Coordenação de Engenharia e Arquitetura do Departamento Penitenciário Nacional e a Caixa Econômica Federal, na qualidade de Mandatária da União, não finalizaram as análises e respectivas formalizações dos contratos de repasse inerentes ao ano de 2011.

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP	661	Aprimoramento da Execução Penal	8915. 0052 RAP 2010	Pesquisa e Produção de Dados sobre a Execução Penal

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):

	RAP Inscrito	RAP Inscr. Líq.	RAP Cancelado	RAP Pago	
	600.000,	600.000,	0,00	0,00	

O quantitativo de 24 vagas é inerente ao projeto de Reforma e ampliação da Cadeia Pública de Santa Helena de Goiás, cujo o valor R\$ 600.000,00.

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP	661	Aprimoramento da Execução Penal	8916	Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Valores Pagos	
	10.700.000,00	14.304.800,00	14.192.973,00	9.184.064,00	

A estratégia para o ano de 2011 baseou-se em reaparelhar os órgãos de administração penitenciária por meio de aquisição direta de veículos cela e ambulância e distribuídas entre todos os Estados do país. Além disso, foram firmados dois convênios com o Estado de São Paulo, aquisição de 10 veículos cela.

Podemos observar a melhoria significativa no transporte dos internos nas mais diferentes demandas, como audiências, transferências, atendimentos emergenciais por motivo de saúde, consultas médicas, entre outros. Informamos que com os recursos da referida ação foram adquiridas 70 ambulâncias a um valor total de R\$ 7.695.600,00 e 88 veículos cela no valor total de R\$ 9.292.600,00. Ressalta-se que todos os Estados foram contemplados. Além dessas aquisições houve o cumprimento da execução de convênios de exercícios anteriores.

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP	661	Aprimoramento da Execução Penal	8916 - RAP 2009	Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):

	RAP Inscrito	RAP Inscr. Líq.	RAP Cancelado	RAP Pago	
	10.161.731,00	10.160.518,00	1.213,00	10.160.517,00	

Pagamento de valores Inscritos em Restos a Pagar referente às seguintes Unidades Federativas: AC, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MT, PA, PE, PI, PR, RN e SP.

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP	661	Aprimoramento da Execução Penal	8916 - 0032 RAP 2010	Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais No Estado do Espírito Santo

Comentários do responsável:

A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):

	RAP Inscrito	RAP Inscr. Líq.	RAP Cancelado	RAP Pago	
	5.280.176,00	5.280.176,00	0,00	5.280.176,00	

Aquisição de equipamentos de informática para atender o Sistema Penitenciário do - ES.

ESTABELECIMENTOS PENAIS CONTEMPLADOS: 31 (Informação da CGPAI/DIRPP/DEPEN - E-mail de 12.07.2011)

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa			
	Número	Título	Ação	Título
Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP	156	PREV. E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	2C52	Ampliação e consolidação da rede de serviços especializados
Comentários do responsável: A seguir as informações orçamentárias considerando os recursos provenientes da LOA, exceto da fonte tesouro (fonte 100):				
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Valores Pagos
	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00
Em relação à parceria firmada com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), no âmbito do Programa de Trabalho 0156 – Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres, especificamente no que se refere à implantação das Casas Abrigo, informa-se que, durante o exercício de 2011, não foram repassados recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), haja vista que não houve demanda por parte da Secretaria de Políticas para Mulheres, no sentido de enviar os projetos que pretendia financiar.				

VI - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO OU DOS FUNDOS EXECUTADOS QUE NÃO ESTÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.3 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Não ocorreu no período.

VII - DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE TERCEIRIZADOS IRREGULARES NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLÊNARIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

VIII - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS SERVIDORES TERCEIRIZADOS IRREGULARES POR SERVIDORES CONCURSADOS (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLÊNARIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.5 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

Brasília – DF, 26 de março de 2012.

AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI
Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional
Fundo Penitenciário Nacional

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2011**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA/MJustiça

FEVEREIRO/2012

SUMÁRIO

Apresentação	4
1. Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregada ou Consolidada	4
2. Informações sobre a gestão orçamentária e financeira da unidade	5
2.1. Responsabilidades institucionais – Papel da CAIXA na execução das políticas públicas	5
2.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	5
2.3. Programas sob a responsabilidade da CAIXA – Relação dos programas e suas principais ações	6
2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro	7
2.5. Desempenho Operacional	7
2.5.1. Indicadores de Desempenho	7
2.5.2. Análise do desempenho	9
3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.	9
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	10
5. Informações sobre recursos humanos da unidade.	10
6. Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.	10
6.1. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	10
6.2. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	11
6.3. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	11
6.4. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de contratos de repasse.	12
6.5. Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	13
7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG e no SICONV.	14
8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	14
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno,	15
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.	15
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de uso especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.	15
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.	15
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008.	16
14. Informações sobre Renúncia Tributária.	16
15. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações da CGU e do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento.	16
15.1. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	16

15.2. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	16
15.3. Recomendações do Órgão de Controle Interno atendidas no exercício.	16
15.4. Recomendações do Órgão de Controle Interno pendentes de atendimento ao final do exercício.	16
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, casos exista na estrutura do órgão.	16
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.	16
17.1. Origem dos Recursos	16
17.2. Composição do Investimento	17
17.3. Contratações no Exercício	17
17.4. Empenhados no Exercício	18
17.5. Taxa de administração pelos serviços prestados prevista em Contrato de Prestação de Serviços	18

Apresentação

O presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com os normativos que regem a disciplina, a saber: IN/TCU nº 63/2010, DN/TCU nº 108/2010 e DN/TCU nº 117/2011.

Os itens e subitens obedecem à disposição especificada no Anexo II da DN/TCU nº 108/2010 e foram desenvolvidos em observância à Portaria CGU nº 2546/2010

1. Identificação

Quadro A.1.3 - Identificação – Relatório de Gestão Agregado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG:000316
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Caixa Econômica Federal / Ministério da Justiça			
Denominação abreviada: CAIXA/MJ			
Código SIORG: 000316	Código na LOA:		Código SIAFI: 200321
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Empresa pública – mandatária/órgão público			
Principal Atividade: Bancária – mandatária/agente operadora dos recursos do OGU			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:	(061) 3206-0152	(061) 3206-9532	(061) 3206-9713
E-mail: genef@caixa.gov.br			
Página na Internet: http://www.caixa.gov.br			
Endereço Postal: SBS, Quadra 4, lotes 3/4, Ed.Matriz I da CAIXA – 2º andar – Brasília/DF - CEP: 70092.900			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Normas registradas no item 2.2 deste Relatório de Gestão			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Normas registradas no item 2.2 deste Relatório de Gestão			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		

2. Informações sobre a gestão orçamentária e financeira da Unidade

2.1. Responsabilidades Institucionais - Papel da CAIXA na execução das políticas públicas.

Em 1996 teve início o papel da CAIXA na administração de operações com recursos do Orçamento Geral da União – OGU, quando, da assinatura do primeiro Contrato de Prestação de Serviços com então Ministério do Planejamento e Orçamento / MPO, cuja área finalística de atuação com a Caixa atualmente integra o Ministério das Cidades. A operacionalização dos programas do Governo Federal teve foco nas seguintes atribuições: análise de projetos, contratação, acompanhamento das obras e aprovação das respectivas prestações de contas.

A ampliação da atuação da CAIXA nestas atividades evidencia-se, ao longo dos anos, na medida em que se verifica atualmente a prestação de serviços a diversos órgãos do Governo Federal, cada qual com seus respectivos Programas, Modalidade e Ação de Governo. Esta diversidade está distribuída nas áreas de habitação, infra-estrutura econômica, social, saúde, assistência social, esportiva, rural, turística, urbana, saneamento e segurança pública.

A capilaridade da CAIXA permite que as contratações dos programas desenvolvidos com recursos do OGU abranjam praticamente todo o território nacional.

2.2. Estratégia de atuação da CAIXA na Execução das Políticas Públicas

O Ministério da Justiça, com o apoio técnico e operacional da Caixa Econômica Federal – CAIXA, em conformidade com a política de desenvolvimento urbano, vem proporcionando condições para reduzir o déficit no Sistema Penitenciário Nacional apoiando estados e DF para a implantação de projetos que visem à geração de vagas, por meio da construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.

Para operacionalização desse Programa foram firmados entre o MJ e a CAIXA, o Contrato Administrativo nº 003/2004, de 27 de dezembro de 2004, aditado em 30 de julho de 2009, com vigência até 27 de dezembro de 2009 e o Contrato nº 18/2010, de 17 de fevereiro de 2010, com vigência prorrogada até 16 de fevereiro de 2012, por meio do primeiro Termo Aditivo.

A legislação, normas, diretrizes e procedimentos operacionais para aplicação dos recursos do Orçamento Geral da União estão definidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, na Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, Portaria DEPEN nº 103, de 25.06.2008, Resolução CNPCP nº. 3 de 23.09.2005 e Ofício nº. 2.692/2005-DEPEN/GAB de 19.08.2005 e Portaria Interministerial 507, de 24 de novembro de 2011.

2.3 Programas sob a responsabilidade da CAIXA – Relação dos programas e suas principais ações

- **Programa Construção de Estabelecimentos Penais**

Tipo de programa	Programa de Gestão de Políticas Públicas
Objetivo Geral	Visa reduzir o déficit no Sistema Penitenciário Nacional apoiando estados e DF para a implantação de projetos que visem à geração de vagas, por meio da construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.
Objetivos específicos	
Gerente do programa	Ministério da Justiça
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	SUAFI – Superintendência Nacional de Administração Financeira SUREP – Superintendência Nacional de Produtos de Repasse
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Item 2.5 e subseqüentes deste relatório
Público-alvo (beneficiários)	Usuários do Sistema Penal

*** Ação: Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais**

Tipo da ação	Orçamentário
Finalidade	O Programa tem como modalidades a edificação de uma obra nova, a ampliação de edificações já existentes e a reforma que implique o aumento da área construída de estabelecimentos penais.
Descrição	Os recursos alocados neste Programa representam assistência financeira da União para a realização de ações dos governos estaduais e do Distrito Federal, e são, em princípio, não retornáveis, podendo, entretanto, o retorno ser exigido na hipótese de inobservância de quaisquer dos termos acordados no Contrato de Repasse, bem como se constatada a utilização dos recursos em objeto diverso do pactuado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gestor do Programa
Coordenador nacional da ação	Ministério da Justiça
Unidades executoras	GENEF - Gerência Nacional de Execução Financeira de Programas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme subitem 2.1 deste relatório.

*** Ação: Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais**

Tipo da ação	Orçamentário
Finalidade	O Programa tem como modalidades a edificação de uma obra nova, a ampliação de edificações já existentes e a reforma que implique o aumento da área construída de estabelecimentos penais.
Descrição	Os recursos alocados neste Programa representam assistência financeira da União para a realização de ações dos governos estaduais e do Distrito Federal, e são, em princípio, não retornáveis, podendo, entretanto, o retorno ser exigido na hipótese de inobservância de quaisquer dos termos acordados no Contrato de Repasse, bem como se constatada a utilização dos recursos em objeto diverso do pactuado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gestor do Programa
Coordenador nacional da ação	Ministério da Justiça
Unidades executoras	GENEF – Gerência Nacional de Execução Financeira de Programas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme subitem 2.1 deste Relatório.

2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

A Caixa Econômica Federal não detém as informações necessárias ao preenchimento deste item.

2.5. Desempenho Operacional

2.5.1. Indicadores de Desempenho

Desde 2002, a SUREP/GEATO identifica e acompanha os pontos críticos do processo OGU por meio do Modelo de Métricas/Fatores de Impacto e Indicadores de Desempenho, ferramenta amplamente reconhecida por prover o processo decisório de informações capazes de orientar a adoção de medidas preventivas e corretivas, visando minimizar a ocorrência de eventos que possam comprometer a atuação da CAIXA na operacionalização dos Programas, bem como de garantir um padrão de desempenho desejado.

Essa sistemática está estruturada da seguinte forma:

Modelo de Métrica – Fatores de Impacto:

- ✓ **Fatores de Alerta/Desempenho do Processo:** visam avaliar a eficiência da CAIXA na gestão do produto; Foram definidos com base nas diretrizes internas, expressas nos normativos em vigor, bem como nas metas qualitativas estabelecidas pela SUREP/GEATO para a operacionalização dos programas do OGU.

- ✓ **Fatores de Conformidade do Processo:** objetivam avaliar o controle dos aspectos legais do produto e seguem o disposto na legislação vigente, também refletida nos normativos internos da CAIXA.

Modelo de Métrica – Indicadores de Desempenho: Objetiva verificar e acompanhar o processo no âmbito da CAIXA quanto à eficiência, eficácia e efetividade dos esforços empreendidos.

Os quadros abaixo demonstram os resultados observados em dezembro de 2011, relativamente à operacionalização dos contratos de repasse firmados no âmbito desse Gestor:

Modelo de Métricas/Fatores de Impacto:

Classificação	Fator de Impacto	Quant. Ocorrências
Operações OGU Ativas	Total de operações contratadas sem aprovação da prestação de contas final no SIAFI, excluídas as operações distratadas ou canceladas por qualquer motivo - erro de cadastramento, sub-júdice, decisão judicial)	116
Fatores de Alerta / Desempenho do Processo	CR firmados há mais de 180 dias, sem solução da cláusula suspensiva.	5
	CR em situação “normal” há mais de 120 dias, sem autorização de início de obra.	29
	CR com início de obra autorizado há mais de 120 dias, sem registro de evolução física.	2
	CR (% obra > 0) sem registro de evolução física há mais de 120 dias.	20
	CR com percentual físico executado (% obra realizado) 40% inferior ao previsto no cronograma atual.	1
	CR com tempo de execução maior ou igual ao dobro do previsto na data da contratação.	29
Fatores de Conformidade do Processo	CR com vigência vencida, objeto não concluído e PCF não apresentada.	2
	CR com vigência vencida, objeto concluído e PCF não apresentada.	2
	CR com prazo de análise da PCF pela RSGOV esgotado.	1
	CR com prazo de registro da aprovação da PCF no SIAFI esgotado.	2
	CR sujeitos a TCE sem registro de Notificação ao Tomador, no SIAPF.	21
	CR com registro de Notificação ao Tomador há mais de 60 dias e sem registro de envio do dossiê de TCE à GENEf.	4

Fonte: SIAPF, 31/12/2011

Modelo de Métricas/Indicador de Desempenho:

Indicador de Desempenho	Aspecto Avaliado	Conceito	Qtd. Ocorrências /Total	Índice Gestor
Prestação de Contas	Efetividade	% de CR com PCF aprovada e registrada no SIAFI em até 90 dias, em relação ao total de operações com PCF aprovada/registrada pela CAIXA.	2/4	50%

Fonte: SIAPF, fev/2011

2.5.2. Análise do Desempenho

Conforme se depreende dos Fatores de Impacto acima elencados, o ritmo de execução das obras/serviços é lento, indicando a dificuldade dos tomadores.

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelados Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	-	-	-	-
2009	2.435.268,15	-	2.435.268,15	-
2008	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
2006	-	-	-	-
TOTAIS	2.435.268,15	0,00	2.435.268,15	0,00
Observações:				
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelados Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	53.429.205,36	-	14.542.684,40	38.886.520,96
2009	81.180.405,03	-	54.257.399,59	26.923.005,44
2008	154.492.504,08	-	14.830.070,81	139.662.433,27
2007	21.170.874,48	-	20.990.874,48	180.000,00
2006	-	-	-	-
TOTAIS	310.272.988,95	0,00	104.621.029,28	205.651.959,67
Observações:				

5. Informações sobre recursos humanos da unidade.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

6. Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

6.1. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Segue, no **ANEXO I**, planilha contendo as informações solicitadas.

6.2. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CLEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: MJ/DEPEN						
CNPJ: 00.394.494/0141-96	UG/GESTÃO: 200321/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio						
Contrato de Repasse	3	10	14	107.056.297,43	75.718.774,72	170.878.147,18
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	3	10	14	107.056.297,43	75.718.774,72	170.878.147,18

Fonte: SIAPF, 31/12/2011

6.3. Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: MJ/DEPEN					
CNPJ: 00.394.494/0141-96	UG/GESTÃO: 200321/00001				
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio					
Contrato de Repasse	108	740.726.893,14	536.968.866,26	203.758.026,88	72,49
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	108	740.726.893,14	536.968.866,26	203.758.026,88	72,49

Fonte: SIAPF, 31/12/2011

6.4. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de contratos de repasse.

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome: MJ/DEPEN					
CNPJ: 00.394.494/0141-96			UG/GESTÃO: 200321/00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	-	-	3
		Montante Repassado	-	-	18.274.644,64
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	2
		Montante Repassado	-	-	4.615.385,00
2010	Contas prestadas	Quantidade	-	-	6
		Montante Repassado	-	-	16.895.134,82
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	1
		Montante Repassado	-	-	4.076.635,64
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-	2
		Montante Repassado	-	-	20.095.848,44
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: SIAPF, 31/12/2011

6.5. Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

QUADRO A.6.5 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: MJ/DEPEN					
CNPJ: 00.394.494/0141-96			UG/GESTÃO: 200321/00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	-	-
			Contas Não analisadas	-	-
		Montante repassado (R\$)			-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
Montante repassado (R\$)	-		-		
2010	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	4
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	1
		Montante repassado (R\$)		-	315.947,86
2009	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	2
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-

Fonte: SIAPF, 31/12/2011

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG e no SICONV.

Segue, no **ANEXO II**, a declaração.

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Relativamente ao gerenciamento do cumprimento das disposições da referida lei, declaramos, para fins de comprovação perante o TCU, que todos os empregados da CAIXA são obrigados a apresentar anualmente a esta instituição a Declaração de Bens e Valores em uma das seguintes formas:

- autorizar o acesso, por meio eletrônico, à sua Declaração de Ajuste Anual do IRPF com as respectivas retificações, apresentadas à SRFB, no Ministério da Fazenda; ou
- apresentar anualmente, em envelope lacrado, Formulário de Entrega da Declaração de Bens e Valores, declarando todos os bens e valores.

A Declaração em papel é entregue na unidade de lotação do empregado, que autua o processo e o mantém arquivado em local adequado à preservação do sigilo das informações, trancado sob responsabilidade do gestor da unidade.

A obrigatoriedade de entrega da Declaração de Bens e Valores está disposta em normativo interno desta empresa, MN RH 059 – Declaração de Bens e Valores – Apresentação à CAIXA, cujos registros quanto ao cumprimento constam no Sistema de Recursos Humanos – SISRH.

Em caso de descumprimento da norma, cabe ao gestor da unidade da responsabilidade pela cobrança ao empregado e sujeita o responsável às combinações previstas no Regulamento de pessoal da CAIXA.

As informações relacionadas à entrega das declarações de bens e rendas encontram-se demonstradas no quadro a seguir.

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	*	*	41.893
	Entregaram a DBR	*	*	40.800**
	Não cumpriram a obrigação	*	*	1.093

Fonte: SISRH/CAIXA

* independente da posse, início ou fim de exercício, os detentores de Função Comissionada estão obrigados a disponibilizarem suas respectivas DBR anualmente, conforme descrito abaixo:

** autorizam o acesso, por meio eletrônico, à sua Declaração de Ajuste Anual do IRPF com as respectivas retificações.

- apresentam anualmente, em envelope lacrado, Formulário de Entrega da Declaração de Bens e Valores, declarando todos os bens e valores.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno.

Seguem políticas de controle interno da CAIXA.

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de uso especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

15. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações da CGU e do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento.

15.1. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.

As informações constam do ANEXO III.

15.2. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Não há deliberações pendentes de atendimento, no exercício de 2011.

15.3. Recomendações do Órgão de Controle Interno atendidas no exercício.

A CAIXA não recebeu Sorteios Públicos de Municípios, nem Plano de Providências, relativos aos contratos firmados no âmbito da UG 200321 – DEPEN/MJ.

15.4. Recomendações do Órgão de Controle Interno pendentes de atendimento ao final do exercício.

Não há deliberações pendentes de atendimento, no exercício de 2011.

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

17.1. Origem dos Recursos

Os recursos do programa são originários do Orçamento Geral da União e de contrapartida dos Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades das respectivas administrações direta e indireta.

17.2. Composição do Investimento

O investimento é composto por todas as parcelas de custos orçadas para os projetos necessários à execução do objeto, conforme detalhado no Plano de Trabalho, sendo constituído com recursos provenientes do Orçamento Geral da União e da contrapartida de responsabilidade do Contratado.

A contrapartida é integralizada com a parcela de recursos próprios do Contratado ou de terceiros com o objetivo de compor o investimento e complementar o valor alocado pela União em conformidade com a legislação vigente.

A proporção da contrapartida mínima exigida para participação no Programa está definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias e orientações específicas do Gestor.

17.3. Contratações no Exercício

Em 2011 foram selecionadas e contratadas 03 propostas, no valor total de R\$ 27.025.879,62 (vinte e sete milhões, vinte e cinco mil e oitocentos e setenta e nove reais e sessenta de dois centavos), conforme demonstração abaixo:

SELECIONADAS			CONTRATADAS	
UF	QTE.	VALOR R\$	QTDE.	VALOR R\$
AM	1	7.247.681,37	1	7.247.681,37
MA	2	19.778.198,25	2	19.778.198,25
TOTAIS	3	27.025.879,62	3	27.025.879,62

Fonte: SIAPF 31/12/2011

Também foi realizada 01 complementação de 01 operação do exercício de 2008, no valor total de 1.125.390,42 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, trezentos e noventa reais e quarenta e dois centavos), conforme demonstrado no quadro abaixo:

COMPLEMENTAÇÃO DE OPERAÇÃO DE 2008				
SELECIONADAS			CONTRATADAS	
UF	QTE.	VALOR R\$	QTDE.	VALOR R\$
AC	1	4.906.447,42	1	1.125.390,42
TOTAIS	1	4.906.447,42	1	1.125.390,42

17.4 Empenhados no Exercício

Em 2011 foram empenhados R\$ 28.151.270.270,04 (vinte e oito milhões cento e cinquenta e um mil, duzentos e setenta reais e quatro centavos), conforme a seguir:

UF	Vr NE
AC	1.125.390,42
AM	7.247.681,37
MA	19.778.198,25
TOTAL	28.151.270,04

Fonte: SIAFI 31/12/2011

17.5. Taxa de administração pelos serviços prestados prevista em Contrato de Prestação de Serviços

COBRADO ATÉ 2011	COBRADO EM 2011	TOTAL RECEBIDO ATÉ 2011	RECEBIDO EM 2011	A RECEBER 31/12/11
9.317.007,58	457.741,20	9.316.129,94	457.835,74	107.148,57
OBS: Incluído no total recebido até 2011, recebido em 2011 e a receber 31/12/2011 o valor da atualização monetária.				

Fonte: SIAFI 31/12/2011

Brasília, 08 de março de 2012.

Ricardo Magno Paula Ramos

Gerente Nacional de Execução Financeira de Programas
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira – Titular

Liane Vinagre Klautau

Superintendente Nacional de Administração Financeira
Ordenador de Despesas p/ Delegação de Competência

Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Ricardo Magno Paula Ramos**, CPF nº 484.418.301-00, **Gerente Nacional (Gestor Financeiro)**, exercido na **(nome da unidade responsável)** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Ressalvo que esta Caixa Econômica Federal não é órgão integrante do Sistema de Serviços Gerais – SISG, da Administração Pública Federal, e, conforme arts. 2º e 8º do Decreto nº 1.094/94, está dispensada da alimentação de dados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Brasília, ____ de ____ de 2012.

(Nome do Gestor)

(CPF)

(Cargo/Unidade Jurisdicionada)

ANEXO I - QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: MJ/DEPEN CNPJ: 00.394.494/0141-96			UG/GESTÃO: 200321/00001				Valores em R\$ 1,00		
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
Contrato de Repasse	514091	ESTADO MA/MA	4.184.201,06	2.663.099,93		-	27-dez-04	31-jan-11	Adimplente
Contrato de Repasse	514500	ESTADO CE/CE	10.302.180,06	1.144.686,67		10.302.180,06	15-dez-04	30-out-12	Adimplente
Contrato de Repasse	514789	SEFA-ES/ES	8.429.872,42	17.774.242,56		8.429.872,42	21-dez-04	30-ago-11	Adimplente
Contrato de Repasse	531689	ESTADO RS/RS	6.918.400,00	4.784.041,53		6.918.400,00	10-out-05	30-dez-11	Concluído
Contrato de Repasse	536881	ESTADO DA BAHIA/BA	8.303.494,65	3.618.497,83		8.303.494,65	09-dez-05	21-jul-12	Adimplente
Contrato de Repasse	542646	ESTADO PR/PR	2.352.981,68	2.374.924,73		2.352.981,68	21-out-05	30-jun-12	Adimplente
Contrato de Repasse	550227	ESTADO RJ/RJ	10.153.627,89	2.538.407,00		10.153.627,89	29-dez-05	30-jul-12	Adimplente
Contrato de Repasse	550228	ESTADO SP/SP	22.200.000,00	49.925.788,18		22.200.000,00	26-dez-05	21-mar-12	Adimplente
Contrato de Repasse	570872	ESTADO SP/SP	17.032.987,72	10.242.650,65		17.032.987,72	29-set-06	30-abr-12	Adimplente
Contrato de Repasse	572084	ESTADO PR/PR	14.514.033,14	5.130.767,26	4.034.033,14	14.514.033,14	26-out-06	30-jun-12	Adimplente
Contrato de Repasse	574311	ESTADO DA BAHIA/BA	13.137.173,09	3.871.060,11		13.137.173,09	01-nov-06	11-nov-12	Adimplente
Contrato de Repasse	579206	ESTADO RS/RS	415.412,11	677.666,61		415.412,11	14-dez-06	30-dez-12	Adimplente
Contrato de Repasse	579207	ESTADO RS/RS	403.469,01	531.404,08		403.469,01	14-dez-06	30-dez-12	Adimplente
Contrato de Repasse	579209	ESTADO RS/RS	8.457.907,37	2.208.217,33		8.457.907,37	14-dez-06	30-dez-12	Adimplente
Contrato de Repasse	579211	ESTADO RS/RS	125.449,82	49.631,77		125.449,82	14-dez-06	30-dez-11	Adimplente
Contrato de Repasse	579213	ESTADO SP/SP	7.800.000,00	5.039.366,43		7.800.000,00	20-dez-06	13-out-12	Adimplente
Contrato de Repasse	581025	ESTADO PI/PI	2.977.174,58	330.797,18		2.977.174,58	14-dez-06	30-ago-12	Adimplente
Contrato de Repasse	581532	ESTADO MT/MT	4.495.729,43	1.694.704,01		4.495.729,43	19-dez-06	31-dez-12	Adimplente
Contrato de Repasse	581533	ESTADO MT/MT	4.495.729,43	1.005.071,79		4.495.729,43	19-dez-06	31-dez-12	Adimplente
Contrato de Repasse	581535	ESTADO SC/SC	13.241.071,11	4.370.310,44		13.241.071,11	22-dez-06	27-jun-12	Adimplente
Contrato de Repasse	581536	ESTADO AC/AC	4.511.073,58	1.898.852,73		4.511.073,58	11-dez-06	30-ago-12	Adimplente
Contrato de Repasse	588001	SEC. EST. DEFESA/MG	12.244.032,95	3.061.008,24		12.244.032,95	29-dez-06	30-dez-11	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Repass	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
Contrato de Repasse	588449	ESTADO CE/CE	3.316.478,47	331.647,84		3.316.478,47	28-dez-06	30-nov-12	Adimplente
Contrato de Repasse	589451	ESTADO PA/PA	2.922.212,25	1.125.498,95		2.922.212,25	28-dez-06	30-set-12	Adimplente
Contrato de Repasse	589452	ESTADO RR/RR	5.181.256,41	2.306.813,06		5.181.256,41	29-dez-06	28-jul-12	Adimplente
Contrato de Repasse	589646	ESTADO RONDONIA/RO	4.979.263,10	497.926,31		4.979.263,10	30-dez-06	30-abr-12	Adimplente
Contrato de Repasse	589647	ESTADO RONDONIA/RO	3.378.158,86	337.815,89		3.378.158,86	30-dez-06	30-abr-12	Adimplente
Contrato de Repasse	589773	ESTADO PA/PA	2.922.212,25	324.690,26		2.922.212,25	28-dez-06	30-set-12	Adimplente
Contrato de Repasse	595905	SEJUC/SE	916.129,15	358.308,97		-	20-nov-07	31-dez-12	Adimplente
Contrato de Repasse	595906	SEJUC/SE	1.180.611,00	514.184,59		1.180.611,00	20-nov-07	29-set-12	Adimplente
Contrato de Repasse	596843	ESTADO MA/MA	6.508.800,21	723.200,02		6.508.800,21	27-nov-07	30-nov-12	Adimplente
Contrato de Repasse	602720	ESTADO DA BAHIA/BA	16.134.461,24	1.792.717,92	16.134.461,24	16.134.461,24	10-dez-07	11-out-12	Adimplente
Contrato de Repasse	602721	ESTADO AP/AP	2.523.999,32	525.145,78		2.523.999,32	13-dez-07	30-set-12	Adimplente
Contrato de Repasse	602722	ESTADO AP/AP	4.050.000,00	652.900,31		4.050.000,00	13-dez-07	30-set-12	Adimplente
Contrato de Repasse	604882	ESTADO DA BAHIA/BA	640.887,22	219.554,55		640.887,22	17-dez-07	06-jun-12	Adimplente
Contrato de Repasse	609212	ESTADO PA/PA	624.403,45	69.378,16		624.403,45	20-dez-07	18-jun-12	Adimplente
Contrato de Repasse	609213	ESTADO AC/AC	2.180.116,85	540.378,91		2.180.116,85	17-dez-07	30-abr-11	Adimplente
Contrato de Repasse	609215	ESTADO SE/SE	1.569.043,26	862.319,88		1.569.043,26	28-dez-07	30-jun-12	Adimplente
Contrato de Repasse	613548	ESTADO GO/GO	1.313.795,20	436.665,33		1.313.795,20	27-dez-07	30-mar-12	Adimplente
Contrato de Repasse	613549	ESTADO GO/GO	544.222,40	60.469,16		544.222,40	27-dez-07	30-abr-12	Adimplente
Contrato de Repasse	613550	ESTADO GO/GO	238.408,77	235.136,73		238.408,77	27-dez-07	30-abr-12	Adimplente
Contrato de Repasse	613551	ESTADO GO/GO	405.974,98	45.108,33		405.974,98	27-dez-07	30-abr-12	Adimplente
Contrato de Repasse	613552	ESTADO AM/AM	15.562.237,90	5.760.193,74		15.562.237,90	28-dez-07	30-jun-13	Adimplente
Contrato de Repasse	613553	ESTADO RJ/RJ	364.659,15	91.164,79		364.659,15	27-dez-07	30-abr-12	Adimplente
Contrato de Repasse	613554	ESTADO RJ/RJ	1.425.343,01	356.335,75		1.425.343,01	27-dez-07	30-abr-12	Adimplente
Contrato de Repasse	613555	ESTADO CE/CE	2.359.301,00	416.347,24	2.359.301,00	2.359.301,00	28-dez-07	31-dez-12	Adimplente
Contrato de Repasse	613556	ESTADO CE/CE	2.497.112,24	473.278,26	2.497.112,24	2.497.112,24	28-dez-07	31-dez-12	Adimplente
Contrato de Repasse	613557	ESTADO RJ/RJ	258.818,42	64.704,61		258.818,42	27-dez-07	30-jul-12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No exercício	Valores Repassados		Vigência		Situação
			Repass	Contrapartida		Acumulado até exercício	Início	Fim		
Contrato de Repasse	613558	ESTADO RJ/RJ	511.692,54	127.923,14		511.692,54	27-dez-07	30-mar-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	613559	ESTADO SP/SP	23.199.257,96	19.840.810,88		23.199.257,96	26-dez-07	26-mar-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	613562	ESTADO MT/MT	382.104,00	187.457,31		382.104,00	31-dez-07	31-ago-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	613563	ESTADO DA BAHIA/BA	27.323.219,74	3.035.913,30		27.323.219,74	31-dez-07	04-set-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	621327	ESTADO RS/RS	8.856.602,32	2.214.150,58		8.856.602,32	31-dez-07	30-dez-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	621328	ESTADO RS/RS	12.635.551,26	7.932.956,83		12.635.551,26	31-dez-07	30-dez-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	621329	ESTADO AL/AL	143.911,51	41.911,01		-	31-dez-07	30-jan-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	635196	ESTADO MT/MT	5.500.000,00	612.615,56		5.500.000,00	30-out-08	08-abr-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	636535	ESTADO AC/AC	4.906.447,42	420.117,44		3.781.057,00	01-dez-08	30-abr-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	636536	ESTADO AP/AP	1.435.872,13	503.823,43		1.435.872,13	24-nov-08	30-set-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	642434	SEC. EST. DEFESA/MG	14.700.000,00	300.000,00	14.700.000,00	14.700.000,00	31-dez-08	30-dez-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	642435	ESTADO PA/PA	2.635.387,76	921.557,34		2.635.387,76	30-dez-08	27-set-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	642436	SEDURB-ADM DIRE/SE	3.141.731,10	2.018.286,07		3.141.731,10	31-dez-08	25-out-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	642437	ESTADO TO/TO	14.708.591,24	2.103.303,90		-	30-dez-08	30-jun-13	Adimplente	
Contrato de Repasse	642438	ESTADO RONDONIA/RO	15.248.513,46	1.694.279,27		15.248.513,46	31-dez-08	30-abr-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	642439	ESTADO PI/PI	3.868.287,19	429.809,69		3.868.287,19	31-dez-08	30-mar-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	644395	ESTADO RJ/RJ	14.700.000,00	300.000,00		-	11-dez-08	28-jul-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	644396	ESTADO RJ/RJ	8.837.744,26	2.209.436,07		8.837.744,26	11-dez-08	30-abr-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	644397	ESTADO DA BAHIA/BA	14.850.000,00	150.000,00		-	05-dez-08	11-dez-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	644398	ESTADO PA/PA	14.850.000,00	150.000,00		-	29-dez-08	28-set-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	644399	ESTADO PA/PA	2.635.387,76	691.184,96		2.635.387,76	29-dez-08	28-set-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	644400	ESTADO RJ/RJ	1.433.935,92	397.344,08		1.433.935,92	11-dez-08	28-fev-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	644401	ESTADO RJ/RJ	1.776.573,16	458.667,03		1.776.573,16	11-dez-08	28-fev-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	644402	ESTADO RJ/RJ	1.187.453,71	296.863,43		1.187.453,71	11-dez-08	30-jul-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	647016	ESTADO AP/AP	581.133,87	890.614,06		581.133,87	24-nov-08	30-set-12	Adimplente	
Contrato de Repasse	647017	ESTADO GO/GO	2.266.198,68	467.139,92		2.266.198,68	31-dez-08	30-abr-12	Adimplente	

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Repass	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
Contrato de Repasse	647018	ESTADO MT/MT	19.222.310,41	194.164,75	4.372.310,41	4.372.310,41	30-dez-08	08-jun-12	Adimplente
Contrato de Repasse	647019	ESTADO PI/PI	14.850.000,00	150.000,00		-	31-dez-08	30-out-12	Adimplente
Contrato de Repasse	647020	ESTADO RONDONIA/RO	20.634.553,78	149.990,00	5.784.553,78	5.784.553,78	31-dez-08	30-abr-12	Adimplente
Contrato de Repasse	647021	ESTADO AC/AC	8.129.419,34	4.030.277,65		8.129.419,34	31-dez-08	30-abr-12	Adimplente
Contrato de Repasse	647022	ESTADO AL/AL	693.000,00	156.501,39		-	31-dez-08	30-dez-11	Adimplente
Contrato de Repasse	647023	ESTADO AP/AP	1.019.278,26	315.781,13		1.019.278,26	31-dez-08	30-set-12	Adimplente
Contrato de Repasse	647024	ESTADO MS/MS	693.000,00	459.152,09		693.000,00	30-dez-08	30-mai-13	Adimplente
Contrato de Repasse	647025	ESTADO PB/PB	1.888.670,73	209.852,30		-	30-dez-08	30-set-12	Excluído
Contrato de Repasse	647026	ESTADO RN/RN	2.500.000,00	420.532,09		2.500.000,00	29-dez-08	20-jan-12	Adimplente
Contrato de Repasse	647027	ESTADO GO/GO	18.050.000,00	2.005.555,56		-	31-dez-08	30-jun-12	Adimplente
Contrato de Repasse	647028	ESTADO GO/GO	4.500.000,00	2.280.388,08		4.500.000,00	31-dez-08	26-jan-13	Adimplente
Contrato de Repasse	647029	ESTADO MS/MS	7.000.000,00	4.890.970,00		7.000.000,00	30-dez-08	30-mai-13	Adimplente
Contrato de Repasse	647030	ESTADO ES/ES	14.700.000,00	300.000,00		-	31-dez-08	01-dez-12	Adimplente
Contrato de Repasse	647031	ESTADO RN/RN	2.551.363,14	283.484,79		2.551.363,14	31-dez-08	20-nov-11	Adimplente
Contrato de Repasse	647032	ESTADO PE/PE	9.862.516,04	12.407.745,46		9.862.516,04	31-dez-08	25-set-12	Adimplente
Contrato de Repasse	647033	ESTADO AM/AM	8.788.118,73	976.457,64		8.788.118,73	31-dez-08	31-dez-12	Adimplente
Contrato de Repasse	647034	ESTADO AM/AM	8.788.118,73	976.457,64		8.788.118,73	31-dez-08	31-dez-12	Adimplente
Contrato de Repasse	651423	ESTADO RS/RS	130.070,81	32.517,70	130.070,81	130.070,81	31-dez-08	30-dez-12	Adimplente
Contrato de Repasse	651502	ESTADO RS/RS	14.700.000,00	300.000,00		-	31-dez-08	30-dez-12	Adimplente
Contrato de Repasse	652258	SEDURB-ADM DIRE/SE	3.340.881,90	2.270.058,95		3.340.881,90	31-dez-08	30-nov-12	Adimplente
Contrato de Repasse	652259	ESTADO AL/AL	17.820.000,00	150.000,00	2.970.000,00	2.970.000,00	31-dez-08	29-jun-12	Adimplente
Contrato de Repasse	703800	SEC.CIDAD.JUST./TO	22.836.845,19	230.675,20		22.836.845,19	22-jun-09	31-dez-12	Adimplente
Contrato de Repasse	704714	SEJUC-SE/SE	14.850.000,00	150.000,00		-	31-dez-09	24-ago-12	Adimplente
Contrato de Repasse	704735	SECJUC/PR	14.700.000,00	300.000,00	14.700.000,00	14.700.000,00	23-dez-09	30-nov-13	Adimplente
Contrato de Repasse	704818	SECJUC-CE/CE	18.765.820,21	204.000,21	18.765.820,21	18.765.820,21	23-nov-09	23-jan-13	Adimplente
Contrato de Repasse	704820	SERES/PE	2.435.268,15	502.158,63	2.435.268,15	2.435.268,15	30-dez-09	30-out-11	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
Contrato de Repasse	707610	SEJUC-SE/SE	1.237.399,07	137.488,79		-	31-dez-09	30-dez-12	Adimplente
Contrato de Repasse	707611	SSP-RS/RS	861.604,66	215.401,17		-	28-dez-09	30-dez-12	Adimplente
Contrato de Repasse	709770	SUSIPE/PA	1.334.290,53	148.254,50	1.225.640,63	1.225.640,63	30-dez-09	30-set-12	Adimplente
Contrato de Repasse	715518	ESTADO AC/AC	2.097.725,82	233.080,65	2.097.725,82	2.097.725,82	22-dez-09	29-fev-12	Adimplente
Contrato de Repasse	715694	SSP / GO/GO	19.899.000,00	198.990,00	14.850.000,00	14.850.000,00	15-dez-09	31-mai-12	Adimplente
Contrato de Repasse	717285	SSP / GO/GO	693.111,71	282.800,52		-	15-dez-09	26-jan-13	Adimplente
Contrato de Repasse	729034	SEJUSP/MS	2.152.633,84	239.181,54		2.152.633,84	31-dez-09	30-mar-13	Adimplente
Contrato de Repasse	729038	JUSTICA/RN	8.373.891,89	1.608.014,53		-	31-dez-09	31-dez-12	Adimplente
Contrato de Repasse	749738	ESTADO AC/AC	6.120.317,28	680.035,25		-	23-dez-10	23-mar-12	Adimplente
Contrato de Repasse	749739	SEJUSP/MS	921.661,33	102.406,81		-	21-dez-10	30-mar-13	Adimplente
Contrato de Repasse	749959	SEJUSP/MS	6.054.540,12	672.726,68		-	21-dez-10	30-mar-13	Adimplente

ANEXO II

15.1.1 - Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento.

GESTOR	DEPEN – Acórdãos	
Segue relação de Acórdãos recebidos na CAIXA no exercício de 2010 e respectivos Planos de Providências, conforme registro no sistema SIAUD/ACOMP, da Auditoria Interna da CAIXA: 1. Acórdão 1453/2011 – Plenário 2. Acórdão 1513/2011 – Plenário 3. Acórdão 1678/2011 – Plenário 4. Acórdão 1883/2011 – Plenário 5. Acórdão 1884/2011 – Plenário		

Planos de Providências TCU SUREP 2011

Nome do Trabalho: ACOMP112(TCU)-029 - AUDITORIA NAC INTEGRACAO RESPONSABI (TCU)

Relatório Fonte: ACÓRDÃO Nº 1453/2011 – TCU – PLENÁRIO, ATA Nº 21/2011, SESSÃO ORDINÁRIA DE 1/6/2011

ASSUNTO: NG0330 - SUREP - REPASSES

ACÓRDÃO Nº 1453/2011 – TCU – PLENÁRIO, ATA Nº 21/2011, SESSÃO ORDINÁRIA DE 1/6/2011 - TC 008.844/2011-9.

“Trata o Relatório de auditoria realizada no Departamento Penitenciário Nacional – Depen, na Caixa Econômica Federal e no Governo do Estado de Sergipe [no período de 4/4 a 28/4/2011], para verificar a conformidade das obras e atos relacionados à contratação da construção da Cadeia Pública Territorial Estância/SE.”

SITUAÇÃO ATUAL: 4 - Acompanhamento do apontamento encerrado pela unidade auditada

GESTOR/RESPONSÁVEL: 5011 - SN - PRODUTOS DE REPASSES

APONTAMENTO - DETERMINAÇÕES/RECOMENDAÇÕES:

“9.1 dar ciência a Caixa Econômica Federal de que:

9.1.1 o serviço de Desmatamento, Destocamento e Limpeza do Terreno, executado na obra de da Cadeia Pública de Estância/SE, mediante o Contrato 16/2010, terá de ser refeito quando a obra for reiniciada, razão por que não deve ser pago com os recursos federais oriundos do Contrato de 281072-94/2008, sob pena de prejuízos aos cofres da União (item 3.1 do Relatório de Auditoria);
9.1.2 conforme verificado no Laudo de Análise Técnica de Engenharia (LAE), de 11/03/2010, não foi realizada a análise dos quantitativos dos principais serviços da obra objeto do Contrato de Repasse 281072-94/2008, em desacordo com o Normativo AE099 004 (item 3.2 do Relatório de Auditoria);
9.1.3 o valor pactuado no Contrato de Repasse 281072-94/2008 é inferior ao orçado para a obra, além disso, em função das alterações na planilha orçamentária, a comprovação de contrapartida financeira Estado de Sergipe não é suficiente para assegurar a sua completa execução, em desacordo com o art. § 1º, inciso VII, da Lei 8.666/1993 (item 3.2 do Relatório de Auditoria);”

....

“9.5.2. à Caixa Econômica Federal, ao Departamento Penitenciário Nacional, à Companhia de Obras e Habitação do Estado de Sergipe e à Secretaria de Estado do Planejamento, Habitação e do Desenvolvimento Urbano de Sergipe, para ciência e adoção das providências cabíveis;”
Data da ciência pela CAIXA: 09/06/2011.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS:

AÇÃO Nº 1 Encaminhado Ofício nº. 1387/2011/SN de Repasses ao TCU em resposta ao Ofício nº. 182/2011-TCU/SECOB-1, cujo conteúdo segue abaixo transcrito:

1 Em atenção ao Ofício nº. 182/2011-TCU/SECOB-1, informamos que a área operacional responsável pela gestão e acompanhamento do Contrato de Repasse 281.072-94 - da Cadeia Pública de Estância/SE, foi cientificada das recomendações emanadas dessa Corte de Contas em relação às ações necessárias à implementação do objeto contratual em conformidade com os atos normativos vigentes para o programa.

Síntese dos Resultados Obtidos:

áreas operacionais cientificadas dos alertas do TCU

Análise Crítica dos fatores positivos/negativos:

Ponto Positivo: comunicação tempestiva entre as áreas operacionais

Comentários/justificativa da finalização:

Dt Prevista: 31/08/2011 Dt 13/07/2011 Dt Reprogramação:

Conclusão:

Situação: Ação Encerrada pela Unidade Auditada

Planos de Providências TCU SUREP 2011

Nome do Trabalho: ACOMP112(TCU)-032 - AUDITORIA NAC INTEGRACAO RESPONSABI (TCU)

Relatório Fonte: ACÓRDÃO Nº 1513/2011 – TCU – PLENÁRIO, ATA Nº 22/2011, SESSÃO ORDINÁRIA DE 08/6/2011

ASSUNTO: NG0330 - SUREP - REPASSES

ACÓRDÃO Nº 1513/2011 – TCU – PLENÁRIO, ATA Nº 22/2011, SESSÃO ORDINÁRIA DE 08/6/2011 - TC 008.827/2011-7.

“Trata o Relatório de auditoria realizada no Departamento Penitenciário Nacional – Depen, na Caixa Econômica Federal e no Governo do Estado de Sergipe, para verificar a conformidade das obras e relacionados à contratação da obra de Ampliação do presídio Advogado Emanuel Cacho, no Areia Branca/SE.”

SITUAÇÃO ATUAL: 4 - Acompanhamento do apontamento encerrado pela unidade auditada

GESTOR/RESPONSÁVEL: 5011 - SN - PRODUTOS DE REPASSES

“9.1. recomendar à Caixa Econômica Federal que tome as providências necessárias para adequação futuro processo licitatório que objetiva a retomada das obras em relação aos seguintes itens:

9.1.1. alguns dos serviços executados na obra de ampliação do presídio de Areia Branca/SE foram perdidos ou não podem ser reaproveitados, notadamente os itens barracão de obras e placas de identificação do empreendimento, não devendo a despesa que vier a ser incorrida com a reposição desses itens ser paga com recursos públicos federais;

9.1.2. o projeto básico aprovado em seu Laudo de Análise Técnica de Engenharia, de 25/9/2008, não contém todos os projetos de estruturas, instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, de incêndio e de tratamento de esgotos, em descumprimento ao Normativo AE 099 001;

9.1.3. o valor pactuado no Contrato de Repasse nº 229399-41/2007 é inferior ao orçado para a obra, além disso, não há comprovação de contrapartida financeira do Estado de Sergipe para assegurar a completa execução da obra, em descumprimento à cláusula 18ª do contrato de repasse e à Lei art. 116, § 1º, inciso VII;”

Data da ciência pela CAIXA: 16/06/2011.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS:

AÇÃO Nº 1 Encaminhado Ofício nº. 1388/2011/SN de Repasses, abaixo transcrito, ao TCU em resposta ao Ofício nº. 195/2011-TCU/SECOB-1:

1 Em atenção ao Ofício nº. 195/2011-TCU/SECOB-1, informamos que a área operacional responsável pela gestão e acompanhamento do Contrato de Repasse 229399-41 - Ampliação Presídio de Areia Branca/SE, foi cientificada das recomendações emanadas dessa Corte de Contas em relação às ações necessárias à implementação do objeto contratual em conformidade com os atos normativos vigentes para o programa.

Síntese dos Resultados Obtidos:

áreas operacionais cientificadas daos alertas

Análise Crítica dos fatores positivos/negativos:

Ponto positivo: Áreas devidamente orientadas

Comentários/justificativa da finalização:

Dt Prevista: 31/08/2011 Dt 13/07/2011 Dt Reprogramação:

Conclusão:

Situação:Ação Encerrada pela Unidade Auditada

Planos de Providências TCU SUREP 2011

Nome do Trabalho: **ACOMP113(TCU)-002 - AUDITORIA NAC INTEGRACAO RESPONSABI (TCU)**

Relatório Fonte: **ACÓRDÃO Nº 1678/2011 – TCU – PLENÁRIO, ATA Nº 24/2011, SESSÃO ORDINÁRIA DE 22/06/2011**

ASSUNTO: **NG0330 - SUREP - REPASSES**

ACÓRDÃO Nº 1678/2011 – TCU – PLENÁRIO, ATA Nº 24/2011, SESSÃO ORDINÁRIA DE 22/06/2011.
TC 011.781/2011-4:

“Trata o Relatório de Auditoria realizada no Departamento Penitenciário Nacional – Depen, na Caixa Econômica Federal e no Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, para verificar a conformidade das obras e atos relacionados à contratação da construção do módulo de saúde no complexo Campo Grande/MS. A auditoria é decorrente do Acórdão 564/2011-TCU-Plenário, que dispõe sobre as fiscalizações a serem realizadas no âmbito do Fiscobras 2011, e teve o objetivo de avaliar os aspectos legais, técnicos e orçamentários relacionados ao objeto.”

SITUAÇÃO ATUAL: **4 - Acompanhamento do apontamento encerrado pela unidade auditada**

GESTOR/RESPONSÁVEL: **5011 - SN - PRODUTOS DE REPASSES**

APONTAMENTO - DETERMINAÇÕES/RECOMENDAÇÕES:

“9.2. dar ciência à Caixa Econômica Federal, para que o mesmo não ocorra em futuros processos licitatórios, de que não foi exigida da Agesul/MS a apresentação de projeto para a terraplanagem do terreno em que está sendo construído o módulo de saúde, em descumprimento ao manual interno da entidade AE 099 003, item 3.2.2.1.3;

9.3. recomendar à Caixa Econômica Federal, com fulcro no art. 43, I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 250, III, do Regimento Interno/TCU, que, na gestão de contratos de repasse com recursos federais, para serviços e insumos que não possuam preços nos sistemas de referência oficiais, exija das entidades convenientes que seja realizada pesquisa de preços contendo o mínimo de três cotações de empresas

fornecedores distintos, fazendo constar do respectivo processo a documentação comprobatória pertinente aos levantamentos e estudos que fundamentaram o preço estimado;”
Data da ciência pela CAIXA: 04/07/2011.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS:

AÇÃO Nº 1 Em resposta ao Ofício nº. 225/2011-TCU/SECOB-1, foi encaminhado ao TCU o Ofício nº. 1515/2011/SN de Repasses, abaixo transcrito:

1 Em atenção ao Ofício nº. 225/2011-TCU/SECOB-1, esclarecemos o que segue quanto
2 do Acórdão nº. 1678/2011 – TCU – Plenário, abaixo transcrito:

9.2. dar ciência à Caixa Econômica Federal, para que o mesmo não ocorra em processos licitatórios, de que não foi exigida da Agesul/MS a apresentação de projeto a terraplanagem do terreno em que está sendo construído o módulo de saúde, em descumprimento ao manual interno da entidade AE 099 003, item 3.2.2.1.3;

1.1 Os empregados ligados à área técnica de acompanhamento dos Contratos de Regional Campo Grande estão cientes do conteúdo do Acórdão em referência, porém cabe ressaltar que no caso da obra em análise, não houve necessidade de projeto específico de terraplanagem, visto que o terreno destinado à implantação encontrava-se em área plana, contígua ao prédio da Penitenciária Estadual.

1.2 Quanto à recomendação contida no item 9.3, abaixo transcrita, informamos o que
9.3. recomendar à Caixa Econômica Federal, com fulcro no art. 43, I, da Lei 8.443/92, o art. 250, III, do Regimento Interno/TCU, que, na gestão de contratos de repasse com recursos federais, para serviços e insumos que não possuam preços nos sistemas de referência oficiais, exija das entidades convenientes que seja realizada pesquisa de preços contendo o mínimo de três cotações de empresas ou fornecedores distintos, fazendo constar do respectivo processo a documentação comprobatória pertinente aos levantamentos e estudos que fundamentaram o preço estimado;

1.2.1 A versão 005 vigente do normativo AE 099 não contempla, na íntegra, a CAIXA disposta no item 9.3 do referido Acórdão, entretanto, a nova versão deste normativo trâmite para publicação, quando vigente, atenderá a recomendação.

1.2.1.1 As orientações para instrução de processo contendo a análise de propostas técnicas, já contemplam o registro das referências de preços utilizadas, bem como o arquivamento dos elementos considerados na análise de orçamentos, no caso seriam os elementos pesquisados pelo proponente/tomador apresentados à CAIXA.

1.2.1.2 A previsão para publicação da nova versão do Manual Normativo AE 09906 é até a primeira quinzena de agosto de 2011.

Síntese dos Resultados Obtidos:

Atualização de manual normativo de acordo com determinação do TCU

Análise Crítica dos fatores positivos/negativos:

PONTO POSITIVO: atualização das normas

Comentários/justificativa da finalização:

Dt Prevista: 30/09/2011	Dt	30/08/2011	Dt Reprogramação:
	Conclusão:		

Situação:Ação Encerrada pela Unidade Auditada

Planos de Providências TCU SUREP 2011

Nome do Trabalho: ACOMP113(TCU)-007 - AUDITORIA NAC INTEGRACAO RESPONSABI (TCU)

Relatório Fonte: ACÓRDÃO Nº 1883/2011 – TCU – PLENÁRIO, ATA Nº 29/2011, SESSÃO ORDINÁRIA DE 20/07/2011

ASSUNTO: NG0330 - SUREP - REPASSES

“Trata o Relatório de auditoria realizada no Departamento Penitenciário Nacional – Depen, na Caixa Econômica Federal e no Governo do Estado do Rio Grande do Norte, para verificar a conformidade atos relacionados à contratação e à execução da obra de construção da Cadeia Pública da cidade de Ceará Mirim. A auditoria é decorrente do Acórdão 564/2011-TCU-Plenário, que dispõe sobre as fiscalizações a serem realizadas no âmbito do Fiscobras 2011, e teve o objetivo de avaliar os aspectos legais, técnicos e orçamentários relacionados ao objeto.”

SITUAÇÃO ATUAL: 4 - Acompanhamento do apontamento encerrado pela unidade auditada

GESTOR/RESPONSÁVEL: 5011 - SN - PRODUTOS DE REPASSES

APONTAMENTO - DETERMINAÇÕES/RECOMENDAÇÕES:

“9.1. determinar a oitiva das:

9.1.1. Secretarias de Infraestrutura e de Justiça e Cidadania do Estado do Rio Grande do Norte, assim como da Caixa Econômica Federal, para que se manifestem, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da realização da Concorrência 27/2009-SIN, no âmbito do Contrato de Repasse 278.468-12/2008, com projeto básico incompleto, sem a realização de sondagens e levantamento topográfico e sem a dos projetos de terraplenagem, de fundações, de estruturas e de instalações;”

“9.3. dar ciência à Secretaria de Infraestrutura e à Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Rio Grande do Norte, assim como à Caixa Econômica Federal, para as providências cabíveis:

9.3.1. foi realizada licitação com projeto básico inadequado e incompleto, o que afronta os arts. 6º, IX, 7º, § 2º, I, da Lei nº 8.666/1993;

9.3.2. o pedido de aditivo realizado pela empresa contratada extrapola o limite de alterações permitido pela lei de licitações, descumprindo art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993 e a jurisprudência deste Tribunal;

9.3.3. as modificações a serem realizadas no projeto e no orçamento da obra transfiguram o objetivo originalmente contratado e vão de encontro à Súmula 261/2010 deste Tribunal;

9.3.4. o Contrato 37/2010 possui preços maiores que os previstos pela mediana do Sinapi, em desacordo com o art. 127 da Lei 12.309/2010 – LDO 2011 e com o normativo Caixa AE 099 004, itens .7 e 4.3.8;

9.3.5. o edital da Concorrência 27/2009-SIN apresentou, em seu item 5.3.3, critério de qualificação -operacional subjetivo, contrariando os arts. 3º, 30, § 8º; e 40, VII, da Lei 8.666/1993;

9.3.6. foi utilizado no certame critério de julgamento subjetivo e inadequado, desvirtuando o caráter competitivo e prejudicando a competição, descumprindo os arts. 3º e 45 da Lei 8.666/1993;”

Data da ciência pela CAIXA: 02/08/2011.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS:

AÇÃO Nº 1 Encaminhado o Ofício nº. 1867/2011/SN de Repasses, transcrito abaixo, ao TCU em resposta ao Ofício nº. 296/2011-TCU/SECOB-1:

1 Reportando-nos ao Ofício nº. 296/2011-TCU/SECOB-1, esclarecemos o que segue determinação à CAIXA constante no Acórdão 1883/2011 –TCU - Plenário referente ao Contrato de Repasse nº. 0278468 -12/2008 firmado com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte execução de Cadeia Pública na cidade de Ceará Mirim/RN a seguir transcrita:

“9.1. determinar a oitiva das:

9.1.1. Secretarias de Infraestrutura e de Justiça e Cidadania do Estado do Rio Grande do Norte, assim como da Caixa Econômica Federal, para que se manifestem, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da realização da Concorrência 27/2009-SIN, no âmbito do Contrato de Repasse 278.468-12/2008, com projeto básico incompleto, sem a realização de sondagens e levantamento topográfico e sem a elaboração dos projetos de terraplenagem, de fundações, estruturas e de instalações;”

1.1 No que se refere ao processo licitatório, cabe à CAIXA a verificação do termo de homologação, o despacho de adjudicação, da planilha de custos do licitante vencedor e sua compatibilidade com os custos aprovados pela CAIXA, do enquadramento do objeto licitado efetivamente contratado, e a publicidade pertinente, além da Declaração de advogado não participante do processo licitatório firmando que a licitação atendeu às formalidades e aos requisitos dispostos na Lei 8.666/93 e suas alterações, da regularidade procedimental e, em especial, quanto ao respectivo enquadramento da modalidade licitatória.

1.1.1 Tais procedimentos coadunam-se com os termos do Acórdão TCU 1126/2007-6564/2009 - 2ª Câmara o qual cita:

"9.2.3. cabe à Caixa Econômica Federal o acompanhamento da execução operacional do a liberação de parcelas, aí incluídos, por exemplo, a verificação da compatibilidade do projeto aprovado com o projeto licitado, no que se refere ao objeto e aos custos praticados; a verificação no processo licitatório da documentação referente à adjudicação, à ata de homologação, à comprovação da realização da publicidade do certame, bem como o enquadramento do objeto contratado como efetivamente licitado, mas não a análise da legalidade do procedimento licitatório;"

1.1.2 Além do que, estes são os itens pertinentes à atuação da CAIXA previstos no de Prestação de Serviços firmado entre a CAIXA e o GESTOR.

1.2 No tocante ao item 9.3 em que a CAIXA foi formalmente cientificada vimos tecer as seguintes considerações:

"9.3. dar ciência à Secretaria de Infraestrutura e à Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Rio Grande do Norte, assim como à Caixa Econômica Federal, para as cabíveis:

9.3.1. foi realizada licitação com projeto básico inadequado e incompleto, o que afronta os IX, e 7º, § 2º, I, da Lei 8666/1993;

9.2.2. o pedido de aditivo realizado pela empresa contratada extrapola o limite de alterações permitido pela lei de licitações, descumprindo art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993 e a deste Tribunal;

9.3.3. as modificações a serem realizadas no projeto e no orçamento da obra transfiguram o objeto originalmente contratado e vão de encontro à súmula 261/2010 do TCU;

9.3.4. o Contrato 37/2010 possui preços maiores que os previstos pela mediana do Sinapi, em desacordo com o art. 127 da Lei 12.309/2010 - LDO 2011 e com o normativo Caixa AE 099 004, itens 4.3.7 e 4.3.8;

9.3.5. o edital da Concorrência 27/2009-SIN apresentou, em seu item 5.3.3, critério de técnico-operacional subjetivo, contrariando os arts. 3º, 30, § 8º, e 40, VII, da Lei 8.666/1993;

9.3.6. foi utilizado no certame critério de julgamento subjetivo e inadequado, desvirtuando o caráter competitivo e prejudicando a competição, descumprindo os arts. 3º e 45 da Lei 8.666/1993;"

1.2.1 Com relação ao regime de execução, bem como à contratação de obras públicas, o federativo tem plena autonomia legal, no caso, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, independentemente, inclusive, de qualquer anuência da CAIXA para elaborar, publicar editais e contratar obras, projetos básicos e orçamentos.

Síntese dos Resultados Obtidos:

Ratificação do papel da CAIXA com relação à licitação nos CR.

Análise Crítica dos fatores positivos/negativos:

PONTO POSITIVO: A Caixa cumprindo o papel de mandatária de acordo com o CPS, vigente e diretrizes do Gestor

Comentários/justificativa da finalização:

Dt Prevista: 31/10/2011 Dt 20/10/2011 Dt Reprogramação:

Conclusão:

Situação: Ação Encerrada pela Unidade Auditada

Planos de Providências TCU SUREP 2011

Nome do Trabalho: ACOMP113(TCU)-008 - AUDITORIA NAC INTEGRACAO RESPONSABI (TCU)

Relatório Fonte: ACÓRDÃO N° 1884/2011 – TCU – PLENÁRIO, ATA N° 29/2011, SESSÃO ORDINÁRIA DE 20/07/2011

ASSUNTO: NG0330 - SUREP - REPASSES

Trata-se de “Relatório de Auditoria realizada no Departamento Penitenciário Nacional – Depen, na Caixa Econômica Federal e no Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no período compreendido 13/5/2011 e 17/6/2011, com o objetivo verificar a conformidade da aplicação de recursos federais em obras públicas de construção da Cadeia Pública no Município de Macau/RN (PT 14.421.0661.8914 .0001/2008 – Apoio à Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais – Nacional), envolvendo valores da ordem de R\$ 3.935.142,74.”

SITUAÇÃO ATUAL: 4 - Acompanhamento do apontamento encerrado pela unidade auditada

GESTOR/RESPONSÁVEL: 5011 - SN - PRODUTOS DE REPASSES

APONTAMENTO - DETERMINAÇÕES/RECOMENDAÇÕES:

“9.1. promover a oitiva das Secretarias de Infraestrutura e de Justiça e Cidadania do Estado do Rio Grande do Norte, bem como da Caixa Econômica Federal, para que se manifestem, por intermédio de representantes legais, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da dos seguintes pontos:

9.1.1. realização da Concorrência 28/2009-SIN, no âmbito do Contrato de Repasse 281.073-07/2008, projeto incompleto, sem a realização de sondagens e levantamento topográfico e sem a elaboração projetos de terraplenagem, de fundações, de estruturas e de instalações;

9.1.2. existência, no Contrato 3/2010, de preços acima dos referenciais do Sinapi, perfazendo sobrepreço no montante de R\$ 290,2 mil, ou 10,9% na amostra de 75,1% verificada;”

“9.3. dar ciência à Secretaria de Infraestrutura e à Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Rio Grande do Norte, assim como à Caixa Econômica Federal, de que:

9.3.1. foi realizada licitação com projeto básico inadequado e incompleto, o que afronta os arts. 6º, IX, e 7º, § 2º, I, da Lei nº 8.666/1993;

9.3.2. o pedido de aditivo realizado pela empresa contratada extrapola o limite de alterações permitido pela lei de licitações, descumprindo art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993 e a jurisprudência deste Tribunal;

9.3.3. as modificações a serem realizadas no projeto e no orçamento da obra transfiguram o objetivo originalmente contratado e contrariam o entendimento consignado na Súmula 261/2010 deste

9.3.4. o Contrato 3/2010 possui preços maiores que os previstos pela mediana do Sinapi, em com o art. 127 da Lei 12.309/2010 – LDO 2011 e com o normativo Caixa AE 099 003, itens 4.3.7 e 4.3.8; Data da ciência pela CAIXA: 02/08/2011.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS:

AÇÃO Nº 1 Encaminhado Ofício nº. 1873/2011/SN de Repasses, a seguir transcrito, ao TCU em resposta ao Ofício nº. 312/2011-TCU/SECOB-1:

1 Reportando-nos ao Ofício nº. 312/2011-TCU/SECOB-1, apresentamos a seguir análise considerações acerca da determinação à CAIXA constante no Acórdão 1884/2011 – TCU - Plenário referente ao Contrato de Repasse nº. 0281073/20 08 firmado com o Governo do do Rio Grande do Norte para execução de Cadeia Pública em Macau/RN e baseado no de Auditoria — Fiscobrás 2011, a seguir transcrita:

“9.1. promover a oitiva das Secretarias de Infraestrutura e de Justiça e Cidadania do Estado do Rio Grande do Norte, bem como da Caixa Econômica Federal, para que se manifestem, por

intermédio de seus representantes legais, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca dos seguintes pontos:

9.1.1. realização da Concorrência 28/2009-SIN, no âmbito do Contrato de Repasse 281.073 -07/2008, com projeto básico incompleto, sem a realização de sondagens e levantamento topográfico e sem a elaboração dos projetos de terraplenagem, de fundações, de estruturas e de instalações;”

1.1 No que se refere ao processo licitatório, cabe à CAIXA a verificação do termo de homologação, o despacho de adjudicação, da planilha de custos do licitante vencedor e sua compatibilidade com os custos aprovados pela CAIXA, do enquadramento do objeto licitado efetivamente contratado, e a publicidade pertinente, além da Declaração de advogado não participante do processo licitatório firmando que a licitação atendeu às formalidades e aos requisitos dispostos na Lei 8.666/93 e suas alterações, da regularidade procedimental e, em especial, quanto ao respectivo enquadramento da modalidade licitatória.

1.1.1 Tais procedimentos coadunam-se com os termos do Acórdão TCU 1126/2007-6564/2009 - 2ª Câmara o qual cita:

"9.2.3. cabe à Caixa Econômica Federal o acompanhamento da execução operacional do a liberação de parcelas, aí incluídos, por exemplo, a verificação da compatibilidade do projeto aprovado com o projeto licitado, no que se refere ao objeto e aos custos praticados; a verificação no processo licitatório da documentação referente à adjudicação, à ata de homologação, à comprovação da realização da publicidade do certame, bem como o enquadramento do objeto contratado como efetivamente licitado, mas não a análise da legalidade do procedimento licitatório;"

1.1.2 Além do que, estes são os itens pertinentes à atuação da CAIXA previstos no de Prestação de Serviços firmado entre a CAIXA e o GESTOR.

1.2 No tocante ao item 9.3 em que a CAIXA foi formalmente cientificada vimos tecer as seguintes considerações:

"9.3. dar ciência à Secretaria de Infraestrutura e à Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Rio Grande do Norte, assim como à Caixa Econômica Federal, de que:

9.3.1. foi realizada licitação com projeto básico inadequado e incompleto, o que afronta os inciso IX, e 7º, § 2º, I, da Lei nº 8.666/1993;

9.3.2. o pedido de aditivo realizado pela empresa contratada extrapola o limite de alterações permitido pela lei de licitações, descumprindo art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993 e a deste Tribunal;

9.3.3. as modificações a serem realizadas no projeto e no orçamento da obra transfiguram o objeto originalmente contratado e contrariam o en dimento consignado na Súmula 261/2010 deste Tribunal;

9.3.4. o Contrato 3/2010 possui preços maiores que os previstos pela mediana do Sinapi, em desacordo com o art. 127 da Lei 12.309/2010 - LDO 2011 e com o normativo Caixa AE 099 003, itens 4.3.7 e 4.3.8;"

1.3.1 Com relação ao regime de execução, bem como à contratação de obras públicas, o federativo tem plena autonomia legal, no caso o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, independentemente, inclusive, de qualquer anuência da CAIXA para elaborar, publicar editais e contratar obras, projetos básicos e orçamentos.

Síntese dos Resultados Obtidos:

Ratificação do papel da CAIXA com relação à licitação nos CR.

Análise Crítica dos fatores positivos/negativos:

PONTO POSITIVO: A Caixa cumprindo o papel de mandatária de acordo com o CPS, vigente e diretrizes do Gestor

Comentários/justificativa da finalização:

Dt Prevista: 31/10/2011	Dt 20/10/2011	Dt Reprogramação:
Conclusão:		
Situação:Ação Encerrada pela Unidade Auditada		